

# **A Extensão que fizemos, a Extensão que faremos: um novo tempo para a Universidade Pública na sociedade brasileira**

Obra de caráter memorialista e de registro institucional das edições das Mostras de Ações de Extensão de 2016-2023

**ANA LÍVIA DE SOUZA COIMBRA E  
FERNANDA CUNHA SOUSA  
(ORG.)**

**VOL. 8**



Ana Livia de Souza Coimbra  
Fernanda Cunha Sousa  
(Organizadoras)

**A Extensão que fizemos, a Extensão que faremos:  
um novo tempo para Universidade Pública na sociedade  
brasileira**

Obra de caráter memorialista e de registro institucional das edições da  
Mostra de Ações de Extensão de 2016-2023

**Volume VIII**  
**Mostra de Ações de Extensão - 2023**



Juiz de Fora  
2024

©Editora UFJF, 2024

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).

ufjf | PRÓ-REITORIA DE  
EXTENSÃO



**Reitor**

Marcus Vinicius David

**Vice-reitora**

Girlene Alves da Silva

**Pró-reitora de Extensão**

Ana Livia de Souza Coimbra

**Pró-reitora Adjunta de Extensão**

Fernanda Cunha Sousa

**Equipe editorial**

Ana Livia de Souza Coimbra

Fernanda Cunha Sousa

Aline Emy Fuguhara

Renata Miranda de Freitas Alencar

Sadalla Lopes Xavier Pifano

Samuel Fontainha do Nascimento

Thamirys Silva Magalhães Gonçalves

**Revisão**

Fernanda Cunha Sousa

Anelise de Freitas

Beatriz Jobim Péres Senra

**Projeto gráfico**

Ericsson Gabriel Reis Alves

Melissa Gilberto Marques

Paulo Henrique Costa Totti

**Diagramação**

Samuel Fontainha do Nascimento

Paulo Henrique Costa Totti

Coimbra, Ana Livia de Souza.

A extensão que fizemos, a extensão que faremos: um novo tempo para a universidade pública na sociedade brasileira / Ana Livia de Souza Coimbra, Fernanda Cunha Sousa. – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2024. v. VIII.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 11mb)

ISBN: 978-85-93128-93-6

Obra de caráter memorialista e de registro institucional das Mostras Científicas de 2016 a 2023.

1. Extensão Universitária - UFJF. 2. Transformação social. I. Coimbra, Ana Livia de Souza. II. Sousa, Fernanda Cunha. III. Título.

CDU: 378.4:371.33

DOI: 10.34019/ufjf.ebook.2021.00049

Pró-reitoria de Extensão

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – Campus Universitário – São Pedro, Juiz de Fora/MG –36036-900

secretaria.extensao@ufjf.br

Telefone: (32) 2102-3971

Filiada à ABEU



## **Conselho editorial**

Alexandre José Pinto Cadilhe de Assis Jácome

Ana Maria Stephan

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

Andréia Francisco Afonso

Andreia Rezende Garcia Reis

Charlene Martins Miotti

Cláudia de Albuquerque Thomé

Danielle Guedes Andrade Ezequiel

Gislaine dos Santos

Gustavo Taboada Soldati

Jordan Henrique de Souza

Josane Gomes Weber Oliveira

José Amarante Santos Sobrinho

Katia Teonia Costa de Azevedo

Luciana Holtz

Luiz Carlos Lira

Marco Aurélio Kistemann Junior

Marconi Fonseca de Moraes

Mayra Barbosa Guedes

Neil Franco Pereira de Almeida

Neiva Ferreira Pinto

Otávio Eurico de Aquino Branco

Raquel Tognon Ribeiro

Reinaldo Duque Brasil Landulfo Teixeira

Rodrigo Christofolletti

Samuel Rodrigues Castro

Schirley Maria Policario

Silvina Liliana Carrizo

Simone Sales Marasco Franco

Tatiana Franca Rodrigues Zanirato

Tereza Pereira do Carmo

Thais Fernandes Sampaio

Willsterman Sottani Coelho



## **VII Mostra de Ações de Extensão – 2023**

**Comissão organizadora:**

**Pró-reitora de Extensão:** Prof<sup>a</sup>. Ana Livia de Souza Coimbra

**Pró-reitora Adjunta de Extensão:** Prof<sup>a</sup>. Fernanda Cunha Sousa

**Gerente Acadêmica e Administrativa de Extensão:** Karoline Pacheco de Melo

**Coordenação Acadêmica - Campus Governador Valadares:** Alex Sander de Moura

**Coordenação Geral do Evento:** Devani Tomaz Domingues, Júlia Pimentel Maia Portugal e  
Thamirys Silva M. Gonçalves

Dedicamos os volumes deste e-book a todos aqueles que acreditam no poder transformador da educação e da extensão na sociedade. Agradecemos aos incansáveis extensionistas, que dedicam seu tempo, conhecimento e paixão para levar o saber acadêmico além dos muros da UFJF, impactando vidas e comunidades inteiras.

Uma menção especial aos dedicados bolsistas e estudantes envolvidos nessas ações de extensão, cujo entusiasmo e comprometimento são a fonte de energia e sucesso por trás de cada projeto e programa. Seu desejo de aprender, crescer e contribuir para um mundo melhor é inspirador.

E, é claro, aos verdadeiros beneficiários de todo esse esforço – as pessoas cujas vidas são tocadas e transformadas pela extensão universitária. São vocês que validam a importância desse trabalho, que nos lembram diariamente que a educação tem um propósito maior: o de construir uma sociedade mais justa, inclusiva e iluminada.

Que este e-book possa servir como um tributo a todos os envolvidos, um testemunho das realizações alcançadas e um incentivo para continuar trilhando o caminho da Extensão, em que a UFJF e a sociedade se transformam mutuamente. Juntos, estamos construindo pontes entre o mundo acadêmico e a sociedade para um futuro mais brilhante para todos.

Organizadoras

“A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade.”

**Bell Hooks** (*Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017, p. 273)

## Sumário

### **Prefácio da VIII Mostra de Ações de Extensão – 2023**

Fernanda Cunha Sousa e Ana Livia de Souza Coimbra ..... 10

### **Apresentação**

Marcus Vinicius David e Girlene Alves da Silva ..... 12

### **Cultura**

#### **3º Seminário científico GET Arquitetura e Urbanismo: cartografando e resgatando paisagens**

Ana Aparecida Barbosa Pereira e Patrícia Nogueira Alves ..... 13

#### **Abordagem etnográfica e estudo preliminar arquitetônico para o Museu**

##### **Tapirapé/Apyãwa**

Letícia Maria de Araújo Zambrano, Elizabeth de Paula Pissolato, Aline Calazans Marques, Fabrício Fontenelle, Ana Guggenheim Coutinho, Koria Valdvane Apyãwa (Yrywaxã), Pedro Henrique Oliveira Reis Teixeira, Amanda Martins dos Reis e Breno Marangon Neves ..... 20

#### **Inventários participativos em Juiz de Fora: a experiência no distrito de Sarandira**

Mariana Dominato Abrahao Cury, Helena Tuler Creston, Ana Carolina Lewer Delage Lemos, Luiz Gustavo Silva da Fonseca e Pablo Henrique Ferreira de Melo ..... 31

#### **Viagem de estudos para Diamantina e Serro – MG**

Mônica Cristina Henriques Leite Olender, Patrícia Nogueira Alves, Matheus Messer Costa e Ana Elisa de Oliveira ..... 41

### **Direitos Humanos e Justiça**

#### **Acessibilidade em Unidades Básicas de Saúde (UBS) no município de Juiz de Fora-MG**

Myrtes Raposo, Frederico Braida, Cíntia Tartari, Larissa Simões, Marcia Rangel e Jaqueline Trovato ..... 51

#### **GRADE: Grupo Referência em Atenção aos Direitos na Execução Penal**

Bráulio de Magalhães Santos e Reinaldo Bezerra Souza ..... 58

#### **“Lar dos Velhinhos” - instituição de longa permanência para idosos**

Lohany Machado Almeida, Dinamayra dos Santos Andrade, Isabella Maria Ferreira de Carvalho, Isadora Mendes Moreira Araújo, Izabela Casarim Pacheco, Matheus Ribeiro Natividade, Kascilene Gonçalves Machado e Sleta Cristina Correa Hott ..... 66

#### **Projeto para desenvolvimento de projeto básico arquitetônico participativo em caso de realocação de famílias em situação de remoção da comunidade Vila São Sebastião**

Letícia Maria de Araújo Zambrano, Elizete Menegat, Regina Lúcia Gonçalves Tavares, Guilherme de Oliveira Gomes e Lais Batista Santos ..... 74

## Educação

### **Aprendizados e dificuldades na educação médica continuada em ortopedia**

Vitor Homero Vieira, Marcus Roberto Magalhães Cassani, Pedro Castro Areias, Eduardo Oliveira dos Prazeres, Isabelle Gomes Dias, Isadora de Cássia Oliveira Leal, João Vitor Santos Gamonal e João Paulo Gonçalves dos Santos..... 85

### **Cidadania, Ação e Educação**

Renan Cesar Gomes de Aguiar, Ana Júlia Fernandes Torres, Otávio Matheus de Andrade, Alexandre Altamir Moreira, Raysa Rodrigues Ferreira, Ramon Marciano de Moraes e Lucy Tiemi Takahashi..... 91

### **Educação em saúde e formação docente: uma interface necessária**

Sandrelena da Silva Monteiro, Milena Medeiros de Resende, Kássia Becker de Oliveira, Leandro Damasceno Kreutzfeld, Lúcia Miranda Gouvêa, Ruthmary Fernanda de Souza Fernandes e Raquel Rinco Dutra Pereira..... 98

### **Encontros de estudo sobre BNCC e Novo Ensino Médio no ofício docente**

Cláudia Avellar Freitas, Clarice Parreira Senra, Lethycia Lopes, Aguinaldo de Moura Vieira e Wallace Victor Sales Tolentino ..... 105

### **Espanhol para todos: língua e cultura(s) em diálogo na escola pública**

Lucila Carneiro Guadalupe e Clarisse de Paiva Garcia..... 112

### **Filmes de animação como instrumento para a compreensão de bioquímica e imunologia em escola pública de Governador Valadares – MG**

Bárbara Pereira Fernandes de Oliveira, Matheus Soprani Silva, Juliana Marino Maia, Miguel Elias Cobalchini Saliba, Keila Gomes Maciel Lara, Fernanda Souza de Oliveira Assis e Maísa Silva ..... 120

### **GARRA (Cursinho Popular) – educação, transformação e sustentabilidade na comunidade: um relato de experiência**

Israel Bem-Hur Netto Cardoso e Ivana Lúcia Damásio Moutinho..... 130

### **Habilidades metacognitivas e orientação de estudos na Educação de Jovens e Adultos**

João Victor Ribeiro Toledo, Késia Mayra Rodrigues Ignácio e Marisa Cosenza Rodrigues ..... 139

### **Popularização científica por mídias para o controle das arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti***

Ariane Mota de Souza, Renata Alves Nunes, Renan Ferreira Fietto, Antônio Frederico de Freitas Gomides e Cibele Velloso Rodrigues ..... 146

## Prefácio da VIII Mostra de Ações de Extensão - 2023

A VIII Mostra de Ações de Extensão, com o tema “Em defesa dos direitos fundamentais e das diversidades”, encerra um ciclo de trabalho desta gestão à frente da Pró-reitoria de Extensão (PROEX), buscando sempre construir e fortalecer espaços de diálogo e de divulgação das ações desenvolvidas pela UFJF junto aos demais segmentos da sociedade.

Em todas as suas edições, desde 2016, esse evento teve o objetivo de proporcionar a troca de saberes, a integração e a produção coletiva de conhecimentos, assim como a publicização das práticas e ações de extensão desenvolvidas pelos Programas e Projetos de Extensão da UFJF em seus dois *campi*.

A retomada, em 2016, de um evento institucional relacionado à Extensão na UFJF como a Mostra, que não era realizada desde meados de 2000, era um anseio da comunidade extensionista da instituição e foi fruto de intenso trabalho da equipe de gestores, servidores técnico-administrativos, trabalhadores terceirizados e bolsistas da PROEX.

Desde 2016, além da retomada do evento, a Extensão na UFJF presenciou vários avanços, como: a reativação do Conselho Setorial de Extensão e Cultura; o estabelecimento de uma Política de Extensão para a UFJF; a publicação periódica e constante aprimoramento de editais de submissão de programas e projetos; a realização de reuniões e fóruns, que proporcionaram o levantamento de demandas junto a grupos representativos da sociedade, permitindo a criação de editais para atendimento de demandas estimuladas; o fortalecimento do programa Boa Vizinhança em Juiz de Fora e Governador Valadares; a ampliação da oferta de cursos que possibilitaram a oferta de todas as línguas já disponíveis para a comunidade acadêmica também para a comunidade externa; a reativação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a inauguração do Jardim Botânico e o fortalecimento das atividades acadêmicas do Centro de Ciências; a busca constante e disponibilização, sempre que o contexto orçamentário permitiu, de recursos financeiros para as ações de extensão, para além da alocação de bolsas acadêmicas; a implementação da extensão nos currículos de graduação da instituição.

Também desde 2016, a extensão desenvolvida pela UFJF atravessou contextos dos mais adversos, como um golpe de estado com seus vários desmembramentos, sucessivos cortes orçamentários, a pandemia de COVID-19 e todas as suas consequências diretas e indiretas, insistentes ataques às universidades públicas, que tiveram seus objetivos questionados, inclusive por aqueles que estavam à frente do próprio governo federal.

Tudo isso deixou marcas no trabalho que desenvolvemos desde então. Os avanços permitiram às equipes extensionistas da UFJF melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades junto à sociedade. As dificuldades exigiram de todos resiliência e força para suportar, se reinventar, superar, transpassar as diferentes barreiras.

Mas não se perdeu, em momento algum, o que define a Extensão Universitária em nossa instituição, como atividade integrada ao currículo e à organização da pesquisa, que constitui um processo interdisciplinar, transdisciplinar, cultural, social, científico, político, educacional e tecnológico, o qual promove a prática dialógica transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, a partir da

construção de uma prática dialógica de saberes e ações que visem à redução das desigualdades sociais e à emancipação dos atores envolvidos (conforme a Resolução nº 04/2018, que fixa normas sobre a Política de Extensão na UFJF).

E o resultado de todos esses esforços e conquistas, que se somaram à resposta sempre muito engajada da comunidade extensionista dos dois *campi* da instituição, está representada a seguir, nos capítulos escritos a partir de trabalhos premiados nas modalidades de vídeo, banners e instalações didático-pedagógicas, além dos relatos das experiências extensionistas nos *campi* de Juiz de Fora e Governador Valadares da UFJF, convidados para submeter propostas a esta publicação.

Ao convidá-los para a leitura dos capítulos que se seguem, das áreas temáticas de “Cultura”, “Direitos Humanos e Justiça” e “Educação” o nosso muito obrigada a todos colaboraram para que este trabalho fosse realizado, aos discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e trabalhadores terceirizados da instituição, em especial à toda a equipe da Pró-reitoria de Extensão, sem a qual nada disso seria possível, mas principalmente a todos aqueles a quem essas ações se destinam, aos chamados membros da comunidade externa, mas que pretendemos cada vez mais pertencentes não só a este espaço, mas a tudo que ele representa, tornando-o mais inclusivo, colaborativo, dialogado, questionador, transformador e vivo.

Há muito mais a fazer e alcançar. Sigamos avançando sempre!

Fernanda Cunha Sousa<sup>1</sup>  
Ana Livia de Souza Coimbra<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>Professora Associada do Departamento de Letras da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduada em Letras com Habilitação em Latim, Mestra e Doutora em Linguística pela UFJF. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Professores de Latim (ABPL) no biênio de 2016-2018 e da diretoria da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC) nos biênios de 2018-2019 e 2020-2021. Coordenadora de Ações da PROEX/UFJF (2017 a 2019) e Pró-reitora Adjunta de Extensão UFJF de agosto de 2021 a abril de 2024.

<sup>2</sup>Professora Titular do Departamento de Política de Ação do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pró-reitora de Extensão da UFJF de abril de 2016 a abril de 2024. Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades

## Apresentação

A publicação deste e-book faz parte de um conjunto de ações, que visam dar visibilidade ampliada à articulação entre o conhecimento produzido na Universidade e as demandas da sociedade, demonstrando como a produção acadêmica pode ser aplicada e construída em uma relação direta com a comunidade. Os textos que compõem este compilado demonstram a excelência de nossa instituição no campo extensionista.

A extensão universitária desenvolvida na UFJF tem avançado qualitativa e quantitativamente, consolidando-se como espaço de aprendizagem reconhecido institucionalmente. Assim, supera-se a concepção assistencialista do fazer extensionista com ações, as quais têm como foco a relevância social da ação de extensão, direcionando a política extensionista a programas e projetos, que considerem o compromisso social e o papel da Universidade frente às realidades que nos cercam e das quais fazemos parte.

Mesmo em contexto tão adverso, como o que vivenciamos recentemente, seguimos buscando formas de propiciar esse diálogo transformador e participativo. Parceria importante tanto para a comunidade universitária como para os diferentes segmentos sociais, os quais fazem da Universidade um espaço vivo, crítico e participativo, necessário para a formação dos estudantes, que irão contribuir para a superação de situações sociais desiguais tão intensificadas nos últimos anos. Assim, a comunidade extensionista compartilha os saberes produzidos no ambiente acadêmico com as comunidades dos territórios onde a UFJF se insere.

É preciso considerar que a prática da extensão como um componente curricular, cumprimento da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida em um contexto ainda de dificuldades orçamentárias.

Mas, a despeito de todos os problemas, novos horizontes abrem-se como o fortalecimento das relações interinstitucionais; como a ampliação das relações com representações de diferentes setores da sociedade, em especial com aqueles que, de outro modo, seriam privados de muitos de seus direitos fundamentais.

Estamos diante de um desafio, o qual demanda um novo saber e um novo fazer acadêmico capazes de formar profissionais de diversas áreas, que terão a oportunidade, via prática extensionista, de refletir e contribuir para a melhoria das condições de vida, a garantia de direitos e a transformação social. Os trabalhos presentes demonstram que a UFJF está pronta para desenvolver, com extrema competência, seu papel neste novo tempo que se inicia para a extensão universitária no Brasil.

Marcus Vinicius David  
Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora

Girlene Alves da Silva  
Vice-reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora



# **3º Seminário científico GET Arquitetura e Urbanismo: cartografando e resgatando paisagens**

Ana Aparecida Barbosa Pereira<sup>1</sup>

Patrícia Nogueira Alves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFJF. Tutora do GET-Arquitetura e Urbanismo. E-mail: ana.pereira@ufjf.br.

<sup>2</sup>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Egressa do GET Arquitetura e Urbanismo da UFJF. E-mail: patricia.nogueira@arquitetura.ufjf.br.

# **3º Seminário científico GET Arquitetura e Urbanismo: cartografando e resgatando paisagens**

## **1 INTRODUÇÃO**

Anualmente, o GET Arquitetura e Urbanismo realiza um Seminário Científico com a finalidade de compartilhar com a comunidade acadêmica e demais interessados os estudos e produções do grupo ao longo do ano. Em 2022, foi realizada a terceira edição deste evento de extensão, o qual teve como tema “Cartografando e Resgatando Paisagens”, e foi realizado no dia 15 de dezembro, que é também o Dia do Arquiteto, no Galpão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (FAU-UFJF).

O tema central do Seminário é decidido em conjunto pelo grupo e pela tutora, com base nas atividades desenvolvidas e no que é considerado mais importante e interessante de ser compartilhado. O 1º Seminário Científico do GET Arquitetura e Urbanismo, em 2020, teve como tema “Paisagem, caminhos e cores”, no qual foi muito explorado os caminhos e percursos de Minas Gerais, com destaque para a cidade de Diamantina. Já no segundo, em 2021, o tema foi “EM METAMORFOSE... as cores, as plantas e a cidade”, tendo como foco os estudos sobre o método científico de Goethe. O presente trabalho discorre sobre o terceiro, “Cartografando e Resgatando Paisagens”, que foi o primeiro realizado no formato presencial, visto que os anteriores foram realizados remotamente na plataforma Google Meet, em decorrência das condições impostas pela pandemia da COVID-19. A tão esperada oportunidade de realizar um evento presencial na faculdade depois de dois anos de distanciamento, fez com que o grupo almejasse um resgate da paisagem do Galpão de FAU-UFJF, que durante eventos sempre ficava repleto de pessoas interessadas, visto que os discentes sempre foram muito participativos e presentes, mas no contexto pós-pandêmico o cenário foi contrastante. Ficou perceptível ao longo de 2022 o quanto a pandemia impactou a adesão dos estudantes em eventos, muito pela apreensão por ainda haver considerável risco de contaminação, quanto por questões como perda do costume de participar de eventos presenciais, e até um maior cansaço consequente do panorama vivido. Portanto, um dos objetivos com a realização deste 3º Seminário era promover um resgate da apropriação do espaço da faculdade, da participação conjunta e do intercâmbio de aprendizados com um contato mais próximo. Além disso, o GET em questão havia realizado muitos estudos e discussões internas a partir de leituras sobre cartografia e paisagem, que são temas pouco explorados durante a graduação, de forma que seu compartilhamento é extremamente relevante para contribuir com a formação dos demais estudantes. A partir destes aspectos, ficou definido o tema de “Cartografando e Resgatando Paisagens”. O evento contou também com convidados externos, para promover uma maior interação, e também fazer com que fosse mais dinâmico.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O 3º Seminário Científico do GET Arquitetura e Urbanismo (Figura 1) ocorreu durante um dia inteiro, em dois turnos. No turno da manhã, a programação foi voltada



uma maior aproximação do GET com outros grupos da mesma faculdade, e também uma vivência mais interativa dos discentes que estavam participando.

Além das oficinas, houve um momento expositivo de outra parceria com o LAPASA, com o Projeto de Extensão: A Paisagem em Poesia - Uma Metamorfose Interior, no qual a bolsista explicou sobre o processo de criação de livros, e mostrou os resultados obtidos.

**Figura 2** - Oficina “Experiências cartográficas através da paisagem de Diamantina”



**Fonte:** Acervo do GET Arquitetura e Urbanismo, 2022

O turno da manhã foi encerrado com as apresentações dos estudos desenvolvidos pelo grupo ao longo do ano. Destaca-se duas palestras: “Análise Morfológica do Território das Minas Gerais no Período Colonial” e “O abastecimento de água em Diamantina, 1893-1933”, nas quais os getianos puderam sintetizar as pesquisas desenvolvidas para gerar uma maior aproximação dos estudos do grupo com os demais discentes. Além disso, estabeleceu-se um diálogo sobre as obras estudadas pelo grupo, como forma de contextualizar o evento e as produções que estavam sendo exibidas, e também para servir de indicação literária para os interessados (Figura 3). Para isso, foi feita uma síntese da ideia central de cada uma das obras, sendo elas: Arraiais e Vilas d’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas; Walkscapes: o caminhar como prática estética; O Gosto do Mundo: exercícios de paisagem; Viagem à Itália; A Metamorfose das Plantas; Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia; e A Invenção da Paisagem.

**Figura 3** - Momento de exposição das obras estudadas pelo grupo



**Fonte:** Acervo do GET Arquitetura e Urbanismo, 2022

Já o turno da tarde foi dedicado a questões práticas da atuação do arquiteto e urbanista, a partir da fala de convidados externos. A primeira palestra foi com a DecorColors Juiz de Fora, uma loja especializada em cimento queimado, que levou amostras de materiais e demonstrou a aplicação de produtos. Foram apresentados produtos para além de tintas e cimentos queimados, com explicação sobre os usos e aplicações de cada um. Foi uma atividade que proporcionou um contato mais direto com materiais, que é um aspecto que muitos estudantes de arquitetura afirmam sentir falta ao longo do curso, de forma que o GET pôde proporcionar essa experiência dentro do Galpão da FAU. A segunda foi uma conversa com o CAU/MG - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, que enviou uma representante para explicar o papel do CAU na atuação profissional do arquiteto e urbanista, e também sanar as dúvidas dos estudantes. Foi também um momento de ricas trocas, e uma oportunidade de ter um contato mais direto com o mercado de trabalho que se aproxima dos graduandos. Com isso, o turno da tarde do Seminário Científico buscou levar para a comunidade acadêmica do curso em questão demandas que foram observadas tanto pelos próprios getianos ao longo de sua trajetória acadêmica, quanto por colegas que também já comentaram sentir tais lacunas em sua formação.

### **3 CONCLUSÕES**

A realização do evento de extensão 3º Seminário Científico GET Arquitetura e Urbanismo: CARTOGRAFANDO E RESGATANDO PAISAGENS foi extremamente proveitosa em muitos aspectos. Primeiro, para os getianos, foi uma oportunidade de exercitar a organização de um evento em múltiplas esferas, desde a concepção da ideia a ser desenvolvida, até a divulgação, comunicação externa para convidar participantes, e produção de materiais, de forma que o grupo precisou de unir para organizar as tarefas e para que o evento fosse coeso e interessante. Além disso, para chegar em consenso de quais atividades deveriam estar na programação, foram

necessárias discussões entre os getianos, promovendo um intercâmbio interno de percepções de cada um com relação ao curso e suas demandas. E organizar as apresentações fez com que os integrantes do GET exercitassem a capacidade de síntese, já que precisavam explicar pesquisas de um ano em um período de tempo muito curto, e também retomassem estudos de forma a fixar melhor os aprendizados.

Outro aspecto a se destacar é que com este evento foi possível gerar uma movimentação maior no Galpão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Apesar de não ter alcançado a adesão que existia no período anterior à pandemia da COVID-19, uma quantidade considerável de estudantes participou ativamente, e muitos comentaram depois que o evento havia sido considerado proveitoso. Observar a quantidade de pessoas presentes em cada atividade fez com que o grupo pudesse perceber quais são as demandas da comunidade acadêmica, para que os próximos eventos fossem pensados em função do que iria ser mais proveitoso para o público-alvo.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Rubens do. *Morfologia Urbana Conceitos e aplicações*. Disponível em: [https://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/morfologia\\_urbana\\_conceitos\\_aplicacoes.pdf](https://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/morfologia_urbana_conceitos_aplicacoes.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

CARERI, Francesco. *Caminhar e parar*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardi. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. Tradução de Frederico Bonaldo. 1ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CARTA DA PAISAGEM DAS AMÉRICAS. *Descobrir as paisagens das Américas: desenhar, planejar, conservar e gerir*. Tradução de Lúcia Veras e Luciana Schenk. IFLA Américas: Cidade do México, 2018.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Experimentações em Diamantina*. Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1838-1967. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAIO, Sara Di; BERENGO, Cecília; PRIORE, Ricardo; GALLÀ, Damiano. *Nós somos a paisagem*. compreender a convenção europeia da paisagem. Tradução do Inglês para o Português de Mariana Lopes. APAP, 2010, p.39.

MESQUITA, A. Sobre mapas e segredos abertos. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, [S. l.], 2012, p. 116–137. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15449>. Acesso em: 7 out. 2021.

NETTO, M., COSTA, S.A.P.; LIMA, T.B.. *Bases conceituais da Escola Inglesa de Morfologia urbana*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90309/92977>. Acesso em: 14 dez. 2022

SPERLING, D. M. Você (Não) Está Aqui: Convergências no Campo Ampliado das Práticas Cartográficas. *Indisciplinar*, [S. l.], v. 2, n. 2, 2016, p. 77–92. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32766>. Acesso em: 7 out. 2021.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Diefel, 1980.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Formação urbana do arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 14, 1959.



# Abordagem etnográfica e estudo preliminar arquitetônico para o Museu Tapirapé/Apyãwa

Letícia Maria de Araújo Zambrano<sup>1</sup>

Elizabeth de Paula Pissolato<sup>2</sup>

Aline Calazans Marques<sup>3</sup>

Fabício Fontenelle<sup>4</sup>

Ana Guggenheim Coutinho<sup>5</sup>

Koria Valdvane Apyãwa (Yrywaxã)<sup>6</sup>

Pedro Henrique Oliveira Reis Teixeira<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Doutora em Arquitetura e Urbanismo (PROARQ/UFRJ). Estágio doutoral e pós-doutorado na École d'Architecture de Toulouse/França. Professora Associada do Departamento de Projeto, Representação e Tecnologia/FAU/UFJF. Coordenadora da ação. E-mail: leticia.zambrano@ufjf.br.

<sup>2</sup>Antropóloga, professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Departamento de Ciências Sociais da UFJF. Mestre e doutora em Antropologia Social (MN/UFRJ, 2006). Coordenadora da área de antropologia da ação. E-mail: elizabeth.pissolato@gmail.com.

<sup>3</sup>Doutora em Arquitetura (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Análise e Representação da Forma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura (UFRJ). Colaboradora externa. E-mail: alinecalazans@fau.ufrj.br.

<sup>4</sup>Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFF. Doutorando em Ciência e Tecnologia da Madeira pelo PPGCTM/UFLA. Professor Adjunto do Departamento de Projeto, Representação e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Colaborador da ação. E-mail: fabricio.fontenelle@arquitetura.ufjf.br.

<sup>5</sup>Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS - Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Colaboradora da ação. E-mail: anagnc@gmail.com.

<sup>6</sup>Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Antropólogo Colaborador Apyãwa da ação. E-mail: koriatapirape@gmail.com.

<sup>7</sup>Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Colaborador da área de antropologia da ação. E-mail: pedro.h.reis.teixeira@gmail.com.



Amanda Martins dos Reis<sup>8</sup>  
Breno Marangon Neves<sup>9</sup>

<sup>8</sup>Mestranda no PGICAL-UNILA. Ex-bolsista e atualmente colaboradora da ação. E-mail: amanda.m.reis@outlook.com.

<sup>9</sup>Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFJF. Bolsista da ação no período de 2022/2023. E-mail: breno.marangon@estudante.ufjf.br.

# Abordagem etnográfica e estudo preliminar arquitetônico para o Museu Tapirapé/Apyãwa

## 1 INTRODUÇÃO

Os museus indígenas autogeridos surgem no Brasil a partir do final do século XX como expressão de mobilizações políticas e reivindicação de soberania por estes povos sobre a definição e interpretação de sua própria cultura e história. Tal movimento observado entre povos indígenas e comunidades tradicionais é acompanhado de transformações dentro da cena museológica e antropológica no contexto das críticas decolonial e às epistemologias do conhecimento no mundo ocidental.

Nesse contexto de musealização indígena, surge a demanda à nossa equipe para elaboração de um projeto arquitetônico e acompanhamento antropológico para o Museu Apyãwa - MT. O projeto tem início em 2020, quando parte da equipe faz uma visita à Aldeia Tapi' Itãwa na TI Urubu Branco para conhecer o povo, compreender esta demanda e realizar conversas com lideranças e levantamentos de campo.

Este relato de experiência refere-se ao segundo ano do projeto (2021-2022) do grupo interdisciplinar de pesquisadores de diferentes áreas.<sup>1</sup>

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Sobre os Apyãwa

Os Apyãwa, povo tupi-guarani mais conhecido na literatura por Tapirapé, correspondem a uma população de cerca de mil pessoas que vivem no nordeste do estado de Mato Grosso, na região do Médio Araguaia, onde se distribuem atualmente em oito aldeias nas Terras Indígenas (TI) de Urubu Branco e Tapirapé/Karajá (Figuras 1, 2,3).

**Figura 1** - Localização das TI Urubu Branco e Tapirapé/Karajá - MT



**Fonte:** Equipe do projeto, editado de Google Earth, 2023

<sup>1</sup>Professores UFJF: Letícia Zambrano, Elizabeth Pissolato, Fabrício Fontenelle. Estudantes graduação: Breno M. Neves (2022/2023), Maria Guilhermina G. Elmor (2023), Luisa G. Peixe (2023) Bolsista de pós-graduação: Pedro Henrique Teixeira. Colaboradores externos: Ana G. Coutinho, Aline C. Marques, Koria V. Apyãwa (Yrywaxã), Amanda M. dos Reis. Ex: bolsistas/ voluntários: Natália Cabido Ferreira, Lucas Pêgas Avelar Coelho, Marina Gouveia Souza.

**Figura 2** - Localização das TI Urubu Branco e Tapirapé/Karajá em relação a municípios próximos



**Fonte:** Equipe do projeto, editado de Google Earth, 2023

**Figura 3** - Vista aérea da Aldeia Tapi'itawa (TI Urubu Branco)



**Fonte:** Equipe do projeto, editado de Google Earth, 2023

Sua história recente envolveu importante recuperação demográfica de uma população que chegou a contar menos de cinquenta pessoas nos anos 1950 em consequência de ataques guerreiros por povos inimigos e de epidemias decorrentes das frentes de contato. Esta recuperação, narrada pelos Apyãwa, reconhecendo colaborações fundamentais de parceiras e parceiros não indígenas, passou pela atenção às condições de saúde, o crescimento demográfico, pela retomada da terra onde viveram seus ancestrais, na Serra do Urubu Branco, a reconstrução da aldeia Tapi'itãwa onde os antigos Apyãwa se reuniam para as festas do ciclo ritual anual, e pelo fortalecimento da língua, especialmente através da escola implantada nos anos 1970.

A escola Apyãwa e a afirmação da língua nativa como o instrumento básico da educação escolar e da expressão da “cultura” tornaram-se estratégias fundamentais de existência e resistência frente às investidas de colonização e imposição de um modelo ocidental aos povos indígenas no Brasil. A construção de um museu Apyãwa indica um novo momento da história deste povo, somando-se à escola no processo vivo de autonomia indígena.

## 2.2 Objetivos e metodologia

O objetivo do projeto consiste no desenvolvimento, a partir do trabalho colaborativo da equipe interdisciplinar junto de lideranças e pesquisadores apyãwa, de um estudo preliminar arquitetônico para a edificação do museu do povo Apyãwa na aldeia de Tapi'itãwa (TI Urubu Branco, MT) e da elaboração de acervos e da gestão autônoma deste museu.

Para esta etapa do projeto extensionista, estabeleceu-se a meta de maior aproximação dialógica com a comunidade, visando vencer o distanciamento físico, imposto pela geografia e pela pandemia da COVID-19, a partir de duas frentes:

- Arquitetura: desenvolvimento do projeto com materiais gráficos, maquetes e vídeos visando melhorar a comunicação nas reuniões virtuais com os Apyãwa.
- Antropologia: construção de um processo de troca de saberes, partindo da presença importante de um antropólogo Apyãwa na equipe do projeto e trazendo para as reuniões o diálogo com lideranças e pesquisadores envolvidos em processos de musealização de outros povos indígenas no Brasil.

A equipe da antropologia propôs debates de etnologia e história, com foco principal no ritual Apyãwa, debate crucial para qualificar as escolhas formais no projeto arquitetônico, e organizou, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFJF, dois seminários: "Museus indígenas e as políticas da cultura: traduções e re-existências" e "Dos museus etnográficos às museologias colaborativas: zonas de contato e transformações", com presença de pesquisadores apyãwa e universidades UNIRIO, UFF E UFPE.

A equipe da arquitetura consolidou, em comum acordo com as lideranças, as decisões do projeto arquitetônico, tanto em termos de forma, estrutura, materialidade e espaços do museu, através de diálogos e reuniões deliberativas (Figuras 4 e 6).

**Figura 4** - Reunião de aprovação do projeto com lideranças



**Fonte:** Acervo do projeto

**Figura 5 - Reunião de aprovação do projeto com lideranças**



**Fonte:** Acervo do projeto

### 2.3 O projeto arquitetônico do museu

Durante as trocas dialógicas com os Apyãwa, ouvimos muitas manifestações de sua expectativa de que o museu a ser construído fosse um “museu vivo”. A ideia de um “museu vivo” contrapõe-se ao entendimento no senso comum não indígena, de que conhecimentos indígenas pertencem ao passado e que a função dos museus seria exclusivamente de guarda de tradições antigas (Zambrano, Pissolato, Reis *et al.*, 2023).

O museu vivo se liga a um modo de conhecimento e de memória que se realiza como experiência de fazer a vida. Ou seja, a preservação da memória, a produção de pessoas e a atualização de relações importantes para a manutenção da vida coletiva são processos imbricados. Os tempos também se entrelaçam na produção do conhecimento, de modo que os saberes transmitidos por anciãs e anciãos são mobilizados na produção da vida atual, que, por sua vez, e, como disse Paroo’i, mantém preocupações com as gerações futuras. Um museu vivo deve ser, portanto, capaz de aprender, atualizar, presentificar saberes produtores de vida, isto é, daquilo que se entende como o viver bem, com saúde e alegria. (Zambrano, Pissolato, Reis *et al.*, 2023)

Na busca do sentido que pudéssemos dar à forma do museu, e através dos diálogos com os Apyãwa, observamos o apreço do povo por diversas materialidades, tanto aquelas presentes nos rituais mais públicos (como máscaras e diademas), quanto aquelas do cotidiano (como enfeites corporais e objetos ornados com grafismos). Foi manifestado pelas lideranças o desejo de uma continuidade entre o âmbito dos rituais, o cuidado com as diversas materialidades e o Museu Apyãwa no que diz respeito à edificação e seu futuro acervo. A partir da reflexão sobre materialidades, objetos, e conexões cruciais das festas com a produção da vida nas aldeias Apyãwa, destacou-se *ype*, ou máscara Cara Grande (Figura 6), que compõe *tawã*, espírito do inimigo no ritual de mesmo nome (*Tawã*). O ritual de *Tawã* e a máscara do inimigo são indicados por diversos interlocutores Apyãwa como sendo um dos principais rituais do povo. Como aponta Coutinho (2019), trata-se de um ritual central que estrutura o ciclo

completo das “festas”<sup>2</sup> do povo, marcando, inclusive, a mudança de estações (chuva e seca).

A imagem-conceito central deveria, no entendimento compartilhado, dialogar com o ciclo anual das festas. A “cara” do museu assumiu, na elaboração conceitual, um sentido mais literal, na medida em que a máscara da “Cara-Grande” tornou-se referência principal para o projeto. A máscara Cara-Grande, que apresenta um inimigo indígena histórico (Kayapó, Karajá ou outros) recepcionado pelos Apyãwa reunidos a cada ano no conjunto das festas rituais (*Tarywa*), tornou-se o formato em planta do Museu (Figuras 7 e 11).

**Figura 6** - Máscara de cara grande - *Ype* no ritual do rapaz



**Fonte:** Acervo de Ana Coutinho, 2019

**Figura 7** - Geração da forma a partir da máscara de cara grande Apyãwa



**Fonte:** Amanda Reis a partir de imagem do Pinterest, Pinterest

---

<sup>2</sup> Coutinho utiliza o termo “festas” como tradução da palavra *Tarywa*, sendo, segundo a autora, um termo comumente utilizado em outros contextos, especialmente no Alto Xingu (Coutinho, 2023).



Outro objeto, marcador de prestígio e de identidade do povo Apyãwa, soma-se na composição formal. O *akygetãra* (Figura 8), diadema usado pelos antigos xamãs e presente hoje na festa de iniciação masculina (a Festa do Rapaz), igualmente associado à produção de saúde e alegria no território, assume a inspiração para a conformação da estrutura de sustentação em pórticos (Figura 9 e 10).

**Figura 8** - Diadema - *Akygetãra* - usado pelos caciques



**Fonte:** Ana Coutinho

**Figura 9** - Maquete da estrutura inspirada no Diadema



**Fonte:** Acervo do projeto

**Figura 10** - Maquete do museu demonstrando sua estrutura



**Fonte:** Acervo do projeto

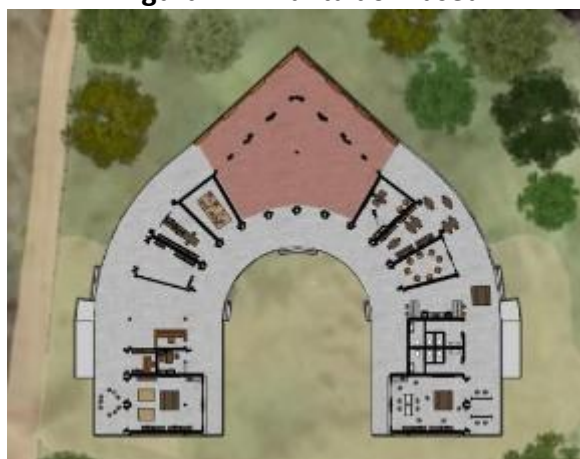
Um marco importante da etapa descrita neste memorial foi a aprovação, sob grande entusiasmo das lideranças parceiras, de *ype* (planta baixa) e *akygetãra*, (estrutura) como “a cara e a cabeça do museu” do povo apyãwa, respectivamente (ver documento de aprovação que acompanha este Memorial) (Zambrano, Pissolato, Reis *et al.*, 2023).

A materialidade do museu foi definida a partir de uma lógica de integração e harmonia com a paisagem e proximidade aos materiais naturais empregados nas

construções das casas tradicionais da aldeia e da *takãra*. Entretanto, a preocupação com a durabilidade e a escassez dos materiais disponíveis no entorno, nos levou a escolher a madeira eucalipto tratado, disponível para compra na região, a ser instalada e tratada de forma a assegurar a resistência e durabilidade. A cobertura em telhas termoacústicas confere estanqueidade e durabilidade sem necessidade de manutenção frequente, como seria o caso de soluções de sapê ou cerâmica. As paredes em pau a pique usam a argila e bambu disponíveis localmente, assim como permitem fácil execução com mão de obra local, sendo aplicadas em todas as vedações opacas do projeto, sendo especialmente adequadas por sua leveza, quando executadas em painéis sobre vigas de madeira. São ainda empregados painéis e forros em palha, seguindo os trançados dos artesãos Apyãwa, e janelas, portas e treliças vazadas em madeira. O uso de técnicas materiais e tradicionais com detalhamento e tratamento adequados, poderão servir como referência construtiva para o povo, permitindo incorporar essas soluções para suas construções.<sup>3</sup>

Os espaços idealizados, definidos a partir de nossas conversas com as lideranças, contemplam salas destinadas a exposições, oficinas, onde poderão ensinar seus saberes e artes/artesanato às novas gerações, salas de aulas, biblioteca, espaços de guarda de acervo, de produção audiovisual, de pesquisa e para reuniões (Figuras 11, 12 e 13).

**Figura 11** - Planta do museu



**Fonte:** Acervo do projeto

**Figura 12** - Vista externa do museu em maquete eletrônica



**Fonte:** Acervo do projeto

---

<sup>3</sup>Nota-se que a arquitetura local sofre muita influência de sistemas construtivos da cidade, como as chamadas “casas de material”, executadas com tijolos industrializados, de tipos variados e outros materiais que se distanciam da sua cultura construtiva.



**Figura 13** - Vista externa do museu



**Fonte:** Acervo do projeto

### 3 CONCLUSÕES

Desenvolver um projeto arquitetônico para uma comunidade indígena no Mato Grosso, com o objetivo de fazê-lo de modo participativo, envolveu muitos desafios: adaptação da comunicação e dos modos de trabalho nas dinâmicas com os Apyãwa, em função das diferenças de língua, pela distância geográfica, necessidade de negociação de datas para nossas interações em função dos modos próprios de organização das atividades e ritmos da vida cotidiana nas aldeias Apyãwa, bem como de um intenso calendário ritual; estabelecimento de uma relação de confiança entre os envolvidos etc. Somaram-se, no período em foco, problemas relacionados à pandemia, sendo fundamental um deslocamento das atenções - por parte dos próprios Apyãwa e também no âmbito de nossa parceria - à questão da saúde nas aldeias.

Nesta segunda etapa do projeto a equipe também precisou se adaptar e experimentar novas estratégias para a capacitação de toda a equipe e melhor participação dos Apyãwa, aprofundando estudos sobre modos possíveis de se construir museus. Todos os desafios foram enfrentados com base no redirecionamento de ações e adaptações sempre que necessário, o que acabou estendendo prazos, mas também contribuiu efetivamente para uma elaboração mais cautelosa do projeto arquitetônico e maior aprofundamento dos estudos na construção do processo de musealização. Os desafios encontrados e estratégias para saná-los constituíram sempre oportunidades de aprendizado. A oportunidade de se desenvolver um projeto desta magnitude tem um potencial de transformação, não só profissional, mas também pessoal, o que pode ser constatado pelo envolvimento e engajamento de todos os participantes.

### REFERÊNCIAS

COUTINHO, Ana. *De Volta à Tapi'itãwa: uma etnografia dos rituais apyãwa e de seus Outros*. Manuscrito da tese de doutorado em preparação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas no Brasil*. Tapirapé. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapirapé>. Acesso em: 09 set. 2019.

TAPIRAPÉ, Ikatopawyya Daniela. *Origem do Tawã*. Monografia - Escola Indígena Estadual Tapi'itawã, Aldeia Tapi'itawã, Confresa, Mato Grosso, 2006.

TAPIRAPÉ, Koria Valdvane. *A formação do corpo e da pessoa entre os Apyãwa*. Resguardos, alimentos para os espíritos e transição alimentar. 2019. 170 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, 2019.

TAPIRAPÉ, Makato. *O Corpo como Suporte para a Geometria Apyãwa/Tapirapé*. 2009. Monografia (Licenciatura em Ciências Matemáticas e da Natureza) - Universidade do Estado de Mato Grosso, 2009.

TAPIRAPÉ, N.K.; COUTINHO, A.; OLIVEIRA, P. Produzindo a vida entre Terra, Escola e Museu: algumas notas sobre o processo de retomada apyãwa. In: PISSOLATO, E.; OLIVEIRA-CASTRO, A. *Políticas Ameríndias de Contra-colonialidade no século XXI*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2023.

TAPIRAPÉ, Nivaldo Korira'i. *Takãra: a Casa da Sapiência Apyãwa*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino em contexto indígena intercultural) - Universidade Estadual do Mato Grosso, 2022.

TAPIRAPÉ, Nivaldo Korira'i; TAPIRAPÉ, Kamoriwa'i Elber; TAPIRAPÉ, Josimar Xawapare'ymi; TAPIRAPÉ, Gilson Ipaxi'awyga; GOUVÊA DE PAULA, Luiz (Orgs.). *Xe'egyao – Apyãwa Xe'egimõ/Maira Xe'egimõ*. Tapi'itãwa: Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa, 2010.

ZAMBRANO, Letícia M.A.; PISSOLATO, Elizabeth de P.; REIS, Amanda M.; NEVES, Breno M. *et al. Museu Apyãwa-Tapirapé: abordagem etnográfica e estudo preliminar arquitetônico*. Memorial do Estudo Preliminar Arquitetônico. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023.

# Inventários participativos em Juiz de Fora: a experiência no distrito de Sarandira

Mariana Dominato Abrahao Cury<sup>1</sup>

Helena Tuler Creston<sup>2</sup>

Ana Carolina Lewer Delage Lemos<sup>3</sup>

Luiz Gustavo Silva da Fonseca<sup>4</sup>

Pablo Henrique Ferreira de Melo<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestra em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenadora do projeto. E-mail: mariana.cury@arquitetura.ufjf.br.

<sup>2</sup>Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-FAU-UFBA. Colaboradora externa do projeto. Email: helenatuler@hotmail.com.

<sup>3</sup>Especialista em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – campus Ouro Preto. Servidora do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa) da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Email: ana.lewer@gmail.com.

<sup>4</sup>Bacharel em Ciências Humanas e atualmente graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Voluntário do projeto. Email: luizgustavo.f@outlook.com.

<sup>5</sup>Bacharel Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFJF. Graduando em Ciências Sociais pela mesma instituição. Produtor cultural, curador e documentarista. Email: pablo.ferreira@estudante.ufjf.br.

# Inventários participativos em Juiz de Fora: a experiência no distrito de Sarandira

## 1 INTRODUÇÃO

A história, tal como a conhecemos, não é neutra. As estruturas de poder permeiam os saberes e os métodos que auxiliam a produção de conhecimento, orientando de forma silenciosa a elaboração de narrativas diante daquilo que desejamos preservar e apagar. Sabemos que essa dualidade entre o lembrar e esquecer é intrínseca ao campo da preservação. No entanto, também temos a consciência de que, desde os primórdios da história do patrimônio no Brasil, a perspectiva nacionalista buscou construir uma memória cultural pautada no desejo da unicidade histórica, fundamentada, sobretudo, nos valores da elite e na preservação de bens culturais representativos das estruturas de poder.

As políticas de salvaguarda patrimonial que vinha sendo praticada, desenvolvidas a partir de um processo seletivo que pouco representa a pluralidade de agentes e grupos sociais que constituem a nação brasileira, revelam as vulnerabilidades do processo que, ao longo da história, insistiu em eleger “fragmentos a que se atribui o papel de representação do nacional, ou melhor, de representação de determinados eventos, narrados sob determinadas óticas” (Chagas *in* Abreu e Chagas, 2009, p. 137). O que se observava na prática da salvaguarda nacional era uma supervalorização da erudição, negligenciando a cultura popular e priorizando o reconhecimento dos bens de natureza materiais e os valores históricos e artísticos – os chamados *bens de pedra e cal* – em detrimento, sobretudo, das experiências intangíveis (Abreu e Chagas, 2009).

No entanto, os debates atuais sobre o campo do patrimônio cultural no Brasil evidenciam a importância de reconhecermos as outras histórias frequentemente invisibilizadas, permitindo que assumam seus lugares enquanto narrativas de povos e grupos sociais marginalizados, a partir, inclusive, da memória e da oralidade como instrumentos políticos que subvertem as relações de poder que determinam as epistemes tradicionais e hegemônicas, e expandem as fronteiras do patrimônio cultural brasileiro. Um importante marco desse processo de transformação conceitual é a Constituição Federal de 1988, que propõe o uso do termo Patrimônio Cultural em substituição ao termo Patrimônio Histórico e Artístico e, assim, pauta uma virada de perspectiva importantíssima (Brasil, 1988), na qual a população do Brasil é entendida em sua pluralidade e diversidade, destacando-a como agente capaz de promover e proteger seu patrimônio. Essa formalidade reflete a efervescência do debate nacional e abre novos caminhos para as práticas de salvaguarda, reforçando o espaço desses atores na identificação de seus referenciais culturais.

Mas a reformulação de textos e conceitos não é suficiente para modificar de forma significativa o cenário. Para romper com o ciclo hegemônico de produção de conhecimento e, conseqüentemente, da seletividade presente na escolha dos bens patrimoniais que devem compor o cenário nacional, torna-se imprescindível pensar ferramentas metodológicas que reconheçam e promovam a diversidade sociocultural

como parte essencial da realidade de nossa sociedade. Em 1997, um importante evento, ocorrido na cidade de Fortaleza, discutiu justamente os recursos ferramentais para concretizar a virada discursiva no campo da preservação, possibilitando a salvaguarda de bens imateriais (IPHAN, 1997).

Como desdobramento tardio das mudanças ocorridas a partir da década de 1980, no ano 2000 foi criado o instrumento do Registro Cultural, através do Decreto nº 3.551, a partir do qual os bens imateriais passam a ser salvaguardados no Brasil. No mesmo ano, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) lança o manual “Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)”, reconhecendo a prática de inventariar como uma estratégia fundamental para mapear a diversidade de referências culturais da qual se constitui a sociedade brasileira. No campo da educação patrimonial, o inventário torna-se uma ferramenta especialmente importante com a implementação dos Inventários Pedagógicos, em 2012, aplicados em escolas, em uma ação vinculada ao Programa Mais Educação do Governo Federal (IPHAN, 2016).

Os bons resultados do projeto evidenciaram a necessidade de revisar o manual de inventário para tornar a ferramenta ainda mais acessível e direcionada a grupos sociais diversos, de modo que fosse possível o mapeamento de referências culturais em comunidades tendo como base seus protagonismos e lideranças. Portanto, em 2016, o IPHAN lança o manual Inventários Participativos, um documento orientador que reconhece a sociedade civil como detentora de conhecimentos populares inerentes a suas histórias de vida, e apresenta uma metodologia de inventário direcionada às comunidades, para que realizem com autonomia e liberdade o mapeamento de referências culturais locais.

Observa-se também a apropriação da ferramenta do inventário participativo para, por meio de uma experiência prática, discutir temas relevantes ao planejamento urbano e às políticas públicas em geral, como o direito à cidade, nos moldes daquilo que Lefebvre (2001) defende, ao afirmá-lo enquanto direito à vida. Coordenado pela geógrafa Simone Scifoni, o Inventário Cultural do Minhocão, tomado como exemplo nesse sentido, não faz apenas o mapeamento da diversidade cultural da região central da cidade de São Paulo, como também prioriza a escuta de grupos sociais à margem, ocupantes e vivenciadores do lugar, através da qual é possível discutir e questionar o processo de gentrificação incentivado pelos novos projetos urbanísticos e paisagísticos propostos para o elevado João Goulart, popularmente conhecido como Minhocão (REPEP, 2019).

Diante desse cenário, a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, por meio da FUNALFA – autarquia municipal responsável pelas políticas culturais no município – reconhece a importância de revisão da metodologia dos processos de inventário executados pelo poder público e propõe, em 2021, a implementação de uma potente ferramenta de promoção da sociodiversidade, o Inventário Participativo, executado em 2022 no âmbito do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural (DMPAC) em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) através da extensão universitária. Os projetos de extensão constituem importante papel na formação de discentes e na experiência docente, e promovem ações sociais fundamentais ao atenderem diretamente a população. Reflete, por isso, o compromisso que as Universidades Públicas têm com as comunidades, extrapolando os limites dos *campi* para dialogar e atuar junto da, para e com a sociedade.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Justificativa do projeto e escolha do território

O Inventário Participativo proposto pela atual gestão da FUNALFA/DMPAC, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), traz uma abordagem ampla de patrimônio cultural a partir do respeito à diversidade, e reflete a ênfase contemporânea na comunidade como agente identificador e protetor, alinhado às mudanças de 1988. Profissionais da preservação questionam o discurso "oficial" do passado, resistindo à manipulação do patrimônio cultural como ativo financeiro globalizado.

Juiz de Fora é um município que conta com uma população de 540.756 pessoas e uma extensão territorial de 1.435,749 km<sup>2</sup> segundo o último censo<sup>1</sup>. Para além de sua dimensão territorial, importa destacar que a cidade aderiu às políticas de preservação em âmbito municipal já na década de 1980, tendo sua primeira lei em 1982, o que gerou um acervo significativo de bens culturais reconhecidos pela municipalidade. Hoje temos cerca de 188 bens imóveis e 14 bens móveis e integrados, além de 31 monumentos tombados; 9 bens imateriais registrados; cerca de 7 núcleos/conjuntos preservados e mais de 3.000 bens inventariados<sup>2</sup>. Esse expressivo número demonstra a dimensão do trabalho do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural da FUNALFA (DMPAC), setor responsável pela gestão e desenvolvimento de políticas públicas de preservação de Juiz de Fora.

Para além disso, o DMPAC também executa o trabalho do ICMS Patrimônio Cultural, programa do Governo do Estado de Minas Gerais, através do Instituto Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), por meio do qual é repassado uma quota, parte da quantia arrecadada através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), para os municípios que endossam ao programa segundo o critério do Patrimônio Cultural. Essa é uma iniciativa apenas do Governo de Minas, que criou o ICMS Patrimônio Cultural como uma forma de fomentar e incentivar a preservação do patrimônio cultural nos municípios do estado. Juiz de Fora participa do programa desde a sua implementação. A equipe técnica do DMPAC promove diversas ações e elaboram vários Quadros que alcançam uma pontuação dentro dessa política. Um deles é a elaboração dos Inventários que compõem o Caderno do Quadro II-A, relativo ao Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural.

Levando em conta a crítica à historiografia tradicional como ponto de partida para reformular o método para a realização dos inventários no município de Juiz de Fora, anteriormente realizados considerando, apenas, a perspectiva dos especialistas, as técnicas do DMPAC resolveram implementar a metodologia participativa para a elaboração dos Inventários, alinhado ao trabalho já realizado anualmente para o ICMS Patrimônio Cultural devido a extensão do mesmo.

Em que pese a época de início da execução dos inventários nos anos 1990, o fato é que esses estudos acabavam por não evidenciar o caráter plural e diverso do patrimônio juiz-forano. As análises estavam, na maioria das vezes, condicionadas ao

---

<sup>1</sup>IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Juiz de Fora: IBGE, 2023.

<sup>2</sup>PJF. Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA, 2021. Patrimônio Cultural.

rigor arquitetônico e/ou artístico e ao valor histórico. A proposta sedimenta, portanto, a urgência em se ampliar o processo, levantando as materialidades e as imaterialidades presentes nas vivências da população local, que passa a se consolidar como agente primordial nos processos de seleção de seu patrimônio cultural. Nesse sentido, os inventários participativos têm-se constituído um instrumental da gestão pública que possibilita a seleção e o registro de novos valores para a preservação. Além disso, com a implementação dessa nova metodologia, busca-se fortalecer a participação popular, especialmente em regiões historicamente negligenciadas do município de Juiz de Fora, direcionando a atenção a áreas carentes de atuação pública efetiva. Isso possibilita estratégias e políticas para preservar referenciais culturais diversos e representativos, promovendo a permanência e a sustentabilidade no município de Juiz de Fora.

Aparados por essa perspectiva e mediante o trabalho já feito a partir de um recorte territorial e da necessidade de execução do ICMS Patrimônio Cultural, foram pensadas estratégias e o local para implementar o projeto piloto do Inventário Participativo em Juiz de Fora. Partiu-se do cronograma aprovado pelo IEPHA, vigente desde 2002, quando o território da cidade foi subdividido segundo as regiões de planejamento do Plano Diretor ativo na época, e no qual o inventariamento no distrito sede, predominantemente urbano, levou 20 anos para ser concluído. Esse cronograma previu apenas cinco anos para inventariar as áreas rurais e os demais distritos, um tempo consideravelmente curto tendo em vista a dimensão desses territórios.

Dessa forma, ficou definido que o foco seriam os distritos seguindo o cronograma, porém, preocupado com a extensão do trabalho e ciente dos desafios que a metodologia participativa agregaria a sua execução, o Departamento elaborou uma proposta de alteração do cronograma ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural - COMPPAC, para que fosse abordado apenas um distrito. O distrito escolhido foi o de Sarandira, situado a leste de Juiz de Fora. A escolha se desenvolveu com base em outros projetos com temáticas correlacionadas que estavam sendo trabalhos na comunidade; também pela existência de uma aproximação do setor com o local devido aos projetos e obras de restauro dos dois bens tombados que existem na região e pelo acesso e amizade com Suzana Markus, uma importante personalidade que, apesar de não residir no local, possui dois imóveis e é uma articuladora cultural para Sarandira. Todas essas questões serviram como apoio para a mobilização e imersão junto à comunidade, reverberando na qualidade do trabalho executado.

Para além dessa questão, organizou-se um projeto de extensão denominado “Inventários Participativos no Município de Juiz de Fora”, no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo junto ao Instituto de Ciências Humanas e ao Departamento de História, com o intuito de formação de equipe multidisciplinar composta por docentes e discentes de diferentes áreas de atuação para auxiliar o DMPAC na execução deste trabalho. O Projeto de Extensão foi de extrema importância para o êxito do projeto piloto do Inventário Participativo em Sarandira, pois além de compor e reforçar a equipe técnica, o grupo multidisciplinar enriqueceu as discussões, possibilitando a implementação de uma abordagem mais rica e eficiente com a comunidade. O processo seletivo, aberto à toda a Universidade, selecionou no primeiro ano do projeto discentes graduandos em arquitetura e urbanismo, ciências sociais, turismo e ciências humanas.



Com a equipe e local de atuação definidos, iniciaram-se os trabalhos de campo para a aplicação dos Inventários Participativos em Sarandira. Levando em consideração que Sarandira é um distrito que está localizado na periferia urbana de Juiz de Fora, é interessante também destacar que a escolha por um território distrital, distante do principal núcleo urbano do município – o distrito-sede, corrobora a ideia de uma proposta de ação contra-hegemônica, na medida em que promove processos de escuta e de valorização das populações que residem em áreas periféricas.

## 2.2 O distrito de Sarandira

Sarandira é um distrito localizado a aproximadamente 20km da área urbana de Juiz de Fora. Sua formação e trajetória histórica são marcadas por uma rica mistura de elementos culturais, geográficos e sociais. A historiografia mostra que o arraial que deu origem ao distrito surgiu nas imediações da capela construída em 1842 em honra à Maria, com o título de Nossa Senhora do Livramento, por meio de doação da terra pelo fazendeiro Sr. José de Souza, proprietário dos terrenos onde se acha o povoado, devido a uma graça por ele alcançada. O arraial acompanhava o crescimento econômico da região, beneficiada pelas atividades industriais que eram alimentadas pelas grandes fazendas de café. Em 1861, o distrito foi criado e, posteriormente, elevado à categoria de freguesia em 1880 (Esteves, 1989; Foscarini Neto, 2008).

O declínio da economia cafeeira, a partir da década de 1920, marcou o início da decadência da região com intenso êxodo. Hoje estima-se que há em torno de 300 habitantes residindo em Sarandira (Associação Carabina Cultural, 2019). Atualmente, o lugar preserva muitas riquezas naturais e culturais, tendo dois bens tombados municipalmente<sup>3</sup>. Ainda que tenha enfrentado transformações significativas ao longo dos anos, a região mantém referências culturais que refletem sua trajetória única no contexto de Juiz de Fora. Neste território há diversos elementos importantes para a população local, que revelam uma identidade própria expressa tanto na paisagem natural e construída, quanto nas vivências cotidianas através de ritos, expressões e saberes compartilhados.

A preservação de referenciais naturais, culturais e resquícios históricos do ciclo cafeeiro em Sarandira são cruciais para manter viva a memória e história da região. A arquitetura local é um testemunho físico desse período de prosperidade e transformação econômica. Assim, o que se propõe com a realização dos Inventários Participativos é, justamente, o mapeamento dessas referências culturais plurais e afetivas, reconhecendo a comunidade como detentora de grande conhecimento acerca da história e do cotidiano local e possibilitando, por meio de processos de escuta, entrelaçar passado e presente a partir da memória, compreendida aqui como a própria vida.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a

---

<sup>3</sup>JUIZ DE FORA. Decreto nº 8437, de 28 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Tombamento do Bem Imóvel que menciona. Sistema JFLegis, JF, 07 jan. 2024, e JUIZ DE FORA. Decreto nº 8474, de 16 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre o Tombamento do Bem Imóvel que menciona. Sistema JFLegis, JF, 07 jan. 2024.



todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (...) A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (Nora, 1993, p. 9).

## 2.3 Processos e resultados

O projeto de extensão de Inventários Participativos no Município de Juiz de Fora começou com um processo formativo, a fim de capacitar a equipe – reconhecendo inclusive a diversidade do próprio grupo – e de apresentar as principais discussões que orientam a idealização e a execução do trabalho. Nesse sentido, foram promovidos dois diferentes eventos extensionistas na UFJF: o primeiro, uma palestra on-line apresentada pela geógrafa Simone Scifoni, para compartilhar suas experiências com o Inventário do Minhocão; o segundo, um Evento de Extensão, composto por uma palestra e uma dinâmica organizadas pela equipe do DMPAC/FUNALFA. Ambos os eventos foram abertos ao público em geral, mas objetivavam, especialmente, uma experiência de capacitação da equipe que viria a atuar no projeto.

Após o período de capacitação dos discentes para realização das atividades, a equipe extensionista foi agrupada para as visitas ao distrito de Sarandira. Na primeira incursão à campo, objetivou-se conhecer o território e as pessoas, e apresentar as perspectivas do projeto, estabelecendo aproximação e conexão para então, a partir disso, aplicar as dinâmicas inspiradas nos grupos focais, divididos por faixa etária. Cada grupo demandou da equipe atividades distintas, tendo sido utilizados recursos como rodas de conversa e mapas mentais. Com as dinâmicas de grupo, foi possível levantar um grande número de referências culturais, sendo que aquelas que estavam mais presentes nas falas da comunidade local foram selecionadas para serem aprofundadas e documentadas nas fichas de inventário. Para isso, foram realizadas entrevistas individuais com moradores e moradoras que detinham maior conhecimento sobre os bens a serem catalogados. Durante o processo de inventário, toda a equipe conversou com moradores, vivenciou o distrito, esmiuçou memórias, descobriu valores, saberes, desejos, sonhos. Aprendeu-se com a vida e com as pessoas, na vivência do trabalho de campo. O conhecimento produzido vai além do trabalho de inventário. Muitos saberes foram coletivizados, desde o processo metodológico até o resultado.

No que diz respeito aos resultados, pode-se dizer que chegamos ao final do nosso primeiro ano de implementação dos Inventários Participativos no município de Juiz de Fora com a certeza de que vivenciamos uma importante mudança. Como produto, os integrantes do projeto elaboraram 22 fichas, contemplando tanto novos inventários quanto a revisão de bens já inventariados. As fichas são de grandeza única, porque expressam o pioneirismo do trabalho e a riqueza da comunidade de Sarandira, e fizeram parte do relatório enviado ao IEPHA-MG, em 2022, como parte do programa ICMS Patrimônio Cultural. Também encontra-se em fase final de elaboração um livro com a descrição de todo o processo do projeto, cuja parte da tiragem dos exemplares será disponibilizada à comunidade como um retorno do trabalho desenvolvido. As ilustrações do livro foram elaboradas mediante um trabalho em parceria com a disciplina Croquis Urbanos, lecionada pelo professor Ricardo Lopes, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Discentes da disciplina foram até o distrito e, sob a orientação do professor e da coordenadora do projeto, pintaram aquarelas representando as referências inventariadas e a paisagem local.

Soma-se a isso uma produção audiovisual, que foi premiada na última Mostra de Extensão da UFJF, em 2023<sup>4</sup>. Outro desdobramento do projeto foi sua apresentação oral no 6.º Simpósio Científico do ICOMOS-BRASIL: Patrimônio cultural e direitos humanos, também realizado em Juiz de Fora, em dezembro de 2023. No momento o projeto está em sua segunda etapa de desenvolvimento, agora direcionado ao distrito de Caetés de Minas.

### 3 CONCLUSÕES

A experiência do primeiro processo de inventário participativo no município de Juiz de Fora, que se realizou com o auxílio do projeto extensionista acima mencionado, abre importantes horizontes. Primeiramente, elabora uma metodologia participativa para inventariar, que nasce do diálogo entre a Prefeitura de Juiz de Fora e a Universidade, e que tem como premissa o protagonismo da sociedade, reconhecida como detentora de saberes populares inerentes. Coloca comunidades, grupos sociais e pessoas na centralidade do processo de mapear e documentar referências culturais que constituem suas identidades sociais. Consolida também a relevância dos saberes multi, trans e interdisciplinares, possíveis no espaço de debate da universidade, onde estão ativos, simultaneamente, os diversos campos de conhecimento, facilitando o costurar de temas, conceitos e metodologias compartilhados pela formação de um grupo de extensão composto por docentes e discentes que atuam em diferentes unidades acadêmicas.

Para além dos resultados apresentados, é importante destacarmos que, enquanto ação extensionista, a contribuição na formação discente vai muito além daquilo que está registrado em textos e fichas de inventário. Há um saber que se teceu no caminho percorrido por cada corpo. Durante todo o processo participativo, o encontro de olhares, palavras, sorrisos, águas correntes de minas e cachoeiras, crenças, matas, vistas, paisagens e pessoas, evoca uma sensibilidade para com o próximo que toca profundamente cada participante do projeto. Fica em cada um de nós um aprendizado que emerge da humanização do processo que a extensão possibilitou realizar. Sarandira estará também em nossas memórias. Conclui-se o primeiro ano do projeto com corpos estendidos, ampliados e irrigados pelas belezas do distrito, pelas pessoas queridas que encontramos nesse trajeto, pelos amigos e pelas amigas de trabalho.

E, por fim, cabe salientar que as políticas públicas de patrimônio, cultura e memória, devem caminhar paralelamente às demais políticas que a comunidade reivindica (regularização de seu território, saúde, saneamento, educação etc.), e que a patrimonialização de bens culturais tende a proporcionar benefícios que vão além de sua visibilidade e documentação, pois o patrimônio reconhecido torna-se instrumento na luta por direitos e pela continuidade dos diferentes modos de viver, ser e estar no mundo.

---

<sup>4</sup> O vídeo relatório do primeiro ano do projeto, disponível em:

<[https://www.youtube.com/watch?v=NZ4aGg1-](https://www.youtube.com/watch?v=NZ4aGg1-PWE&ab_channel=Invent%C3%A1riosParticipativosEmJuizdeFora)

PWE&ab\_channel=Invent%C3%A1riosParticipativosEmJuizdeFora>, apresenta uma análise abrangente das atividades desenvolvidas. Destaca-se que o vídeo foi premiado na modalidade “Vídeo” na área temática “Cultura” durante a VII Mostra de Ações de Extensão, promovida pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora em 24/11/2023.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ASSOCIAÇÃO CARABINA CULTURAL. *Pré Levantamento Turístico de Sarandira. Sarandira Criativa: Plano de Desenvolvimento do Turismo de Sarandira*. Belo Horizonte, 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: DF, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 06 jan. 2024.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. *In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ESTEVES, Albino; LAGE, Oscar Vidal B. (Orgs.). *Álbum do Município de Juiz de Fora*. [Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915]. 2 ed. Juiz de Fora: PJF, 1989.

FOSCARINI NETO, Petrônio. *O Distrito de Sarandira: mudanças e permanências na paisagem*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2022. Juiz de Fora: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/>. Acesso em 06 de janeiro de 2024.

IPHAN. *Carta de Fortaleza*. 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

IPHAN. *Educação patrimonial: inventários participativos*. Manual de aplicação. 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio\\_15x21web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf). Acesso em: 07 jan. 2024.

IPHAN. *Inventário nacional de referências culturais*. Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

JUIZ DE FORA. *Decreto nº 8437, de 28 de dezembro de 2004*. Dispõe sobre o Tombamento do Bem Imóvel que menciona. Sistema JFLegis, JF, 07 jan. 2024. Disponível em: <https://jflegis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000024690>. Acesso em: 07 jan. 2024.

JUIZ DE FORA. *Decreto nº 8474, de 16 de fevereiro de 2004*. Dispõe sobre o Tombamento do Bem Imóvel que menciona. Sistema JFLegis, JF, 07 jan. 2024. Disponível em: <https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000024974>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

NORA, Pierre. Entre história e memória: Proj. História, São Paulo, v. 10, 1993. In: *Les lieux de mémoire*. Tradução de Yara Aun Khoury. Paris: Gallimard, 1984.

PINTO, João P.L.. *Distrito de Sarandira em Juiz de Fora: do auge cafeeiro até os dias atuais*. Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/geografia/wp-content/uploads/sites/267/2022/02/Distrito-de-Sarandira-em-Juiz-de-Fora-do-auge-do-caf%C3%A9-aos-dias-atuais-Jo%C3%A3o-Pedro-Lima-Pinto.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

PJF-Funalfa; UFJF-Projeto de Extensão Inventários Participativos no Município de Juiz de Fora (Org). *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural* – IPAC-MG. Quadro II-A, ICMS Patrimônio Cultural IEPHA-MG. Juiz de Fora: Acervo DMPAC, 2022.

PJF. Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA, 2021. Patrimônio Cultural. Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/administracao\\_indireta/funalfa/](https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/). Acesso em: 06 jan. 2023.

REPEP. *Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação*. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/44208714/Invent%C3%A1rio\\_Participativo\\_Minhoc%C3%A3o\\_contra\\_gentrifica%C3%A7%C3%A3o\\_DOSSI%C3%8A](https://www.academia.edu/44208714/Invent%C3%A1rio_Participativo_Minhoc%C3%A3o_contra_gentrifica%C3%A7%C3%A3o_DOSSI%C3%8A). Acesso em: 06 jan. 2023.

# Viagem de estudos para Diamantina e Serro – MG

Mônica Cristina Henriques Leite Olender<sup>1</sup>

Patrícia Nogueira Alves<sup>2</sup>

Matheus Messer Costa<sup>3</sup>

Ana Elisa de Oliveira<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Departamento de Projeto, História e Teoria em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. E-mail: monica.olenderl@arquitetura.ufjf.br.

<sup>2</sup>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: patricia.nogueira@arquitetura.ufjf.br.

<sup>3</sup>Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: matheus.messer@estudante.ufjf.br.

<sup>4</sup>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e técnica em Edificações pelo IF-Sudeste. E-mail: ana.elisa@arquitetura.ufjf.br.

# Viagem de estudos para Diamantina e Serro – MG

## 1 INTRODUÇÃO

O ato de viajar e se colocar no espaço constitui ação fundamental no campo da Arquitetura e do Urbanismo, no sentido de que é através do corpo que se experimenta, se ocupa e se vivencia as sensações proporcionadas por aquilo que é material, mas também imaterial. É através do corpo que se pode, de fato, absorver a atmosfera e os detalhes do espaço, o sublime, e cumprir o exercício do olhar arquitetônico e afetivo. Inicialmente movida pela apresentação de um documentário acerca do processo de restauração e conservação do Pouso da Chica<sup>1</sup>, localizada na cidade de Diamantina, Minas Gerais, a viagem contemplou as turmas de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo VII – Patrimônio Cultural – 2022.1, Projeto de Arquitetura e Urbanismo VII – 2022.1, ministradas pela professora Mônica Olender, organizadora da viagem juntamente com um grupo de estudantes do Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, conhecido como Jornada Integradora. Para além desses estudantes, as vagas extras no ônibus institucional que conduziu o grupo foram sorteadas entre estudantes de todos os períodos do curso. Os mencionados componentes curriculares foram os disparadores da atividade devido ao conteúdo que trabalham – a preservação do patrimônio histórico-cultural –, mas também foi importante observar essa oportunidade abrindo possibilidades para esses indivíduos participantes estabelecerem trocas de conhecimento e experiências durante a vivência em campo.

As cidades de destino – Diamantina e Serro –, nesse contexto, eram de suma importância para os temas dos componentes, uma vez que ambas são tombadas como patrimônios da humanidade e estão no cerne das questões que tangenciam a preservação da memória, história, cultura e identidade de todos nós brasileiros. É por meio dessa lógica que a viagem de estudos se revela essencial para o aprendizado dos discentes, sendo a oportunidade de aplicar e observar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas supracitadas, bem como trilhar e vivenciar caminhos semelhantes a grandes figuras da arquitetura, como é o caso de Lúcio Costa e suas descrições da paisagem de Diamantina.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A viagem de estudos teve como objetivo central vivenciar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo VII - Patrimônio Cultural e Projeto de Arquitetura e Urbanismo VII, bem como realizar a visita técnica ao Pouso da Chica, local que motivou a realização da viagem. Ademais, também foram objetivos da viagem vivenciar a paisagem e atmosfera das cidades supracitadas, estudar as técnicas construtivas e estruturais de uma parte das

---

<sup>1</sup>O documentário citado é “Restauração ‘Solar Duarte’ - Centro Colonial Histórico-Diamantina-MG”, de direção de Gustavo Jacomé e produção executiva de Bernardo Magalhães.

edificações que as compõem, compreender a aplicação dos conceitos de preservação, restauração e conservação e toda a complexidade que isso envolve em situações reais de planejamento urbano e territorial. Por fim, também é válido citar o estreitamento de laços entre os participantes da viagem: professora coordenadora, monitores das disciplinas e discentes. Ela foi realizada entre os dias 23 e 26 de agosto de 2022, contando, no total, com a professora Mônica Olender e com trinta e oito estudantes.

## 2.1 Visita ao IPHAN – Casa da Chica da Silva

A casa localizada na Praça Lobo de Mesquita, 266, no Centro Histórico de Diamantina, pertenceu ao contratador João Fernandes e nela viveu com sua companheira Chica da Silva – que foi liberta da condição de escravizada – e seus filhos. A residência, construída no século XVIII, foi tombada em 1950 a nível federal e é, atualmente, sede do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/ Diamantina. Nesta edificação, o grupo foi recebido por Liliane de Castro Vieira, arquiteta que trabalha na citada instituição e que também o guiou por diversas ruas da cidade.

Esta edificação e as falas da arquiteta possibilitaram múltiplos aprendizados para os estudantes participantes. Para o caso específico da conhecida Casa de Chica da Silva, é possível destacar como se dá sua implantação, em lote retangular, cuja volumetria principal se estabelece no alinhamento da rua. Nos fundos da edificação há um pátio e um grande quintal, implantado de forma escalonada, ou seja, criando grandes degraus, com muitas áreas permeáveis, permitindo o cultivo de espécies vegetais diversas. Com isso, já caracteriza-se a tipologia de implantação muito presente no período colonial em edificações de caráter urbano. A observação desta arquitetura também chama atenção pela composição da fachada principal (Figura 1), a qual é branca, com uma porta principal alinhada com a rua, de superfície almofadada e amarelada, assim como as aberturas do pavimento superior.

**Figura 1** - Fachada principal da Casa da Chica da Silva



**Fonte:** Patrícia Nogueira, 2022

Em relação ao sistema e às técnicas construtivas, a vivência interna da casa é de suma importância. O piso das áreas secas (como quartos, salas etc.) é composto por



tábuas de madeira, as paredes internas são de pau a pique e os forros são observados em alguns cômodos em esteira ou, mesmo, em madeira. A experiência de aprendizado de forma prática e próxima é ressaltada também fora do edifício, na parte posterior, em que pode-se observar a estrutura autônoma de madeira exibindo belos e eficientes encaixes (sambladuras) entre as peças que a compõem.

Para além, no âmbito socioeconômico, a Casa da Chica da Silva se destaca pela capacidade que tem de estabelecer narrativas de como era a sociedade nos períodos que correspondem aos móveis, aos objetos e às obras artísticas expostas no local. Com essa descrição, pode-se perceber a riqueza existente nesse bem patrimonial e como isso pôde alimentar a formação dos estudantes de arquitetura. Nesse sentido, ressalta-se que a vivência in loco sempre é excepcional e deve ser concebida como experiência didática e fluida durante a graduação (não é à toa que viagens de estudos são atividades estabelecidas pelo Ministério da Educação como obrigatórias para esse curso<sup>2</sup>). Observar a composição arquitetônica, nesse caso, foi de grande aprendizado para os estudantes, que puderam dedicar tempo para apreenderem atentamente os detalhes e sistemas construtivos, bem como os registrarem graficamente (Figura 2).

**Figura 2** - Desenho do encaixe de peças de madeira na Casa da Chica da Silva - MG



Fonte: Matheus Messer Costa, 2022

## 2.2 Visita ao Pouso da Chica

No Pouso da Chica foi possível ter um contato mais próximo com esta verdadeira obra de arte que já havia sido conhecida por muitos estudantes através do documentário assistido em aula – “Restauração ‘Solar Duarte’ – Centro Colonial Histórico-Diamantina-MG”. Bernardo Magalhães, o proprietário, foi extremamente receptivo e compartilhou muito da história do casarão, entrando em detalhes sobre o que mais interessava ao grupo: conhecer todo o contexto sobre sua conservação e restauração. Ele o comprou e decidiu transformar em uma pousada, que se tornou um dos grandes exemplos de efetiva preservação do patrimônio edificado da cidade, pelas decisões tomadas com relação aos elementos arquitetônicos e artísticos que o

---

<sup>2</sup>A Resolução nº 2 de 17 de junho de 2010 do Ministério da Educação, a qual institui diretrizes nacionais para o curso de arquitetura e urbanismo, estabelece no art. 6 a presença de viagens de estudo.

compõem, com destaque especial para as pinturas parietais. Conservadores-restauradores de bens móveis e integrados fizeram um trabalho muito sensível e cuidadoso, trazendo à tona discussões teórico-técnicas sempre pautadas nas descobertas que faziam in loco, como no caso das várias camadas de tintas e de decorações que ornavam as paredes em diversos períodos de sua história, camadas essas descobertas através da realização de prospecções estratigráficas.

Como não poderia deixar de ser, o Pouso da Chica foi tomado como ponto alto pelos integrantes da viagem, uma vez que foi através dele que os conceitos abordados nos componentes curriculares puderam ser vistos efetivamente praticados, além, também, da dimensão técnica que contemplam (Figura 3).

**Figura 3** - Cômodo restaurado no Pouso da Chica



Fonte: Matheus Messer Costa, 2022

## 2.3 Experiência de vivenciar Diamantina e Serro

Em ambas as cidades, é notória a influência dos elementos das cores e da topografia na composição e dinâmica da paisagem. Ao caminhar pelos trajetos das localidades, percebe-se como o sublime se revela aos poucos, a cada passo, a cada esquina. É por meio desses dois elementos que se pretende, nos tópicos a seguir, analisar as cidades citadas.

### 2.3.1 Diamantina

No contexto de Diamantina, através das fachadas das edificações, nota-se a grande influência das cores como elementos compositivos da atmosfera da cidade. Seja pelos tons usados nas esquadrias ou nas paredes, as cores desempenham papel fundamental no traçado urbano, não só visualmente, mas também tecnicamente: pigmentos específicos denotam elementos específicos – enquanto uma cor determina edificações antigas, outra determina edificações novas e assim por diante, o que, em cidades tombadas como essas, se torna mais fácil controlar. E as cores estabelecem um diálogo umas com as outras: o azul presente em muitas esquadrias e o céu ou o

laranja dos telhados com o pôr-do-sol. E mesmo à noite, há uma paisagem muito harmoniosa, cujos registros transmitem sensações positivas e acolhedoras (Figura 4)

**Figura 4** - Aquarela da Rua Campos Carvalho, Diamantina - MG



**Fonte:** Matheus Messer Costa, 2022

A topografia também possui papel importante quando se trata de Diamantina. Por estar localizada no alto da Serra do Espinhaço, uma das mais antigas formações rochosas do Brasil, a cidade apresenta relevo de planalto irregular, o que indica poucas áreas planas. Este fator condiciona a apreciação da cidade por partes, quando na escala do caminhar do pedestre, o que possibilita absorver a atmosfera e paisagem do lugar aos poucos, de esquina em esquina. Essa apreciação – ou caminhar – “mais lenta”, quando associada às ruas mais largas da cidade, às casas de pequeno porte e às edificações civis e religiosas de grande porte, contribui para a sensação de escalas diferenciadas da cidade de Diamantina. Em sua essência, esse efeito de admirar as partes instiga o observador a buscar enxergar a totalidade do conjunto, o que só é possível quando no alto do Mirante do Cruzeiro: pode-se observar a cidade como um todo, cercada pelas formações rochosas da Serra do Espinhaço.

Ainda no escopo da viagem de estudos, destaca-se também a vivência em Biribiri, um parque estadual localizado em Diamantina, que abriga vila homônima preservada com o aspecto colonial, que havia sido povoada em função da Companhia Industrial de Estamparia que lá foi instalada, mas que, há muito, não funciona mais. O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri é tombado sob a proteção do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG (MINAS GERAIS, [2014]) e conforma-se como um ambiente extremamente acolhedor, harmonioso e tranquilo (Figura 5).

**Figura 5 - Vista de Biribiri - MG**



**Fonte:** Patrícia Nogueira, 2022

### **2.3.2 Serro**

Assim como em Diamantina, as cores desempenham papel fundamental na paisagem do Serro. Seguindo uma tipologia semelhante à primeira quando se trata da cor das esquadrias e de outros elementos arquitetônicos, o que chama a atenção é a presença dos tons terrosos – marrom, ocre, caramelo – tanto nas ruas quanto nos telhados das edificações, bem como os tons de verde da vegetação que, quando em conjunto, evocam as sensações de acolhimento, tranquilidade, conforme as sensações provocadas pelas cores (Pedrosa, 2009).

Além disso, é possível observar aspectos característicos de diversas cidades da rede urbana mineira cuja origem está atrelada ao período colonial, como o fato de que enquanto diversas casas apresentam escala sutil em relação aos transeuntes, as igrejas assumem papel de destaque na paisagem, seja pelo porte ou escala monumental, seja pela posição privilegiada na topografia. No caso do Serro especificamente, as implantações estratégicas conforme a topografia são de grande destaque. Exemplo disto é a Igreja de Santa Rita, cuja implantação em terreno elevado possibilitou a existência de uma longa escada para acessá-la pela fachada frontal, fazendo com que o olhar de quem está caminhando pela cidade se direcione para a edificação religiosa (Figura 6). Tais fatores somente reforçam a importância dessas edificações no período em que foram erguidas e revelam indicadores que auxiliam a interpretar a conformação urbana da região: hierarquia visual, com visadas privilegiadas às igrejas, além das áreas livres ao seu redor; habitações e construções predominantemente de 1 a 2 pavimentos.

**Figura 6** - Vista do Serro - MG, com destaque para a Igreja de Santa Rita, no topo



**Fonte:** Patrícia Nogueira, 2022

### 3 CONCLUSÕES

Como dito, viagens de estudo, de forma geral, são de extrema importância para a formação de um arquiteto e urbanista. Vivências em campo são muito enriquecedoras, contribuem para uma melhor compreensão dos conteúdos ministrados em sala de aula, e possibilitam o exercício de leitura arquitetônica e urbanística, levando ao entendimento da composição dos elementos que constituem a cidade e as edificações ao longo da história, bem como as variações de um lugar para o outro, pois se trata de vivências cotidianas que somente podem ser apreendidas quando em experiências corpóreas de estudantes e pesquisadores.

A inserção do corpo no espaço é fundamental para uma apreensão total, visto que aciona todos os sentidos, diferentemente de quando o conhecimento de uma cidade ou de uma arquitetura se dá somente através de imagens e de vídeos. A paisagem, quando atravessada, se torna uma experiência completa, abarcando as múltiplas dimensões, como os sons, cheiros, compreensão da lógica de deslocamento, dificuldades de percurso, entre outros. Além disso, pode-se destacar também o quanto imersões como esta contribuem para o intercâmbio entre os alunos, visto que estabelece diálogos de percepções e trocas de conhecimentos prévios, bem como uma potencialização de fortalecimentos interpessoais e intrapessoais.

A escolha das cidades visitadas também é um elemento marcante, pois se trata de lugares que possuem muitos exemplares do período colonial muito bem preservados, incluindo aí o tecido urbano, de forma que é possível percorrer ruas e entrar em edificações que foram e são relevantes para a história do país. Diamantina muito se destaca, visto que se trata de uma cidade muito visitada por estudantes de arquitetura e urbanismo.

## REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo, exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014, p. 11-66.

BRASIL. *Resolução nº 2 de 17 de junho de 2010*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECESN22010.pdf?query=CEST](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN22010.pdf?query=CEST). Acesso em: 08 jan. 2024.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CAUQUELIN, Anne. *A Invenção da Paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. 2 ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas del Rei: Espaço e Poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Experimentações em Diamantina*. Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1838-1967. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), São Paulo, 2010.

IPATRIMÔNIO. *Diamantina – Casa da Chica da Silva*. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/diamantina-casa-da-chica-da-silva/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

IPHAN. *Escritório Técnico em Diamantina – Casa da Chica da Silva*. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/minas-gerais/escritorios-tecnicos-1/escritorio-tecnico-em-diamantina-casa-da-chica-da-silva>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MINAS GERAIS. IEPHA. *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri*. 2014. Elaborada por Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/125/bens-tombados-conjunto-arquitet%C3%B4nico-e-paisag%C3%ADstico-de-biribiri>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente*. 10 ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

REGIANI, Luana Espig. *O percurso de Lucio Costa em Diamantina*. ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História do Rio de Janeiro/RJ, 2021. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628276215\\_ARQUIVO\\_15040a1874be2b7ded37cf355511b69b.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628276215_ARQUIVO_15040a1874be2b7ded37cf355511b69b.pdf). Acesso em: 14 jan. 2022

A extensão que fizemos, a extensão que faremos - v. 8

*RESTAURAÇÃO “SOLAR DUARTE” - CENTRO COLONIAL HISTÓRICO-DIAMANTINA-MG.*

Direção: Gustavo Jácome. Produção: Bernardo Magalhães. *YouTube*. 06 de fevereiro de 2020. Duração: 1 hora e 55 segundos. Disponível em: <https://youtu.be/VMk-7Db4eW8?si=FXHTODEiBBW7t08S>. Acesso em: 15 jun. 2022.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Sistemas Construtivos*. 5 ed. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.



## **Acessibilidade em Unidades Básicas de Saúde (UBS) no município de Juiz de Fora-MG<sup>1</sup>**

Myrtes Raposo<sup>2</sup>

Frederico Braidá<sup>3</sup>

Cíntia Tartari<sup>4</sup>

Larissa Simões<sup>5</sup>

Marcia Rangel<sup>6</sup>

Jaqueline Trovato<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Observação: uma versão ampliada deste texto foi apresentada no Congresso da ABERGO 2023.

<sup>2</sup>Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora do Instituto de Artes e Design da UFJF. Coordenadora do projeto. E-mail: myrtes.raposo@ufff.br.

<sup>3</sup>Doutor em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Vice-coordenador do projeto. E-mail: frederico.braidá@ufff.br.

<sup>4</sup>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFJF. Bolsista voluntária. E-mail: cintiagtartari@hotmail.com.

<sup>5</sup>Graduanda em Design pela UFJF. Bolsista remunerada. E-mail: larissasimoes11@outlook.com.

<sup>6</sup>Doutora em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Professora do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF-SUDESTE). Colaboradora externa. E-mail: marcia.rangel@ifsudestemg.edu.br.

<sup>7</sup>Geógrafa pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) e graduanda em Pedagogia pela UNINTER. Prefeitura de Juiz de Fora. Colaboradora externa. E-mail: jackatrovato@gmail.com.

# **Acessibilidade em Unidades Básicas de Saúde (UBS) no município de Juiz de Fora-MG**

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho apresenta os resultados do projeto extensionista “Acessibilidade nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Juiz de Fora /MG”, desenvolvido pelo Instituto de Artes e Design, da UFJF, em conjunto com o Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFJF) e com o Curso de Design de Interiores, do IF Sudeste MG, em parceria com a Prefeitura Municipal da cidade de Juiz de Fora. Este artigo aborda o tema da inclusão social, discutindo a acessibilidade para pessoas com deficiência física e deficiência visual, no interior das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Nesse sentido, o principal objetivo da proposta foi discutir as possibilidades de adaptação dos ambientes internos destinados à atenção à saúde, com o propósito de promover inclusão social, sobretudo garantir o acesso pleno de todos usuários, a partir dos princípios do desenho universal. Assim, buscou-se viabilizar meios de acessibilidade nas UBS, de maneira metodológica, a partir dos quatro componentes abordados por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2014).

## **2 ACESSIBILIDADE**

Durante as últimas décadas, sobretudo a partir dos anos de 1980, o tema da acessibilidade no ambiente construído tem atraído a atenção dos pesquisadores e profissionais de diversas áreas do conhecimento humano, dentre as quais se destacam o Design, a Ergonomia e a Arquitetura. Conceitos como Desenho Universal (DU), Inclusão Social e Acessibilidade tornaram-se pauta de reflexões que visam à melhoria da qualidade do ambiente. Em busca de uma sociedade mais justa e inclusiva, com a inserção de pessoas com deficiências no cotidiano urbano e edificações, o que se tornou uma adequação necessária (Araújo, 2016, p. 34).

Embora o tema da acessibilidade venha sendo debatido em várias esferas, por entidades governamentais ou não governamentais, ainda há lacunas no que tange à proposição de diretrizes para o projeto e execução de rotas acessíveis baseadas no conceito de Desenho Universal, para a qual, designers e arquitetos podem contribuir. É nesse sentido que o presente projeto buscou dar sua contribuição, seja no campo teórico, bem como (e especialmente) no campo pragmático, a partir de uma abordagem extensionista (Silva Rosa; Braidá; Antunes, 2019).

Portanto, a partir desse panorama, compreende-se a necessidade de analisar efetivamente a acessibilidade nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), a fim de apontar se os espaços possuem efetiva acessibilidade para a população, possibilitando a utilização dos serviços prestados nas UBS analisadas.

## **3 METODOLOGIA**

A metodologia abordada neste projeto extensionista é a qualitativa e caracteriza-se por ser descritiva, tendo por finalidade observar e descobrir as ocorrências, a partir da observação, descrição, classificação e interpretação dos dados

coletados. Vale ressaltar que este estudo possui o enfoque entre a relação do usuário com o espaço físico. Foi utilizado como método a visita exploratória, em conjunto com o direcionamento dos quatro componentes abordados por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2014) que são: orientação espacial, uso, deslocamento e comunicação. Sendo possível avaliar o nível de acessibilidade do espaço para as pessoas com deficiência física e deficiência visual.

#### 4 VISITAS EXPLORATÓRIAS

As visitas ocorreram no período entre dezembro de 2022 até abril de 2023 nas UBS dos bairros listados na Figura 1.



Fonte: Arquivo produzido pelo grupo de extensão, 2023

**Figura 2 – Conjunto de exemplos das experiências *in loco* nas UBS**





**Fonte:** Arquivo produzido pelo grupo de extensão, 2023

Tais visitas fazem parte do processo metodológico descrito como: (2) Ações de coleta de dados empíricos e de observação in loco, que tiveram o intuito de coletar os dados através da experiência representativa da realidade das pessoas com deficiência física, no caso os usuários de cadeira de rodas e deficiência visual, que utilizam a guia. Para realizar essa prática utilizou uma cadeira de rodas que possibilitou compreender melhor as questões espaciais, sendo que os integrantes da equipe de extensão que representaram os usuários ao usar a cadeira nos espaços das UBS e assim, se desenvolveu um formulário de análise, com os ambientes que o usuário precisa se locomover, que serviu de base para o estudo e diagnóstico dos componentes metodológicos para todas as unidades.

O formulário citado, consta com os seguintes tópicos de observação: entrada da UBS, rampa de acesso, recepção, corredores, consultórios e banheiros. Estes estavam presentes em todas as unidades básicas de saúde e o grupo de extensão, internamente em discussão, aferiu que tais ambientes se enquadram em um roteiro de ações básicas para os usuários da unidade.

## 5 RESULTADOS

Ao analisarmos a experiência in loco e os parâmetros dos ambientes externos e internos da UBS mencionados, que estão presentes no formulário desenvolvido, foi possível dimensionar de maneira ampla, porém significativa, os desafios enfrentados por usuários com deficiência nas Unidades Básicas de Saúde. Antes de iniciarmos a análise setorial dos componentes, vale ressaltar que identificamos pouca ou nenhuma acessibilidade nos espaços em questão, o que nos fez ter como base de critérios para a análise, a existência ou não da rota acessível, em consonância com os itens previstos pela NBR 9050. Não sei se devemos falar dessa forma. A não realização das especificações se deve a fatores externos provenientes do espaço público de saúde e seu alto fluxo de usuários. Portanto, para evitarmos transtornos ou prejuízos,

prezamos por uma análise de mobilidade, o que não diminui sua eficácia, pois a partir de pressupostos básicos que promovem a acessibilidade, conseguimos entender se há a acessibilidade ou não dos ambientes.

Assim, foi possível elaborar um quadro comparativo do nível de acessibilidade, com base na análise dos quatro componentes previstos na metodologia, analisados de maneira conjunta aos seis ambientes selecionados para parâmetro nas unidades, citados anteriormente, para auxiliar a visualização do grau de deficiência de cada ambiente construído (UBS). Assim, temos como três fatores quantitativos resultantes: baixo, quando há uma dificuldade não significativa, que não causa uma disparidade na acessibilidade do espaço construído, moderado quando há presença de dificuldades iminentes que podem ou já prejudicam a acessibilidade do usuário, provocando desconforto, e alto quando há problemas que comprometem a totalidade de acessibilidade prevista para o uso seguro e autônomo do usuário, o que pode provocar a não utilização do espaço.

## **6 DAS SUGESTÕES DE MELHORIAS**

Após as análises de cada UBS visitada, foi possível observar os principais problemas encontrados nos ambientes analisados – entrada, rampa, recepção, corredores, consultórios e banheiros – e, a partir deles encontrar e sugerir soluções adequadas, com base na NBR 9050, para sanar os maiores impasses que impedem a utilização acessível dos locais mencionados. Dessa forma, o quadro a seguir (Quadro 1), apresenta uma comparação das possíveis soluções identificadas, de acordo com os quatro parâmetros da metodologia aplicada, pertinentes à todas as UBS.

Deste modo, conseguimos, de maneira geral, conferir os componentes metodológicos, que mais se destacam em nível de dificuldade e que precisam de maior ou menor grau de atenção. Destacamos que tais parâmetros também podem ser utilizados no que tange os aspectos financeiros de investimentos para as melhorias, visto que os índices resultantes baixos em suma são sugestões de melhoria com menor custo financeiro e os indicadores altos necessitam de mais ajustes e consequentemente, maior investimento.



**Quadro 1 – Quadro comparativo com sugestões de melhorias pertinentes à todas unidades**

UNIDADES	ORIENTAÇÃO ESPACIAL	DESLOCAMENTO	USO	COMUNICAÇÃO
UBS SANTA CECÍLIA	Implementação de área de estacionamento destinada para pessoas com deficiência, piso tátil e placas sinalizadoras.	Implementação de área de estacionamento destinada para pessoas com deficiência e rampas de acesso na calçada.	Remoção dos obstáculos móveis que impedem a passagem adequada com cadeiras de rodas. Implementar o corrimão com braile.	Colocação de piso tátil por toda a UBS e mapa tátil, auxiliando na localização e consequentemente, na orientação de cegos. Além disso, colocar placas com braile indicando os locais para acesso.
UBS VILA IDEAL	Necessidade de restaurar as placas que indicam o nome da UAPS, implantar placas nos portões da unidade, para chamar atenção de veículos e pedestres. Tornar a rampa de acesso acessível, com corrimão na lateral.	Realocar salas de coletas para lugares que seja possível o funcionamento adequado para cadeirantes.	Remoção da soleira elevada para que haja transição entre os edifícios de forma fácil. Criar uma área para cadeirantes para que aguardem os atendimentos.	Colocação de piso tátil por toda a UAPS e mapa tátil, auxiliando na localização e consequentemente, na orientação de cegos. Além disso, colocar placas com braile indicando os locais para acesso.
UBS SÃO PEDRO	Sinalização adequada para a entrada segura na unidade e um passeio adequado para pedestres que leve até a entrada correta.	Colocação de rampas que permitam a entrada adequada nos consultórios. Troca de piso por um menos escorregadio e sem problemas em relação a irregularidade.	Retirada de barreiras que impeçam o cadeirante e o cego a se locomover. Colocação de barras de apoio nos banheiros. Piso tátil nas escadas.	Colocação de piso tátil por toda a UAPS e mapa tátil, auxiliando na localização e consequentemente, na orientação de cegos. Além disso, colocar placas com braile indicando os locais para acesso.
UBS BORBOLETA	Colocação de uma placa com o nome da UBS mais perto da entrada. Vaga destinada a pessoas com deficiência.	Colocar corrimão na rampa de entrada para melhor deslocamento.	Necessidade de mudanças estruturais em relação aos balcões e tornar acessível o acesso ao banheiro e consultório. Retirar barreiras que impeçam o cadeirante e o cego a se locomover. Colocar barras de apoio nos banheiros.	Colocação de piso tátil por toda a UAPS e mapa tátil, auxiliando na localização e consequentemente, na orientação de cegos. Além disso, colocar placas com braile indicando os locais para acesso.
<u>ITENS PERTINENTES À TODAS AS UNIDADES</u>	Melhor orientação em relação a entrada da UBS e placas que sinalizam o local. Além disso, há vagas destinadas a cadeirantes próximas à UBS.	Resolver os problemas relacionados a desníveis, em relação ao piso, soleira, degraus altos.	Remoção de barreiras que prejudicam a circulação dentro das UBS. Colocação de barras de apoio nos banheiros.	Implementação de piso tátil, mapa tátil e placas com braile.

Fonte: Arquivo próprio do grupo de pesquisa, 2023

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal quadro de análise foi apresentado no seminário/workshop, pelo grupo de extensão, que reuniu os órgãos responsáveis pela administração das Unidades Básicas, como a Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, setores responsáveis de arquitetura e infraestrutura da Prefeitura do Município e alunos dos cursos de Bacharelado em Arquitetura (UFJF) e Bacharelado em Design (UFJF), a fim de promover o debate do projeto extensionista elaborado e discutir a viabilidade das sugestões de melhoria.

Por conseguinte, conseguimos discutir tais questões de maneira contundente, buscando tratar a relevância do projeto desenvolvido, e sua urgência para os usuários das UBS. A discussão foi bem aceita, tendo um debate rico e proveitoso, no qual os

funcionários municipais presentes e deram suas contribuições, trazendo as demandas do cotidiano das UBS, e mostraram-se satisfeitos com o empenho em melhorar e revisar as unidades, como também, sugeriram ampliar o projeto para as demais Unidades Básicas de Saúde do município.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliece Helena Santos. *Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na faculdade de direito da UFBA*. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20772/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O-ELIECE%20HELENA%20SANTOS%20ARAUJO%202.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. *Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público*. Florianópolis: MPSC, 2014. Disponível em: [https://documentos.mpsc.mp.br/portal/conteudo/cao/ccf/Manual/Manual%20Acessibilidade\\_2014\\_web.pdf](https://documentos.mpsc.mp.br/portal/conteudo/cao/ccf/Manual/Manual%20Acessibilidade_2014_web.pdf). Acesso em: 2 out. 2023.

SILVA ROSA, Cleyton; BRAIDA, Frederico; ANTUNES, Natália C. A cultura da inclusão social no território da universidade: um olhar sobre a acessibilidade a partir de uma perspectiva da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. *Revista Científica ANAP Brasil*, v. 12, p. 104-116, 2019. Disponível em: [https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/anap\\_brasil/article/viewFile/2224/2066](https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/anap_brasil/article/viewFile/2224/2066). Acesso em: 12 mar. 2023.



## **GRADE: Grupo Referência em Atenção aos Direitos na Execução Penal**

Bráulio de Magalhães Santos<sup>1</sup>  
Reinaldo Bezerra Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG), com estágio pós-doutoral pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pelo Centro de Estudos Avançados em Infância e Juventude do CINDE (Colômbia). Docente do departamento de Direito do campus de Governador Valadares (UFJF/GV). Coordenador do Projeto. E-mail: [braulio.magalhaes@ufff.br](mailto:braulio.magalhaes@ufff.br).

<sup>2</sup>Graduado em Direito pela UFJF-GV, Especialista em Ciências Criminais pela Faculdade Faveni. Discente de Administração da UFJF-GV. Extensionista bolsista. E-mail: [reynaldo.b.souza@gmail.com](mailto:reynaldo.b.souza@gmail.com).

# GRADE: Grupo Referência em Atenção aos Direitos na Execução Penal

## 1 INTRODUÇÃO

GRADE é o acrônimo para Grupo Referência em Atenção aos Direitos na Execução Penal, que recebeu algumas críticas quanto à sua “agressividade” e “feiura”, não teve qualquer ideário de se demonstrar agressivo, mas sim ser provocativo e impactante. E, quanto a sua “feiura”, a proposta não teve como finalidade reforçar qualquer padrão estético, muito pelo contrário... se tratou de incursão filosófica sobre as faces das grades em suas prisões: por dentro delas, há a contenção de vidas e desejos e do lado de fora o reflexo de suas relações, suas famílias e de seus projetos de vida boa. Quem olha para um espelho observa seu reflexo, mas quem olha através das grades observa esperança e desejos e essa realidade reflete o sentimento para ambos os lados, no que diz respeito às famílias dos impactados pelo encarceramento. Portanto, as famílias dos indivíduos privados de liberdade<sup>1</sup> (IPL's) também seriam abarcadas pela agenda de ações do projeto.

Trata-se de Projeto de Extensão que nasceu da inquietação do Professor Dr. Bráulio de Magalhães Santos no que diz respeito à participação insubsistente da sociedade em geral quanto às mazelas do cárcere, da estruturação própria das instituições totais<sup>2</sup> e seu projeto de apagamento e invisibilização (*apud* Foucault, 1999)<sup>3</sup> de todo corpo humano relacionado ao ambiente prisional, isto é, aos indivíduos privados de liberdade e de todo o corpo de profissionais que desenvolvem seus trabalhos dentro do ambiente carcerário.

O projeto teve início no final do ano de 2022 no município de Governador Valadares, tendo concentrado sua atuação nos estabelecimentos prisionais que atendem a parcela adulta dos indivíduos privados de liberdade (IPL's), a saber: o Presídio de Governador Valadares e a Penitenciária Francisco Floriano de Paula.

Em duas oportunidades, foram realizadas reuniões com o corpo Gestor do Presídio de Governador Valadares, quando todos os extensionistas do projeto puderam conhecer as demandas dos gestores, um pouco da realidade vivida pelos encarcerados, bem como puderam observar o descaso e abandono legados às medidas de privação deles, sendo capazes de compreender o quão aguda é a colisão entre o dever ser e o ser (*apud* Hans Kelsen, 2019) propriamente vivenciado pelos indivíduos privados de liberdade.

O projeto, inicialmente, se posicionou com a estratégia consultiva, ou seja, os trabalhos desenvolvidos seguiram as demandas apresentadas pelos gestores das

---

<sup>1</sup>Terminologia adotada recentemente como meio dialógico de devolução da característica de pessoa enquanto sujeito, indivíduo. Trata-se da tentativa de abandonar a pecha de tratar todos como “presos”.

<sup>2</sup>Segundo Goffman (1987), as instituições totais se caracterizam por serem estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral.

<sup>3</sup>Foucault discorreu sobre a invisibilidade do poder punitivo e da perda da individualidade das pessoas em situação de cárcere.

Unidades Prisionais. Tendo como base variadas frentes de ação, o projeto tinha como objetivo a atuação com todos os atores do sistema carcerário. A partir do levantamento de demandas, foram elaboradas propostas de intervenção como plantões carcerários de cariz jurídica, a busca por apoio frente aos demais cursos ofertados pela UFJF-GV para a oferta de atendimentos de saúde, cursos para geração de renda, cursos profissionalizantes para os IPL's e também cursos de capacitação para os policiais penais e demais profissionais da atenção psicossocial, bem como oficinas de valorização aos profissionais atuantes na execução penal.

Da observação das dinâmicas apresentadas e dos relatos dos gestores, restou clara a total ausência de articulação entre o cárcere e o meio aberto, isto é, a sociedade em geral. Há um imensurável desrespeito ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana, dos fundamentos da República Federativa do Brasil e de várias disposições da Lei de Execução Penal, principalmente as que dizem respeito à assistência em saúde.

O GRADE teve como ideal acadêmico gerar a interlocução entre os conhecimentos teóricos empreendidos nas salas de aula e a realidade desviante, ou seja, quanto aos desrespeitos aos processos, procedimentos e às determinações legais. Nesse sentido, buscaram-se parcerias com vias a melhor prestar a assistência necessária às demandas do sistema carcerário da cidade de Governador Valadares. Assim, firmou-se um frutífero diálogo com o órgão do Ministério Público que atua na execução, com a Defensoria Pública, servidores do Tribunal de Justiça, Prefeitura, Secretarias de Assistência Social.

## 2 METODOLOGIA

Como referência teórica partimos de uma perspectiva na relação interna/interno, isto é, que relações existem, se existem, em que medida e por que canais se dão, quais implicações trazem, quais sujeitos atuam, como atuam. Perguntamos se, “dentro dos muros”, “atrás das grades”, no contexto interno cotidiano da mesma unidade prisional, que modalidades de articulação se dão nesse “não lugar” (Cunha, 2004).

A partir de então, é inevitável que estas perguntas se coloquem também nas sociabilidades (antes, durante e depois) do cárcere. Buscou-se, sobretudo, compreender quais aprendizados precisam ser apropriados para promover propostas de implementação de políticas públicas para a digna execução das medidas de privação de liberdade, combate ao superencarceramento<sup>4</sup> e à reincidência criminal, tendo como base as conjunturas coletivas, comunitárias e institucionais necessárias.

Portanto, pautamo-nos na busca pelo conhecimento das demandas dos gestores e dos internos e no diálogo com as instituições que compõem os órgãos da execução penal na tentativa de fixar as bases necessárias e suficientes para buscar melhorias e mudanças na realidade do cárcere, porque qualquer avanço é,

---

<sup>4</sup> Trata-se de termo proposto a partir das análises de Pavarini (2012), diz respeito a um processo identificável pela gestão da pobreza, isto é, controla-se a população socialmente vulnerável por meio de um processo de encarceramento massivo. É compreendido como política neoliberal de opressão aos pretos, pobres e demais minorias.

necessariamente, dependente da atuação concatenada das pessoas e instituições que formam o corpo da execução penal.

Propusemos a atuação dialógico-reflexiva com a leitura de textos sobre a realidade de cárcere e suas respectivas mazelas, bem como tratou-se de desmistificar algumas das pré-compreensões que são criadas pela base dominante com a exclusiva finalidade de gerar o afastamento do ambiente carcerário. Também foram propostos cronogramas de leitura das legislações pertinentes (Constituição Federal, Lei de Execução Penal, Código de Processo Penal e do RENP) para gerar as necessárias reflexões a fim de desenvolver visão crítica e voltada para a atuação frente à total ausência de simetria entre o ser (a realidade concreta) e o dever ser (determinações do Direito), aprofundando-nos nas análises entre o marco normativo e a ausência de correspondência fática das medidas de execução penal.

As ações do projeto foram pautadas em metodologias (ativas) participativas e pesquisa-ação, tendo como objetivo aproximar os extensionistas das vivências e experiências dos indivíduos privados de liberdade, daqueles que atuam, diretamente na execução penal (policiais penais, profissionais que atendem às demandas psicossociais e gestores), bem como os demais órgãos da execução penal. Tais metodologias tiveram como ideal gerar a sensibilização dos participantes e gerar o devido engajamento e senso de autorresponsabilização pelos deveres de atuação em comunidade.

Com espaços (grupos) de estudo, qualificação, supervisão de trabalho nos encontros semanais, considerando ainda a permanente supervisão dos orientadores e auxílio das demais instituições, foi possível estabelecer conhecimento acerca de fluxos e processos de trabalho, para propor os devidos encaminhamentos e possibilitar a execução de planos de ação.

### **3 DESENVOLVIMENTO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto teve início pouco tempo após o retorno das atividades presenciais. Nesse sentido, as instituições estavam todas em processo de readaptação à normalidade de suas atividades, o que gerou um estágio estacionário muito forte quanto à atuação do projeto. Sendo assim, os próprios gestores dos estabelecimentos prisionais locais pediram para que algumas das propostas de intervenção tivessem as suas execuções retardadas porque não haveria condições de segurança adequadas ao recebimento do público externo.

Enquanto não recebíamos a autorização para a atuação nos estabelecimentos, foram realizadas reuniões semanais para a discussão de textos e também de oficinas de capacitação, tendo em vista a necessidade de preparar adequadamente a equipe, que contava com alguns alunos dos períodos iniciais. Também foram realizados encontros com o Ministério Público, Defensoria Pública e com os órgãos de Assistência Social (PRESP e CEAPA) a fim de trocar experiências, manifestar inquietações e tentar traçar planos de ação e meios de criação de atuação em rede para o fortalecimento da atuação das instituições.

Também realizamos convites aos demais departamentos dos cursos ofertados pela UFJF-GV. Foram apresentados os objetivos e propostas do projeto bem como as carências dos estabelecimentos prisionais no que diz respeito à atenção básica em

saúde, como a ausência de farmacêuticos, fisioterapeutas, dentistas, de educadores físicos e insuficiência de médicos; contudo, não houve aderência.

Ainda que com perspectiva de ação reduzida, os extensionistas realizaram atendimentos jurídicos, com a chancela da Defensoria Pública, no Presídio de Governador Valadares e na Penitenciária Francisco Floriano de Paula. Também houve a elaboração de minutas com base no interesse dos indivíduos privados de liberdade em suas cartas destinadas à Defensoria Pública, medida esta que conseguiu viabilizar alguns dos atendimentos da instituição em defesa dos interesses dos indivíduos.

A sinalização para a possibilidade de ações no interior do Presídio de Governador Valadares só ocorreu no mês de agosto de 2023, quando o projeto estava prestes a ser encerrado. O departamento de Direito também demonstrou baixíssima adesão ao projeto, tanto por parte dos professores como também dos alunos; o que inviabilizou a realização de, ao menos, um plantão carcerário naquele estabelecimento. Quanto à Penitenciária Francisco Floriano de Paula, não houve sinalização até mesmo depois do encerramento do projeto em razão do déficit de servidores da segurança e das muitas licenças para tratamento de saúde, quadro este que ainda é enfrentado.

Em relação às reuniões com os órgãos, também foi possível observar como as relações de poder se desenvolvem e os interesses de um ou outro órgão pretende se sobrepor aos dos demais. Numa das reuniões em que participou o Subsecretário de Saúde da Prefeitura, foi informado que a Prefeitura carece de recursos para levar socorro às unidades prisionais e para a implementação do programa Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Tais reuniões foram de grande importância no que diz respeito ao empirismo do projeto e permitiu que os discentes analisassem de forma crítica as narrativas sobre poder, questões orçamentárias e, principalmente, a desimportância dada ao cárcere, demonstrando que há uma estrutura para a manutenção das condições degradantes e invisibilização da parcela da sociedade que se encontra em situação de cárcere.

As dificuldades encontradas também serviram de fonte de aprendizado no que diz respeito às possibilidades de atuação da Universidade bem como da carência de engajamento interno no que tange aos projetos de extensão. Nesse sentido, as pouquíssimas bolsas ofertadas não geram interesse dos alunos que demonstram aderência ao tema, sendo que a oportunidade em termos da percepção do recebimento de horas complementares é insuficiente frente à grande oportunidade de aprendizado. Também observou-se que os estágios são grandes limitadores para a execução das atividades extensionistas porque os alunos que detinham conhecimento teórico em suficiência ou aprofundados já estavam estagiando ou desejavam exercer as duas funções e isto gerou dificuldades na execução dos trabalhos.

Para uma reapresentação futura do projeto, será necessário o desenvolvimento prévio de diálogo com os demais departamentos da Universidade para a busca pela aderência ao projeto e uma delimitação mais específica quanto aos critérios para a participação. Também é basilar que sejam ofertadas mais bolsas para atrair mais estudantes com as qualificações necessárias. A proposta interdisciplinar é a mais adequada tendo em vista as múltiplas carências do sistema prisional, contudo, é importante traçar perfil de formação mínima (percentual de formação) para a adequada prestação de assistência.

Embora tenhamos enfrentado muitas dificuldades, o Projeto gerou grande experiência nas mais variadas frentes: compreendeu-se que a carência e a invisibilização fazem parte de um projeto de necropolítica<sup>5</sup>, que mesmo os atores mais bem intencionados encontram problemas de articulação para a realização de suas atividades e que o discurso garantista da academia é muito mais instrumental do que atuante, no sentido de que os estudiosos em direito penal não demonstraram interesse pelos trabalhos realizados, o que traduz bastante das dificuldades de se fazer extensão.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e Sociedade na América Latina , 1800 – 1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Fábio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. *História das Prisões no Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALVAREZ, Marcos César. Punição, sociedade e história: algumas reflexões. *MÉTIS: história & cultura*. V. 6, n. 11, p. 93-105, jan./jun. 2007.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal (introdução à sociologia do direito penal). Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARATTA, Alessandro. Criminologia e dogmática penal. Passado e futuro do modelo integral da ciência penal. *Revista de Direito Penal*, v. 31, 1981.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde no Sistema Prisional. *Legislação em saúde no sistema prisional*. Campo Grande, MS: Fiocruz Pantanal; Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7210.htm). Acesso em: 14 jul. 2022.

BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea – Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades. *Revista do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos*, n. 01, p. 13-33, jan./jun. 2011.

---

<sup>5</sup> “Necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada” (Mbembe, Achille, 2018, 80 p.). Diz respeito à construção teórica de Achille Mbembe que traz à tona a instrumentalização da política como controle dos corpos, a produção de seres humanos matáveis. Sendo assim, não é uma política abstencionista com o intuito de deixar morrer parcela da população, mas também de produzir mortes.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH – USP, São Paulo, 2015.

COYLE, Andrew. *Administração Penitenciária: uma abordagem de direitos humanos*. Manual para servidores penitenciários. Londres: International Centre for Prison Studies, 2002.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Infopen – Junho de 2014. Brasília: DEPEN, 2015. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

DIAS, Jorge de Figueiredo; COSTA ANDRADE, Manuel. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Ed., 1992.

FBPS – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 8. São Paulo: FBSP, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/cdbd1526-3c52-4792-b085-9f8804e73e87>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de Tensão*. Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP: CEM: CEBRAP, 2011.

FERREIRA, Paulo Guimarães. A estrutura do sistema prisional brasileiro frente aos objetivos da teoria da pena. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 103, ago. 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-estrutura-do-sistema-prisional-brasileiro-frente-aos-objetivos-da-teoria-da-pena/>. Acesso em: 16 out. 2014.

FISCHER, Rosa Maria. O círculo do poder – As práticas invisíveis de sujeição nas organizações complexas. In: PETTIGREWM, Andrew; BERTERO, Carlos Osmar; DUTRA, Joel Souza; MAANEN, John; SEGNINI, Liliana; FREURY, Maria Teresa Leme; SILVA, Márcia Terra da; FISCHER, Rosa Maria. *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 65-88.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: REVAN, 2008.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

HASSEMER, Winfried. *El destino de los derechos del ciudadano en un derecho penal eficaz*. Estudios Penales e Criminológicos, v. XV. Santiago de Compostela: USC, 1992.

HASSEMER, Winfried. *Derecho penal simbólico y protección de bienes jurídicos*. Pena y Estado, n. 1. Barcelona: Bosch, 1991.



KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Cívicos e Direitos Humanos. Uma tradição judiciária pré-republicana?. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, 2004, p. 49-59.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

LEMGRUBER, Julita. *Verdades e Mentiras sobre o Sistema de Justiça Criminal*, 2001. Disponível em: <http://www.cjf.gov.br/revista/numero15/mesaredonda13.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v 30, n. 1, jan./abr. 2015.

LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz. *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Fábio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. *História das Prisões no Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PAVARINI, M. *Punir os Inimigos*. Curitiba: ICPC, 2012.

## “Lar dos Velhinhos” – instituição de longa permanência para idosos

Lohany Machado Almeida<sup>1</sup>  
Dinamayra dos Santos Andrade<sup>2</sup>  
Isabella Maria Ferreira de Carvalho<sup>3</sup>  
Isadora Mendes Moreira Araújo<sup>4</sup>  
Izabela Casarim Pacheco<sup>5</sup>  
Mattheus Ribeiro Natividade<sup>6</sup>  
Kascilene Gonçalves Machado<sup>7</sup>  
Sleta Cristina Correa Hott<sup>8</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Medicina da UFJF-GV. E-mail: lohanymachado2@gmail.com.

<sup>2</sup>Discente do curso de Medicina da UFJF-GV. E-mail: dinamayrasantos123@gmail.com.

<sup>3</sup>Discente do curso de Medicina da UFJF-GV. E-mail: isabellacarvalho.maria@estudante.ufjf.br.

<sup>4</sup>Discente do curso de Medicina da UFJF-GV. E-mail: isadora.araujo@estudante.ufjf.br.

<sup>5</sup>Discente do curso de Medicina da UFJF-GV. E-mail: izabela.casarim@estudante.ufjf.br.

<sup>6</sup>Discente do curso de Medicina da UFJF-GV. E-mail: mattheus-natividade@hotmail.com.

<sup>7</sup>Doutora em Engenharia Elétrica com ênfase em análise econômica aplicada aos sistemas elétricos de potência, pela Universidade Federal de Itajubá. Coordenadora da ação. Professora do departamento de Administração da UFJF-GV. E-mail: kascilene.machado@ufjf.br.

<sup>8</sup>Doutora em Administração pelo CEPEAD/UFMG. Vice-Coordenadora da ação. Professora do departamento de Administração da UFJF-GV. E-mail: stela.correa@ufjf.br.

# “Lar dos Velinhos” - instituição de longa permanência para idosos

## 1 INTRODUÇÃO

Hoje, no Brasil, nota-se um aumento na proporção de idosos em relação ao número populacional. Entre 2012 e 2021, o número de pessoas abaixo de 30 anos de idade caiu 5,4%, enquanto houve aumento em todos os grupos acima dessa faixa etária no período. A população total do país foi estimada em 212,7 milhões em 2021, sendo que a parcela de pessoas com 60 anos ou mais foi de 11,3% para 14,7% da população. Em números absolutos, indica um salto de 22,3 milhões para 31,2 milhões, crescendo 39,8% no período (IBGE, 2022).

Essa modificação na estrutura etária se deve às elevadas taxas de crescimento populacional, decorrentes da alta fecundidade no passado, somado à atual queda da natalidade e aumento da longevidade. O processo de envelhecimento leva ao comprometimento da capacidade funcional, determinando limitações para as atividades da vida diária e necessidades específicas, as quais exigem assistência, manutenção e promoção da autonomia e independência nessa faixa etária que, cada vez mais, não é possível ser suprido pelo núcleo familiar (Camarano e Kanso, 2010)

Nesse aspecto, somado às situações de vulnerabilidade social ocorridas ao longo da vida desses indivíduos, tornou-se necessária a criação de locais que os abrigassem. No entanto, tal acontecimento não é recente. O cristianismo foi pioneiro no cuidado aos idosos: há registro de que o primeiro asilo foi fundado pelo Papa Pelágio II (520-590), que transformou a sua casa em um hospital para velhos. Posteriormente, esses alojamentos se transformaram em locais de permanência para a terceira idade, sem a restrição de acolher apenas aos enfermos, que ficaram conhecidos como asilo (Pollo e Assis, 2008).

Define-se asilo como casa de assistência social onde são recolhidas pessoas pobres e desamparadas, como mendigos, crianças abandonadas, órfãos e velhos. Relaciona-se, assim, a ideia de abrigo, proteção, independentemente do seu caráter social, político ou de cuidados com dependências físicas e/ou mentais (Araújo *et al.*, 2010). Atualmente, outros termos surgiram para denominar locais de assistência específicos a idosos como, por exemplo, abrigo, lar, casa de repouso e clínica geriátrica, padronizando as chamadas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), as quais são definidas, segundo a Portaria nº 810/89 da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, como estabelecimentos equipados para atendimento integral à população com idade superior a 60 anos, dependentes ou não, sem condições familiares ou domiciliares para a sua permanência na comunidade de origem (ANVISA, 2021).

Ainda que as ILPI possam dispor de um quadro de trabalhadores para atender às necessidades de cuidados como de saúde, alimentação, higiene, repouso e lazer dos usuários, a plena integração dos idosos com a sociedade é um entrave a ser superado. Parte se deve à visão pejorativa que há em relação à essas instituições, o que gerou a iniciativa de romper com as terminologias antigas para desmistificar a imagem negativa que os asilos carregaram por longos anos, oriundas da percepção de que eram locais destinados ao abandono, vivenciando diariamente a rejeição, solidão e

maus tratos, estigmas que impactam nas possibilidades de lazer dos institucionalizados. Ademais, há uma falta de consideração do serviço de saúde pelos idosos institucionalizados, o que dificulta a implementação da Política Nacional do Idoso (PNI) em nível local (Creutzberg, 2007).

Portanto, tendo em vista o aumento da longevidade dos idosos no país e a propagação da garantia de um fim da vida digno e com qualidade, é imprescindível conhecer o segmento de institucionalização para tais, seus objetivos, princípios, gerenciamento, funcionamento e a visão do idoso acerca da instituição, buscando-se romper com qualquer imagem histórica pejorativa ou de segregação, e se tornar uma saída na vida dos idosos.

O objetivo deste relato de experiência é narrar os aprendizados adquiridos, os desafios e obstáculos enfrentados no projeto de extensão “Ações para a melhoria da qualidade de vida dos idosos”, ao acompanhar a ILPI *Lar dos Velinhos*, localizada na cidade de Governador Valadares, Minas Gerais.

O *Lar dos Velinhos* de Governador Valadares foi fundado em 05 de julho de 1938, pela conferência Santo Antônio, denominado naquela época de “Conferência São Vicente de Paulo”, e que teve inicialmente a denominação de “Asilo dos Pobres e Desamparados”. Trata-se de uma associação civil de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, caritativa e de assistência social. Essa instituição também conta com pessoas que se disponibilizam a fazer trabalhos voluntários diversificados, como odontólogos, psicólogos, fisioterapeutas e outros, de forma a oferecer aos residentes a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Elaboração do instagram do projeto**

A primeira etapa foi definir qual seria o logotipo do projeto. Para isso, foi solicitado que os discentes elaborassem logos de acordo com a temática do projeto, da forma que mais lhes agradassem. Ao final, foram feitas duas artes e, após votação democrática, selecionou-se aquela que representava mais precisamente o projeto; tal imagem trazia um desenho cartunesco autoral de dois idosos sorrindo, tendo como base uma paleta de cores composta por tons claros, ressaltando a felicidade e a leveza tanto do próprio *Lar dos Velinhos*, quanto das atividades que seriam exercidas posteriormente.

Uma vez com o logo escolhido, passou-se para a etapa de criação da rede social para o projeto. Foi cadastrada uma conta na plataforma do Instagram; o nickname escolhido foi o “@projetoVelinhos”, enquanto o nome do perfil se manteve com o nome do projeto de extensão. Com a rede criada e, para tentar adquirir mais engajamento e seguidores, realizou-se a busca ativa por outros discentes da universidade que poderiam ter interesse em acompanhar as atividades do projeto. Para isso, pesquisou-se por perfis que seguiam a página oficial da UFJF-GV no Instagram e, manualmente, enviou-se a solicitação para seguir cada estudante, na expectativa de que, caso se interessassem pelo projeto, passassem a seguir e acompanhar a página.

Com seguidores cativados, a plataforma foi utilizada para divulgar as atividades do projeto, como as campanhas de arrecadação, compartilhando, por exemplo, os resultados e o destino dos itens arrecadados, e realizar postagens inerentes aos temas trabalhados. Apesar da dificuldade de atingir um público numeroso e diversificado, o perfil cumpriu com êxito seu propósito de divulgação e de comunicação com o público que desconhece essa temática. Além disso, tal perfil facilitará a perpetuação das atividades cumpridas pelas próximas gestões do projeto, transmitindo suas ideias e iniciativas para um número cada vez maior de pessoas.

## 2.2 Campanhas de arrecadação

Ao total, foram feitas duas campanhas de arrecadação: a primeira visando arrecadação de alimentos e outra para arrecadação de fraldas geriátricas. Em ambas as ações, a divulgação foi feita pelo Instagram do projeto, além de postagens nos perfis pessoais dos discentes, visando maximizar a proposta.

Como a universidade não possui um *campus* único, os pontos de coleta foram estrategicamente posicionados em locais de maior circulação de alunos, professores e servidores, incluindo a sede administrativa e o Departamento de Ciências Básicas da Vida (DCBV) da UFJF-GV, além das faculdades parceiras Anhanguera e UNIPAC.

Nestes pontos de coletas foram colocadas caixas de papelão grandes, revestidas com papel de embrulho, e identificadas com uma arte personalizada que informava os itens que seriam coletados, os locais e o período da arrecadação.

A arrecadação de alimentos ocorreu entre os dias 28 de junho e 10 de julho de 2023 e almejava estimular a doação de leite, açúcar, café, sal, óleo, milho verde, aveia e biscoito de sal. No entanto, devido ao período de coleta ter ocorrido no final do período letivo, foram arrecadados poucos alimentos, visto que esta campanha conseguiu arrecadar apenas uma caixa grande de alimentos, o que gerou frustração dos participantes. Todos os produtos obtidos foram encaminhados à ILPI Lar dos Velhinhos.

Já a campanha de arrecadação de fraldas, realizada entre os dias 15 e 30 de setembro de 2023, visava a obtenção de fraldas geriátricas tamanhos M, G e XG. Felizmente, a coleta ocorreu em período letivo; com o fluxo maior de pessoas pelos pontos nos quais as caixas foram colocadas, a campanha foi bem sucedida e a equipe conseguiu arrecadar e entregar aproximadamente 500 fraldas geriátricas ao Lar do Velhinhos.

Em suma, a coleta gerou certa quebra de expectativa. Esperava-se uma maior contribuição, especialmente na coleta de alimentos, mas os fatores limitantes como o fim do período letivo e o curto tempo de arrecadação influenciaram diretamente os resultados. Ainda assim, participar da elaboração dessas campanhas foi uma experiência muito proveitosa, desde o momento inicial, com a elaboração das artes para divulgação e atribuição dos pontos de coleta, até o exercício reflexivo de fomentar a necessidade e a importância de cada doação em particular.

## 2.3 Visistas ao lar dos idosos

Uma das metas iniciais delineadas pelo projeto visavam encontros semanais entre os estudantes e os idosos, que aconteceriam no *Lar dos Velhinhos*, com o intuito

de ser desenvolvido, através das conversas traçadas com os idosos, um e-book relatando as histórias e as vivências de alguns deles. No entanto, tal proposta passou por algumas alterações, visto as dificuldades de agendar horários para as visitas.

No primeiro semestre de 2023, os idosos do Lar do Velinhos ainda não estavam recebendo visitas do público em geral por causa da pandemia do COVID-19, apesar dos casos terem reduzido, a instituição optou por cautela antes de reabrir os horários de visitas novamente. Além disso, os idosos possuem outras atividades, ocupando boa parte de seu tempo na ILPI. Estas circunstâncias impossibilitaram maiores horários de visitas dos alunos do projeto à instituição. Ao definir o horário para as visitas, que foi estabelecido pelo responsável do *Lar dos Velinhos*, para os estudantes realizarem visitas aos idosos, identificou-se que muitos não tinham disponibilidade. Sendo assim, a compatibilidade de horários permitiu que os encontros fossem realizados por apenas uma parte dos estudantes.

No mês de abril de 2023 foram iniciadas as visitas para a criação de vínculo com os idosos e, posteriormente, traçar como seriam as conversas e os registros dos relatos. Este momento foi de grande importância e sensibilidade, visto que houve emoção devido aos relatos decorridos pelos idosos, posturas e experiências narradas, tendo que flexibilizar e humanizar para melhor se relacionar com os idosos entrevistados.

É relevante evidenciar os sentimentos nos quais os idosos foram atribuídos e quais foram suas expectativas e recepção quanto às visitas. Sob esse viés, vale ressaltar que muitos se apresentaram felizes e emocionados com as visitas, muitos apresentavam brilho nos olhos quando se era dirigido a palavras, gostam de conversar e sempre queriam o retorno na próxima semana, muitos idosos diziam se sentir acolhidos e importantes, por meio do diálogo e da atenção que eram oferecidos. Entretanto, também notou-se que alguns idosos apresentavam certa revolta, e algumas vezes não gostavam de conversar e preferiam ficar em seu repouso. Sobretudo, é perceptível que as visitas semanais os faziam muito bem, uma vez que muitos lembravam da visita passada e recordavam das conversas.

## **2.4 Aplicação do questionário aos diretores e funcionários da instituição**

No final de julho de 2023, foi proposta a elaboração de um questionário para colher informações sobre a história da instituição, o funcionamento da gestão, dados financeiros e práticas e atividades promovidas pelo *Lar dos Velinhos* aos seus internos. Foi elaborado, então, um questionário contendo 66 questões, sendo pensado inicialmente apenas para os diretores da instituição.

No dia 25 de agosto de 2023, foi aplicado o questionário aos diretores por duas alunas do projeto em que a recepção foi calorosa e aberta a perguntas com franqueza. Inicialmente, os diretores fizeram questão de mostrar toda a instituição e em cada cômodo contava-se um pouco da história amorosa do Lar, desde o passado em que foi fundada até os dias atuais com as diversas melhorias feitas na infraestrutura para garantir conforto e segurança aos idosos. O passeio para conhecer a instituição foi bastante enriquecedor e foram tiradas várias fotos do ambiente interno, porém, ocupou boa parte do tempo da entrevista, sendo necessário realizar outra visita na semana seguinte para finalizar a aplicação do questionário.

Nesse primeiro encontro, os diretores tiveram oportunidade de ver o questionário e orientaram as alunas a entrevistarem outros funcionários da instituição. Assim, muitas das perguntas do questionário foram direcionadas para outros funcionários indicados pelos próprios diretores que disseram que estas pessoas estariam mais aptas a fornecer informações mais detalhadas e verídicas, como sobre a alimentação e saúde dos idosos e sobre o acolhimento dos internos. Por isso, além dos diretores, foram entrevistados também a assistente social e a enfermeira.

No dia 01 de setembro de 2023, foram realizadas as entrevistas com os funcionários para complementar as questões e também a entrevista com os diretores. Após a finalização da aplicação do questionário, houve um tempo para bate-papo e despedida com os diretores, os quais estavam muito felizes de poderem participar do projeto, deixando as portas abertas da instituição para próximas visitas e parcerias.

As respostas obtidas com o questionário irão auxiliar e servir de base para a escrita de um e-book contando a história do *Lar dos Velinhos*, desde a sua criação até os dias de hoje e para uma melhor compreensão do funcionamento e gestão de uma ILPI.

### **3 CONCLUSÕES**

Diante da experiência acadêmica descrita, viu-se que a instituição avaliada vai muito além do que um simples local de depósito de idosos, como era visto há tempos atrás. Nota-se que, no *Lar dos Velinhos*, além de diversos serviços prestados pelos profissionais e cuidadores, todos estão empenhados em garantir qualidade de vida e bem-estar físico e mental aos institucionalizados. Destaca-se, também, o apoio dos voluntários e a mobilização da opinião pública e dos segmentos sociais na melhoria do cuidado da pessoa idosa.

A participação do projeto na ILPI em questão fez com que fossem observadas as dificuldades diárias enfrentadas; é notório a necessidade do olhar gerontológico, que compreenda os aspectos biológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento, destacando a importância do cuidado multidisciplinar e humanizado, com a finalidade de construir uma gestão eficiente e resolutiva, baseada na inclusão, proteção e garantia dos seus direitos.

Participar do projeto “Ações para a melhoria da qualidade de vida dos idosos” foi uma experiência de grande valia tanto no aspecto profissional, quanto no pessoal, pois proporcionou mais contato com a população idosa e com profissionais da saúde que atuam nessa instituição. O projeto ajudou a entender como funciona na prática a instituição de acolhimento *Lar dos Velinhos*, em Governador Valadares, e a obter uma perspectiva mais abrangente sobre as demais instituições de acolhimento a pessoas idosas em outros locais, por meio da análise de diversos artigos. Além disso, o projeto contribuiu para entender a história de formação desse tipo de instituição e como elas são importantes para amparar as pessoas acima de 60 anos em condições de vulnerabilidade. Somado a isso, pode-se entender também qual o papel de cada profissional dentro de uma ILPI e a importância que cada um tem para a manutenção da integridade física e emocional dos internos. Percebi a importância dos profissionais de saúde, os quais realizam o encaminhamento dos idosos que necessitam de cuidado para a instituição.



Apesar das dificuldades em relação à compatibilidade de horários disponibilizados pela instituição para a visita, as atividades do projeto foi muito enriquecedora; aprender sobre a história do lar dos velinhos desde a sua fundação permitiu que testemunhar o crescimento e a superação de inúmeros contratemplos até os dias de hoje; ficou nítida a importância da instituição para aqueles idosos e a necessidade do vínculo constante com a sociedade e os serviços públicos. Nesse sentido, percebi como os idosos realmente necessitam de mais atenção e cuidado, para que a qualidade de vida deles seja garantida e eles tenham condições de gozar dos seus direitos como cidadãos.

Foi importante participar desse projeto para entender as vulnerabilidades que a instituição enfrenta e pensar em formas de auxiliar na resolução de algumas pendências como futuras profissionais da área de saúde e como agentes ativas na comunidade. O projeto ajudou a olhar os idosos com uma visão ainda mais humana, pois cada um possui a sua história de vida, a sua trajetória até chegar à instituição. A convivência com os internos despertou inúmeras reflexões e a partir delas conseguimos perceber a importância que uma visita ou uma simples conversa têm na vida daqueles idosos, os quais, por algum motivo, foram direcionados para tal local, onde não conseguem desfrutar do contato contínuo com entes familiares, realidade que desperta, por sua vez, um sentimento de solidão na grande maioria. Logo, olhar para as vulnerabilidades das pessoas idosas fez repensar em como podemos ser mais úteis para minimizar tais vulnerabilidades. Além disso, foi importante para o desenvolvimento das práticas de saúde voltadas com mais humanidade e empatia.

Ademais, este projeto além de aguçar sentimentos de empatia, de cuidado, de respeito com a história de cada um, propiciou desenvolver melhor a habilidade da comunicação durante as atividades, uma vez que o contato com diversos públicos, dentro de um mesmo ambiente, foi necessário adaptar a linguagem dentro de cada contexto para que fosse melhor compreendida. Em suma, apesar dos desafios, como marcar horários para a entrevista com os gestores, trabalhar com um público com dificuldades de comunicação (os internos), o projeto foi uma grande oportunidade de enriquecimento humano.

Por intermédio das atividades e pesquisas realizadas foi possível compreender mais sobre temáticas não abordadas no curso da saúde, por exemplo, a gestão. Especificamente, a gestão direcionada para uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Com as campanhas desempenhadas pelo projeto foi possível observar que muitas pessoas estão dispostas a fazer o bem ao próximo e como isso pode transformar muitos cenários vividos hoje. Percebi o quanto uma ajuda pequena, como a arrecadação de mantimentos básicos e fraldas, é capaz de fazer a diferença na vida de alguém e como isso gera uma gratidão e desejo de querer fazer sempre mais.

Tudo isso ajudou a trabalhar em equipe, a desenvolver habilidades de comunicação, de criação de conteúdos e divulgação, a perceber a necessidade de ter mais empatia e saber olhar para o outro com um olhar amplo. Foi difícil não se emocionar ouvindo as histórias de muitos idosos ali e a dificuldade que a instituição enfrenta algumas vezes para conseguir itens básicos. Pude perceber o quanto as famílias ainda precisam ser conscientizadas quando a participação na vida dos idosos, por meio de visitas e da melhor comunicação com a instituição, pois em alguns casos elas nem mesmo procuram saber como o seu familiar está. Diante de tudo isso, é possível afirmar que a instituição cumpre um papel de extrema importância para a

sociedade, apesar de muitas vezes não receber a atenção que necessita, por meio de outros órgãos sociais e até mesmo governamentais. No entanto, muito trabalho ainda precisa ser feito no que diz respeito à infraestrutura, a fim de promover um acolhimento mais seguro e confortável para os idosos, além de mais projetos que incentivem a participação de voluntários, principalmente os da área da saúde.

Por fim, ao final do projeto, a produção de artigos científicos para a publicação, além de ser mais um conhecimento adquirido, também será de grande acréscimo ao currículo. Somos muito gratos pela oportunidade de participar de um projeto de extensão e pesquisa tão essencial para a comunidade e para o aprendizado.

## REFERÊNCIAS

ALVES-SILVA, J.D.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M.A.. Idosos em instituições de longa permanência: Desenvolvimento, condições de vida e saúde. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 26, n. 4, 2013, p. 820–830.

ARAUJO, Claudia; SOUZA, Luciana; FARO, Ana. Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *HERE – História da Enfermagem Revista Eletrônica*, v. 1, n. 2, p. 250-262, 2010. Disponível em: [http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n2vol1ano1\\_artigo3.pdf](http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n2vol1ano1_artigo3.pdf). Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Estatuto da Pessoa Idosa. Brasília-DF, 2022. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. ANVISA. *Resolução da Diretoria Colegiada - RDC, nº 502, de 27 de Maio de 2021*. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucao-rdc-n-502-de-27-de-maio-de-2021>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRITO, Barbara; SILVA, Débhora; LIMA, Maria. Evaluation of long – term care facilities for the elderly in the municipality of Olinda, state of Pernambuco. *REV. BRAS. GERIATR. GERONTOL.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, 2011, p. 663-673.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 27, p. 232-235, 2010.

CREUTZBERG, Marion *et al.* A instituição de longa permanência para idosos e o sistema de saúde. *Revista latino-americana de enfermagem*, v. 15, p. 1144-1149, 2007.

POLLO, Sandra; ASSIS, Mônica. Long-term care facilities – challenges and alternatives in Rio de Janeiro municipality, Brazil. *Rev. bras. geriatr. gerontol*, v. 11, n. 1, jan. 2008, p. 29–44. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2008.1101>.

## **Projeto para desenvolvimento de projeto básico arquitetônico participativo em caso de realocação de famílias em situação de remoção da comunidade Vila São Sebastião<sup>1</sup>**

Letícia Maria de Araújo Zambrano<sup>2</sup>

Elizete Menegat<sup>3</sup>

Regina Lúcia Gonçalves Tavares<sup>4</sup>

Guilherme de Oliveira Gomes<sup>5</sup>

Lais Batista Santos<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Estudantes bolsistas e voluntários: Alysson L. Oliveira, Dayane A. C. da Silva, Evelyn R. de Almeida, Guilherme de O. Gomes, Jennifer de S. Guimarães, Juliana O. Silva, Lais B. Santos, Lucas F. de S. Lima, Marcella R. Mello, Moacir J. Moreira, Sophia O. de Lima; Colaboradores externos: Mariana P. Guedes, Janaína S. Lawall.

<sup>2</sup>Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo PROARQ/UFRJ. Estágio Doutoral e Pós-Doutorado na École d'Architecture de Toulouse, França. Professora Associada do Departamento de Projeto, Representação e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFJF. Coordenação do Projeto. E-mail: leticia.zambrano@ufjf.br.

<sup>3</sup>Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Estágio pós-doutoral no Departamento de Sociologia da Universidade de Princeton, EUA. Professora Associada na Faculdade de Serviço Social da UFJF. E-mail: emmenegat@ufjf.br.

<sup>4</sup>Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Faculdade de Direito da UFJF. E-mail: regina.tavares@ufjf.br.

<sup>5</sup>Estudante de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFJF. Bolsista do Projeto. E-mail: guilherme.gomes@arquitetura.ufjf.br.

<sup>6</sup>Graduada pela FAU/UFJF. Ex-bolsista do Programa de Regularização Fundiária. E-mail: lais.batista@estudante.ufjf.br.

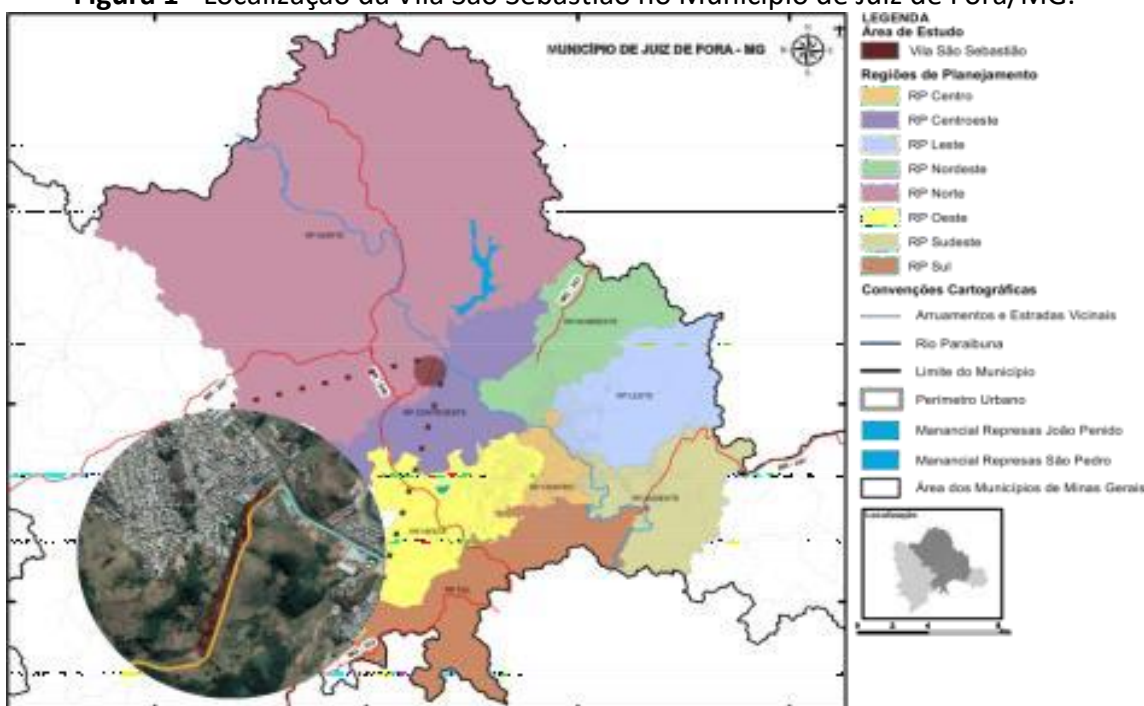
# Projeto para desenvolvimento de projeto básico arquitetônico participativo em caso de realocação de famílias em situação de remoção da comunidade Vila São Sebastião

## 1 INTRODUÇÃO

Os projetos de extensão junto à comunidade da Vila São Sebastião em Juiz de Fora iniciaram-se na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no ano de 2018, envolvendo professores e estudantes das áreas de Direito, Serviço social, Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, como um Programa de Regularização Fundiária do território ocupado informalmente por esta comunidade. Tratava-se de uma demanda da comunidade, intermediada pela então Deputada Federal Margarida Salomão, para que pudessem ter acesso principalmente ao serviço público de energia, que lhes foi negado pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), por se tratar de uma comunidade informal em área não regularizada.

Esta comunidade possui suas casas, em sua maioria bastante precárias, às margens da BR 267, ao longo dos quilômetros 112 e 113, ocupando área de domínio do DNIT (Figuras 1, 2 e 3).

**Figura 1** - Localização da Vila São Sebastião no Município de Juiz de Fora/MG.



**Fonte:** Montagem a partir do mapa base Anexo Plano Diretor de Juiz de Fora (PJF, 2018), acervo projeto de Extensão de Regularização Fundiária, 2019

A primeira versão do programa extensionista, em acordo de cooperação técnica com a PJF, assumia, portanto, o objetivo de subsidiar o processo de regularização fundiária, sendo esta a condição primeira para que a comunidade pudesse ter acesso a determinados direitos humanos, de condições mínimas de vida digna, como infraestrutura básica, principalmente de energia e água, itens elementares que não dispõem até hoje.

**Figura 2 - Mapa da Vila São Sebastião**



**Fonte:** Equipe de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Extensão Regularização Fundiária, 2019

**Figura 3 - Imagem de trecho da Vila São Sebastião**



**Fonte:** Equipe de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Extensão Regularização Fundiária, 2019

Passaram-se quase cinco anos, ao longo dos quais a equipe se modificou e também os objetivos de apoio à comunidade e da colaboração com a PJF, em função da realidade que se colocou diante da provável impossibilidade de permanência da comunidade em seu território de moradia devido, entre outros, a riscos geológicos presentes no terreno ocupado, além de um processo de reintegração de posse movido



pelo DNIT contra as famílias que residem nessa área. Concomitante aos projetos extensionistas, a equipe do direito assumiu a defesa das famílias com perfil de pobreza no processo judicial usado. Neste tempo, foram desenvolvidos dois Trabalhos de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, de Mariana Guedes e de Caroline Furtado, uma Iniciação Científica do Serviço Social, de Dayane Andrade Cardoso Silva e Integração com turmas de Projeto de Arquitetura e Urbanismo 5, de 2021/1 até 2023/1<sup>1</sup>, todos no sentido de colaborar com a demanda da comunidade da Vila São Sebastião.

Tendo como objetivo maior o apoio à comunidade para a concretização do seu acesso aos direitos humanos fundamentais, e em especial à uma moradia adequada, a abordagem atual do projeto extensionista, agora envolvendo as equipes de Arquitetura, Serviço Social e Direito, voltou-se, a partir de 2020, para o delineamento de estratégias alternativas para a hipótese da necessidade de realocação da comunidade. Neste sentido, assumimos o objetivo de desenvolver o projeto arquitetônico para novas moradias a serem localizadas em terreno público vizinho ao local onde hoje habitam.

## 2 METODOLOGIA

O projeto arquitetônico desenvolve-se em processo participativo junto à comunidade da Vila, em etapas que se iniciaram com uma primeira fase de levantamentos, com os seguintes procedimentos: (1.1) o diagnóstico físico do local do projeto, (1.2) atualização do cadastro socioeconômico das famílias pela Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva de Juiz de Fora (EMCASA), (1.3) definição de famílias participantes do projeto em função da renda familiar e sua concordância, (1.4) levantamento das casas e entrevistas às famílias.

Na segunda fase configurou-se o processo participativo propriamente dito, para o projeto arquitetônico, que aconteceria de forma concomitante às interações voltadas para debates e processos decisórios junto à comunidade. Compõem esta fase os seguintes procedimentos metodológicos: (2.1) Círculo Cultural; (2.2) Debate e deliberação sobre arranjos de proximidade, arranjos arquitetônicos e implantação; (2.3) Debate e deliberação sobre layout das unidades; (2.4) Debate e deliberação sobre materialidade, soluções construtivas e estética; (2.5) Aprovação final do projeto pela comunidade. A seguir apresentaremos algumas etapas do processo de projeto participativo que merecem destaque.

---

<sup>1</sup>Turma de Projeto de Arquitetura e Urbanismo 5 que colaborou com esta etapa do Projeto de Extensão: Ana Carolina C. de S. Flôres, Andréia A. M. de Paula, Anna Rafaela R. Godoi, Bianca Y. A. Fernandes, Cíntia G. Tartari, Eduarda M. C., Eriane de P. Silva, Giulia M. Sigiliano, Heloísa de P. M. Machado, Isabel Helena R. Radinz, Isabela W. B. Reizinger, João Pedro M. Spdo, Maria Eduarda C. de Almeida, Pedro Humberto C. B. Santos, Stéfany B. Machado, Victoria L. Costa, Andressa N. de Souza, Camila P. da Silva, Camile Eulália S. Costa, Debora G. P. Marques, Evelyn R. de Almeida, Henrique S. M. Ferreira, Hygor José J. da Silva, Isabella P. Cocate, Jennifer de S. Guimarães, Juliana de S. Reis, Kaio P. dos Santos, Laura S. Dato, Leonardo G. Dias, Lóren C. Vieira, Luisa G. Peixe de M. da Fonseca, Marcella K. Sampaio, Maria Eduarda dos S. G. Barros, Maryssa C. de M. Fernandes, Nicole C. Moreira, Patrick A. Teixeira, Pedro L. Avelar, Rafael N. A. Bitencourt, Sophia O. de Lima.

### 3 ETAPAS DO PROCESSO PARTICIPATIVO E O PROJETO ARQUITETÔNICO RESULTANTE

A primeira atividade do projeto participativo foi uma dinâmica de debate sobre imagens que poderiam evocar elementos do projeto. Adotamos o referencial metodológico do Círculo Cultural, proposto por Emiliano Dantas, sendo este baseado nos Círculos de Cultura adotados por Paulo Freire na educação de adultos (INCUBES, s/d, *apud* Guedes e Zambrano, 2023). A atividade objetivou promover o diálogo sobre o modo como habitam hoje e como podem vislumbrar possibilidades para seu futuro na nova moradia.

Espalhamos, sobre uma mesa, imagens, com cenas atuais da vila e imagens do entorno do terreno onde serão implantadas as novas moradias, além de imagens de casas diversas. Foi proposto que cada morador escolhesse três imagens de sua preferência e apresentasse para o grupo justificando o porquê da escolha. O material coletado foi sistematizado, o que nos permitiu identificar valores e elementos destacados pela comunidade indicando elementos importantes a serem considerados no novo projeto (Guedes e Zambrano, 2023).

**Figura 5** - Moradores escolhendo suas fotos e explicando a escolha



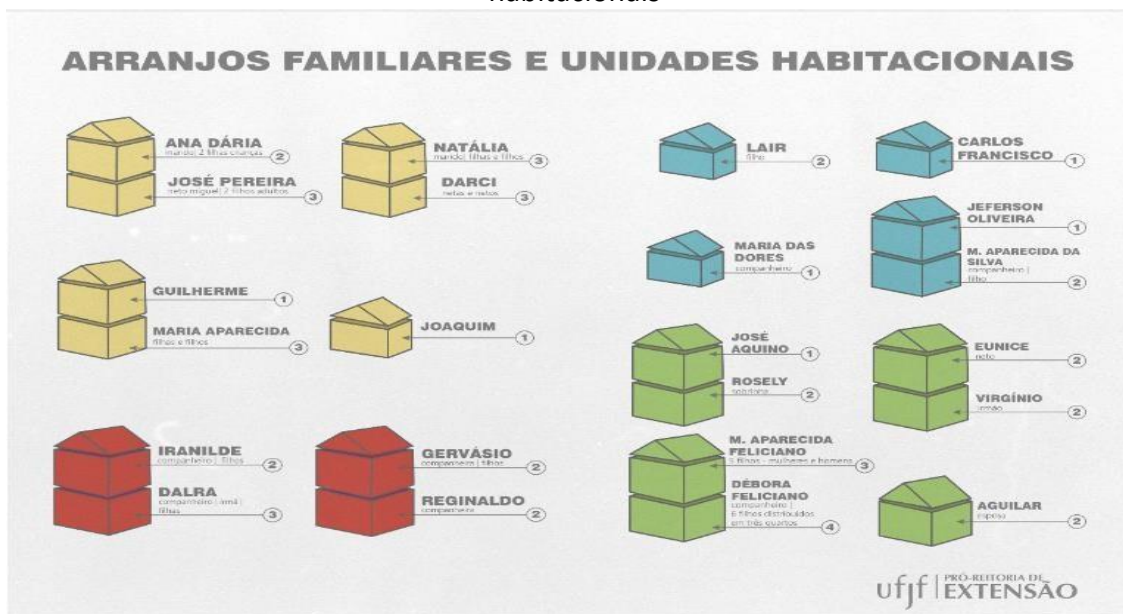
**Fonte:** Acervo c, foto Moacir Moreira, 2023

A segunda atividade do processo participativo objetivou debater os arranjos de grupamentos de afinidade, os arranjos familiares em unidades sobrepostas, bem como a implantação no terreno, para o que foram trazidas quatro propostas a serem avaliadas pelos moradores.

A dinâmica foi dividida em três momentos, sendo um primeiro coletivo, em que apresentamos as propostas de grupamentos de proximidade/afinidade. No segundo momento, os grupamentos foram separados em torno de quatro mesas, a partir de quando passamos a debater com cada grupo de proximidade, os grupamentos por unidade.



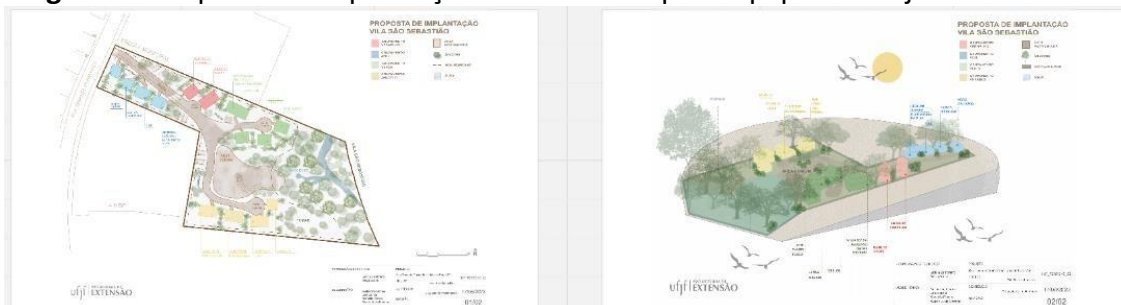
**Figura 6 -** Grupamentos de proximidade, arranjos familiares em unidades habitacionais



**Fonte:** Acervo do projeto de extensão, 2023

No terceiro momento da reunião, partimos para o debate das opções de implantação, apresentando os desenhos em projeção, impressos em papel e a maquete física para que pudessem manusear livremente, tendo possibilidade de mexer com arruamentos, disposição de unidades sobrepostas e de localização dos arranjos de proximidade.

**Figura 7 -** Proposta de implantação desenvolvida pela equipe do Projeto de Extensão



**Fonte:** Acervo do projeto de extensão, 2023

**Figura 8 -** Proposta de implantação desenvolvida pela equipe da Disciplina de Projeto 5



**Fonte:** Grupo Camila Palmier, Camile Eulália, Jennifer Guimarães e Luisa Guerra, 2023

**Figura 9 - Proposta de implantação desenvolvida pela equipe da Disciplina de Projeto 5**



**Fonte:** Grupo Bianca Yoná, João Pedro Spdo, Maria Eduarda Cândido, Stéfany Bocafoli e Victória Luciano, 2023

**Figura 10 - Proposta de implantação desenvolvida pela equipe da Disciplina de Projeto 5**



**Fonte:** Grupo Eduarda Cortasio, Evelyn Rodrigues, Isabela Wanchutz, Leonardo Dias, 2023

A dinâmica contou com projeções na parede, desenhos em papel e maquete física. Os produtos diversificados facilitaram a interação e a compreensão das propostas. Na dinâmica foram feitas correções de arranjos de proximidade, mudanças nos arranjos de famílias por unidades e ajustes na implantação escolhida.

**Figura 11 - Debate da implantação ao redor da maquete física, na parede a projeção da implantação**



**Fonte:** Acervo da Pesquisa, fotos Moacir Moreira e Camila Palmier, 2023

A terceira atividade participativa objetivou o debate sobre a materialidade do projeto e os layouts das unidades. O projeto levado para debate partiu de uma unidade embrião, a partir da qual se poderiam adicionar cômodos, de um a quatro quartos, em função dos tamanhos das famílias. Arranjos das unidades sobrepostas poderiam acontecer a partir de composições variadas de tipo de unidade entre os dois andares. A margem deixada para escolhas das configurações finais das unidades, ofereceria a oportunidade de cada família decidir posição dos quartos, cozinha aberta ou fechada e outras variações (Guedes e Zambrano, 2023).

A dinâmica foi composta por dois momentos em uma mesma tarde:

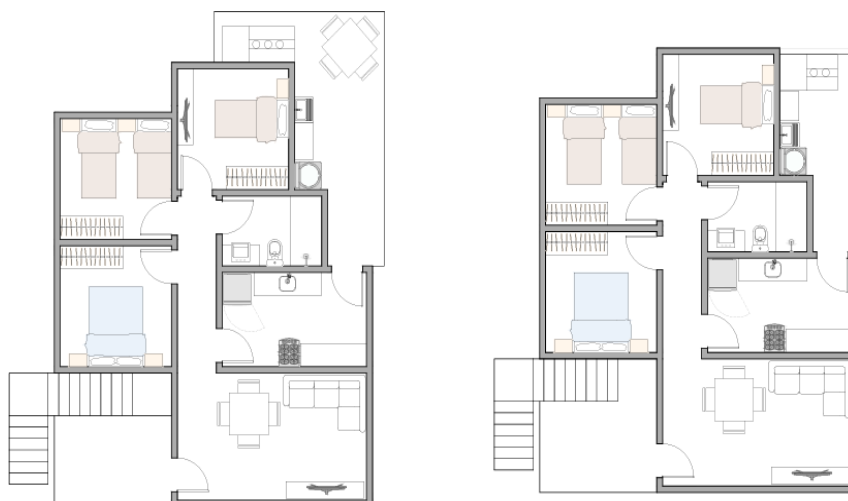
Para o primeiro momento, desenhamos, com fita crepe em verdadeira grandeza na quadra de esportes, as três plantas mais típicas e convidamos os moradores a percorrerem os espaços delineados. As manifestações foram muito positivas, indicando a satisfação com os espaços propostos e suas dimensões (Guedes e Zambrano, 2023).

**Figura 12** - Quadra de esportes com os desenhos das plantas em verdadeira grandeza



**Fonte:** Acervo da pesquisa, foto Evelyn Rodrigues, 2023

**Figura 13** - Arranjos de unidades sobrepostas de 3 quartos, 1º e 2º pavimentos (sem escala).



**Pavimento Térreo**

**Pavimento Superior**

Nota: arranjo apresentando quartos menores, sendo a escolha da posição do quarto maior pelo morador.

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2023

No segundo momento, distribuímos pelas mesas os quatro grupos de afinidade, conforme já confirmados nas atividades anteriores. Com cada grupo, as equipes aplicaram o método Seleção Visual, segundo o qual, são apresentadas imagens diversas de casas, de cozinhas, de mobiliário, e se pergunta à pessoa o que gosta ou não gosta na imagem. O objetivo seria extrair elementos que deveriam ou não estar presentes na solução arquitetônica, como tipo de alvenaria, tipo de cobertura, tipo de janela, cozinha aberta ou fechada, mobiliário em alvenaria etc. (Guedes e Zambrano, 2023).

**Figura 14** - Moradora comparando imagens na atividade Seleção Visual



**Fonte:** Acervo da Pesquisa, foto Evelyn Rodrigues, 2023

Em seguida, passou-se à apresentação da planta embrião e oferecidos recortes em papel transparente contendo os elementos que iriam complementar as plantas de cada unidade, como os quartos adicionais, o mobiliário, o fogão à lenha, carro, entre outros.

**Figura 15** - Moradora escolhendo o arranjo das partes da casa para a configuração da planta



**Fonte:** Acervo da Pesquisa, foto Evelyn Rodrigues, 2023



**Figura 16** - Planta finalizada conforme escolhas da moradora



**Fonte:** Acervo da Pesquisa, foto Evelyn Rodrigues, 2023

A atividade foi feita para cada unidade / morador que estava presente neste dia. Na interação dialógica, a equipe apresentava possibilidades de organização dos elementos do projeto, até que a pessoa se sentisse à vontade para experimentar suas próprias escolhas colocando os elementos no desenho. Ao finalizar a atividade, tínhamos todas as plantas das unidades negociadas como os respectivos moradores presentes no dia.

#### **4 A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO PROJETO**

A equipe extensionista construiu, ao longo destes 5 anos, laços de confiança e apoio à comunidade. O projeto, adaptando-se a cada tempo às realidades que se apresentam, vem permitindo construir alternativas de resistência e de futuro para a comunidade da Vila São Sebastião. A contribuição social se revela no empoderamento da comunidade, na consciência de que não estão sozinhos na busca por seus direitos relacionados à moradia e à cidade.

#### **5 A CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DISCENTE**

O projeto extensionista permite o contato direto com a comunidade e com órgãos públicos, sendo uma das dimensões da vida acadêmica, oportunizando aos discentes a vivência do processo ensino-aprendizagem além da sala de aula, com a possibilidade de articularem a universidade diretamente com a sociedade, com a comunidade alvo do projeto, numa enriquecedora troca de conhecimentos e experiências, sempre com o objetivo de fortalecer a cidadania das pessoas envolvidas.

Também como resultado dos projetos decorrentes deste programa, os discentes terão a oportunidade de escrever artigos, elaborar Trabalho de Conclusão de Curso ou mesmo dissertações e teses de pós-graduação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A próxima etapa do projeto consiste nos acordos acerca dos sistemas construtivos e materialidade do projeto. São decisões a serem debatidas e deliberadas com a comunidade em novas rodadas de interação no processo participativo. Está em discussão na esfera da prefeitura o redirecionamento e enquadramento do projeto para o PMCMV, o que demandará um diálogo específico com a comunidade no sentido de sua concordância com as mudanças necessárias em decisões já negociadas no projeto. Trata-se, portanto, do próximo passo a ser dado no processo do projeto participativo.

Em meio ao avançar do projeto, o processo judicial movido pelo DNIT contra as famílias da vila avançou para um possível acordo de conciliação para a municipalização da BR 267 no trecho em que habitam estas famílias, o que poderá viabilizar sua permanência, mediante obras de mitigação nas encostas em risco. Coloca-se mais um novo cenário, ainda sem fim determinado, mas diante do qual o projeto de extensão deverá se adaptar mais uma vez.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Portaria MCID nº 725, de 15 de junho de 2023*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcid-n-725-de-15-de-junho-de-2023-490336615>. Acesso em: 12 nov. 2023

GUEDES, Mariana P.; ZAMBRANO, Letícia M.A. A extensão junto à comunidade e suas interfaces na defesa dos direitos humanos. Resistência e perspectivas de futuro com a comunidade Vila São Sebastião, Juiz de Fora - MG. Capítulo aceito para publicação. In: PAGEL, Érica C.; OLIVEIRA, Melissa R.S. (Orgs.). *Coleção Arquitetura e Cidade IV*. Vila Velha: Universidade Vila Velha, 2023.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - INCUBES. *O Círculo de Cultura*. João Pessoa: UFPB, s/d. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pmrVd>

## Aprendizados e dificuldades na educação médica continuada em ortopedia

Vitor Homero Vieira<sup>1</sup>

Marcus Roberto Magalhães Cassani<sup>2</sup>

Pedro Castro Areias<sup>3</sup>

Eduardo Oliveira dos Prazeres<sup>4</sup>

Isabelle Gomes Dias<sup>5</sup>

Isadora de Cássia Oliveira Leal<sup>6</sup>

João Vitor Santos Gamonal<sup>7</sup>

João Paulo Gonçalves dos Santos<sup>8</sup>

<sup>1</sup>Discente de Medicina da UFJF. Membro do projeto. E-mail: [vh.vieira2000@hotmail.com](mailto:vh.vieira2000@hotmail.com).

<sup>2</sup>Discente de Medicina da UFJF. Membro do projeto. E-mail: [marcusroberto20@gmail.com](mailto:marcusroberto20@gmail.com).

<sup>3</sup>Discente de Medicina da UFJF. Membro do projeto. E-mail: [pedro.areias@estudante.ufjf.br](mailto:pedro.areias@estudante.ufjf.br).

<sup>4</sup>Discente de Medicina da UFJF. Membro do projeto. E-mail: [eduoprazeres@yahoo.com.br](mailto:eduoprazeres@yahoo.com.br).

<sup>5</sup>Discente de Medicina da UFJF. Membro do projeto. E-mail: [isabellegomesdias@gmail.com](mailto:isabellegomesdias@gmail.com).

<sup>6</sup>Discente de Medicina da UFJF. Membro do projeto. E-mail: [isadora\\_col@hotmail.com](mailto:isadora_col@hotmail.com).

<sup>7</sup>Discente de Medicina da UFJF. Membro do projeto. E-mail: [joao.gamonal@estudante.ufjf.br](mailto:joao.gamonal@estudante.ufjf.br).

<sup>8</sup>Mestrando em Saúde (PPG Saúde - UFJF). Graduado em Medicina pela UFJF com Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia pelo Hospital Ipiranga - SES/SP e Especialização em Cirurgia do Pé e Tornozelo no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (IOT-HCFMUSP). Professor do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da UFJF. E-mail: [jpgdsantos@gmail.com](mailto:jpgdsantos@gmail.com).



# **Aprendizados e dificuldades na educação médica continuada em ortopedia**

## **1 INTRODUÇÃO**

Uma grande porcentagem de queixas nos pronto-atendimentos está relacionada ao sistema músculo-esquelético. No entanto, o currículo das faculdades de medicina apresenta uma carga horária média de 40 horas de aulas teóricas e práticas de ortopedia e traumatologia. O projeto “Educação médica continuada em ortopedia” tem como objetivo proporcionar aos extensionistas e a toda comunidade acadêmica um contato a longo prazo com os temas mais predominantes relacionados a patologias do sistema músculo esquelético para que, já como médicos atuantes, possam auxiliar o maior número de pacientes de maneira rápida e certa.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O propósito fundamental do projeto é instruir médicos generalistas sobre as afecções ortopédicas mais comuns. Desta forma, em situações de incerteza durante o processo investigativo ou tomada de decisões clínicas, tais profissionais podem dispor de uma fonte de conhecimento imediata e precisa. Isso permite que realizem intervenções sem a necessidade imediata de encaminhamento para um especialista, potencialmente ampliando sua capacidade de assistir um número significativo de pacientes em relação às suas condições ortopédicas.

O projeto de extensão “Educação Médica Continuada em Ortopedia”, realizado no período de agosto de 2022 a julho de 2023 se baseou na produção e divulgação de vídeos curtos (2 a 8 minutos) na plataforma YouTube, discorrendo sobre as patologias ortopédicas mais comuns em cenários de pronto-atendimento. As discussões sobre cada tema foram divididas didaticamente para facilitar o entendimento do público em: 1) Caso clínico, anamnese e exame físico; 2) Exames complementares e fisiopatologia; 3) Diagnóstico e; 4) Tratamento.

Além do impacto direto na prática clínica, o projeto também abraçou uma missão secundária, porém não menos relevante, concentrando-se no desenvolvimento das habilidades dos alunos participantes. Estes, ao perceberem suas limitações ao longo do processo, foram desafiados a aprimorar competências técnicas, tais como o manuseio de ferramentas de apresentação, organização e oratória. Esse aspecto do projeto não apenas contribuiu para a eficácia das apresentações, mas também catalisou o crescimento pessoal e profissional dos participantes, conferindo-lhes confiança para desempenhar papéis de liderança no futuro.

Durante as atividades, o extensionista teve a oportunidade de conhecer as principais queixas ortopédicas do pronto socorro e vivenciar na prática como abordá-las. Por serem patologias muito frequentes epidemiologicamente, torna-se imprescindível para o médico generalista saber como diagnosticá-las e conduzi-las. Os alunos adquiriram um vasto entendimento das patologias, abrangendo desde a

abordagem inicial até a conduta terapêutica, elaborando um guia abrangente para orientar consultas específicas e revisão de temas prevalentes.

Além disso, no decorrer do processo de elaboração dos roteiros destinados às videoaulas, os acadêmicos foram imersos em um contexto rico de aprendizado ao terem contato direto com exames de imagem, destacando-se radiografias e ressonâncias magnéticas. Esses exames, amplamente utilizados na prática médica, frequentemente apresentam desafios significativos em termos de interpretação. A complexidade inerente à leitura desses recursos diagnósticos exigiu dos participantes uma abordagem minuciosa e aprofundada, também com a responsabilidade de compreender e interpretar os sinais específicos associados a cada patologia ortopédica, o que revelou-se como uma oportunidade única para aprimorar as habilidades interpretativas dos alunos, capacitando-os a identificar nuances sutis e características distintivas que são cruciais para o diagnóstico preciso de lesões no sistema músculo-esquelético.

Sob essa ótica, o projeto não só ampliou o repertório técnico dos participantes, mas também enfatizou a necessidade contínua de aprimoramento das competências trabalhadas para uma atuação clínica eficaz, bem como os dotou de uma visão abrangente sobre a variedade de apresentações radiológicas associadas a diferentes condições ortopédicas, o que enriqueceu o conteúdo das videoaulas e contribuiu para a formação sólida e abrangente dos alunos.

Além disso, a confecção de vídeos para o YouTube permitiu que o conhecimento advindo do projeto fosse compartilhado não só entre os extensionistas, mas também com toda comunidade médica e acadêmica. Os vídeos postados no canal do projeto, chamado “Orto P. S.” (Figura 1), são divididos em playlists para cada patologia. Dentro de cada playlist, existem três vídeos curtos referentes à mesma patologia, que versam sobre: “Caso Clínico, Anamnese e Exame Físico”, “Fisiopatologia e Exames Complementares” e “Tratamento”. Desse modo, o médico ou acadêmico pode facilmente acessar a parte que lhe interessa, o que se torna útil caso haja necessidade de sanar alguma dúvida ou confirmar alguma informação pontualmente.

**Figura 1** - Página inicial do canal Orto P.S. no YouTube



Fonte: equipe do projeto

As primeiras playlists do projeto são referentes às seguintes patologias: lesões ligamentares do joelho, entorse de tornozelo, tendinopatias do manguito rotador e síndrome do túnel do carpo. A seleção dos acometimentos abordados foi baseada na relevância clínica e epidemiológica das patologias. Uma vez que a abordagem das patologias é direcionada para o médico no cenário de pronto atendimento, é importante evidenciar primeiramente as queixas mais frequentes e, posteriormente, iniciar a abordagem de queixas e patologias menos frequentes, mas que também podem ser manejadas pelo médico generalista. Dessa forma, com a continuidade do projeto, será alcançado o enfoque em variadas patologias, fazendo com que os espectadores dos vídeos e os extensionistas participantes em sua confecção estejam aptos a diagnosticar e conduzir adequadamente as principais patologias ortopédicas no cenário de pronto atendimento.

Nos vídeos também são ilustradas manobras utilizadas para diagnóstico e, por vezes, tratamento das patologias (Figura 2). A execução correta das técnicas é, ocasionalmente, um grande desafio para os profissionais da área da saúde que não tiveram contato tão íntimo com a ortopedia durante sua formação, pois envolvem eixos de movimento pouco usuais e podem gerar falsos positivos ou negativos caso executadas de forma errônea. Ademais, sua interpretação também depende de conhecimento técnico específico e pode gerar confusão ao médico generalista devido à variabilidade dos achados, sendo que algumas manobras apresentam positividade declarada pela presença de dor, enquanto outras por parestesias ou incapacidade na realização do movimento completo, seja por paresia ou bloqueio por outra estrutura anatômica. Desse modo, durante a produção dos vídeos das manobras, o extensionista teve a oportunidade de aprender a técnica correta para realizá-las e aperfeiçoar sua desenvoltura para a aplicação das mesmas. A demonstração em vídeo de como são realizadas as manobras também é útil para o espectador, uma vez que o entendimento do passo a passo para realização de determinada manobra pode ser difícil ao se basear apenas em textos ou imagens fixas.

**Figura 2** - Vídeo sobre tratamento das lesões ligamentares do joelho



**MANEJO DAS LESÕES**  
Avaliar condição clínica

O tratamento inicial costuma ser feito pelo protocolo resumido na palavra PRICE “proteção, repouso, ice (gelo), compressão e exercícios” por 16 a 21 dias

A carga é evitada apenas nos períodos iniciais, momentos em que a dor está presente e impede uma deambulação com conforto e sem compensações significantes.

A analgesia deverá ser fornecida conforme necessidade e progressão da queixa algica.

- Os pacientes devem ser acompanhados, pois cerca de metade das lesões agudas do LCA produz hemartrose.

Orto P.S.  
19 inscritos

Inscriver-se

3

Compartilhar

Fonte: equipe do projeto

Além disso, a análise meticulosa do engajamento do público, evidenciado pelo número de visualizações de cada vídeo, serve como um termômetro valioso para identificar temas e etapas específicas do processo investigativo que geram mais dúvidas. Essa abordagem orientada por dados permite uma adaptação contínua do conteúdo, garantindo que futuros vídeos atinjam de maneira abrangente as afecções que mais demandam esclarecimentos. A popularidade significativa da síndrome do túnel do carpo, com quase 300 visualizações, destaca a relevância e o interesse substantivo nessa condição específica na prática clínica, auxiliando em uma seleção assertiva do conteúdo a ser abordado em vídeos posteriores, sendo possível tanto a adequação de acordo com os interesses do público, quanto a realização de uma nova abordagem dos conteúdos já postados, que foram identificados como de maior relevância a partir do engajamento dos espectadores.

Dessa forma, o projeto não apenas cumpre sua missão de capacitar extensionistas e profissionais de saúde, mas também se consolida como um valioso recurso educacional, promovendo a excelência na prática clínica e contribuindo para a formação continuada da comunidade médica e acadêmica.

### 3 CONCLUSÕES

Ao final do projeto, os alunos envolvidos não apenas adquiriram conhecimentos práticos sobre patologias ortopédicas, mas também se tornaram agentes capacitados a produzir conteúdo educativo mais completo e atualizado. O estímulo à busca contínua de conhecimento sobre os temas apresentados não apenas ampliou a esfera de competência dos participantes, mas também os posicionou como profissionais capazes de prestar atendimentos na área de ortopedia e traumatologia com uma *expertise* que ultrapassa a média de seus colegas.

Contudo, é válido ressaltar que o alcance desses objetivos não ocorreu sem desafios. Restrições temporais, bem como a necessidade de lidar com fontes de informação diversas e, por vezes, conflitantes, exigiram uma abordagem meticulosa e adaptativa. Apesar das dificuldades encontradas, o desenvolvimento das habilidades de realizar exames físicos, de identificar as patologias mais predominantes com base na história clínica, de interpretar exames de imagem, foi evidente em todos os participantes do projeto. A superação dessas dificuldades junto ao professor ortopedista orientador do projeto destaca ainda mais a dedicação e a resiliência dos envolvidos no projeto "Educação Médica Continuada em Ortopedia".

### REFERÊNCIAS

ATLS - Advanced Trauma Life Support for Doctors. *American College of Surgeons*, 10 ed, 2018.

BITENCOURT, Danielly *et al.* Perfil epidemiológico dos atendimentos de emergências: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 59068-59078, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/31389>. Acesso em: 18 mai. 2022.

CAMARGO, Olavo. O ensino da ortopedia nas escolas médicas do Brasil. *Rev. bras. Ortop.*, São Paulo, v. 45, n. 2, 2010. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-36162010000200001&lng=en&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-36162010000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 mai. 2022.

CONNELLY, Luke B. *et al.* Cost-effectiveness of interventions for musculoskeletal conditions. In: JAMINSON, D.T. *et al.* *Disease Control Priorities in Developing Countries*, 2 ed., 2006.

KFURI, Mauricio Junior. O trauma ortopédico no Brasil. *Rev. bras. ortop.*, São Paulo, v. 46, Supl. 1, 2011. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-36162011000700003&lng=en&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-36162011000700003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 mai. 2022.

MUBARAK, Scott J. *et al.* Volkmann contracture and compartment syndromes after femur fractures in children treated with 90/90 spica casts. *Journal Of Pediatric Orthopaedics*, [s.l.], v. 26, n. 5, p. 567-572, set. 2006. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1097/01.bpo.0000230329.06460.f7>. Acesso em: 18 mai. 2022.

NEWTON, Peter O.; MUBARAK, Scott J. Financial aspects of femoral shaft fracture treatment in children and adolescents. *Journal Of Pediatric Orthopaedics*, [s.l.], v. 14, n. 4, p. 508- 512, jul. 1994. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1097/01241398-199407000-00017>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SANTOS, Lúcia de Fátima da Silva *et al.* Estudo epidemiológico do trauma ortopédico em um serviço público de emergência. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 24, n. 4, dez. 2016, p. 397–403. DOI.org (Crossref). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462x201600040128>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SAWYER, Jeffrey R. *et al.* Emergency room visits by pediatric fracture patients treated with cast immobilization. *Journal Of Pediatric Orthopaedics*, [s.l.], v. 30, n. 3, p. 248-252, abr. 2010. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1097/bpo.0b013e3181d213bc>. Acesso em: 18 mai. 2022.

## Cidadania, Ação e Educação

Renan Cesar Gomes de Aguiar<sup>1</sup>

Ana Júlia Fernandes Torres<sup>2</sup>

Otávio Matheus de Andrade<sup>3</sup>

Alexandre Altamir Moreira<sup>4</sup>

Raysa Rodrigues Ferreira<sup>5</sup>

Ramon Marciano de Moraes<sup>6</sup>

Lucy Tiemi Takahashi<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Graduado em ciências exatas pela UFJF. Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo IFSP. Aluno do MBA em Gestão Estratégica de vendas e bolsista do projeto Tutoria Enem. E-mail: renan.aguiar@engenharia.ufjf.br.

<sup>2</sup>Graduanda em fisioterapia pela UFJF. Participou como voluntária e bolsista no projeto. E-mail: anajuliafernandest@gmail.com.

<sup>3</sup>Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-graduando em terapia cognitivo-comportamental e em avaliação psicológica pela Uniminas. Membro da equipe. E-mail: psi.otavioandrade@gmail.com.

<sup>4</sup>Técnico em hospedagem pelo IFSEMG e graduando em engenharia mecânica pela UFJF. Membro da equipe. E-mail: alexandre.moreira@engenharia.ufjf.br.

<sup>5</sup>Graduanda em História pela UFJF, no projeto Tutoria Enem, participa ativamente e lidera a comissão de Marketing, elaborando e divulgando as atividades do projeto nas mídias sociais. E-mail: raysarferreira13@gmail.com.

<sup>6</sup>Licenciado em História pela UFJF. Atualmente mestrando do PPCIR – UFJF. Professor de ensino básico e cursinhos preparatórios. E-mail: rmmoraes06@gmail.com.

<sup>7</sup>Doutora em Matemática Aplicada, com Estágio Pós-doutoral pela Unicamp. Professora do Departamento de Matemática do ICE/UFJF. Coordenadora do projeto. E-mail: lucy.takahashi@ufjf.br.

# Cidadania, Ação e Educação

## 1 INTRODUÇÃO

Em abril de 2020 constatamos que as escolas públicas tiveram dificuldades de se adaptarem às exigências que a pandemia de COVID-19, causada pelo vírus SARS-Cov-2, impôs; sem a infraestrutura ideal, e sem o devido apoio, tiveram que atender às condições de isolamento social aderindo ao Ensino Remoto Emergencial (ERE). E no ERE os estudantes das escolas públicas foram e são os mais vulneráveis pela dificuldade de receber acompanhamento de suas atividades escolares tanto da escola quanto de seus familiares. O que é também constatado por Barbosa, Anjos e Azoni (2020) após uma análise de trabalhos sobre os efeitos desse isolamento na aprendizagem, destacam que em grupos de estudantes em vulnerabilidade social esses impactos foram negativos e ampliados ao longo da pandemia de COVID-19 e, conseqüentemente, aumentou ainda mais a disparidade entre os grupos sociais. Tal cenário produziu entre estes estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e grandes incertezas sobre a participação deles no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é a maior oportunidade de ingresso ao ensino superior no Brasil.

Devido a essa vulnerabilidade educacional por parte dos estudantes de escolas públicas durante a pandemia, sentimos necessidade em fazer algo que pudesse auxiliá-los para as provas de seleção que aconteceriam ainda que a pandemia de COVID-19 não acabasse. Desta forma, em 2020 o Curso Tutoria ENEM (CTEM) teve início como uma ação isolada com o trabalho de 55 voluntários (estudantes de graduação, a partir daqui denominados de tutores) e selecionamos e atendemos a 40 estudantes do Ensino Médio oriundos de escolas públicas de Juiz de Fora-MG e região. O CTEM oferece de forma remota aulas síncronas e tutorias (sessões de apoio didático online aos pequenos grupos para sanar dúvidas dos conteúdos já apresentados nas aulas síncronas).

Em 2021, o CTEM foi registrado como um curso de extensão pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROEX/UFJF). Nesse ano no CTEM selecionamos 60 estudantes e atuamos com uma equipe de 72 tutores. E, passou a ser caracterizado como uma ação em resposta ao cenário de crise do ensino público, que decorre das dificuldades de adaptação ao ensino “home office” no contexto imposto pela pandemia de COVID-19. Colocando-se novamente como um facilitador para que os estudantes de escolas públicas, com vulnerabilidade socioeconômica, tivessem acompanhamento dos estudos, o que pôde favorecer a diminuição da evasão escolar e a participação no ENEM.

Em 2022 o Projeto de Extensão Tutoria ENEM (PET) foi aprovado pela PROEX/UFJF e, assim, o CTEM passou a ser uma de suas atividades. Nesses quatro anos o CTEM contou com uma equipe de voluntários formada por estudantes de graduação e pós-graduação de diversos cursos das Universidades Federais de Juiz de Fora (UFJF) e, em seu primeiro ano, de São João Del-Rei (UFSJ) e por colaboradores que são egressos da UFJF, que ofereceram aulas síncronas, tutorias, materiais didáticos e acompanhamento estudantil online gratuitamente em 13 disciplinas do Ensino Médio, a saber: Biologia, Espanhol, Filosofia, Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português, Química, Redação, Filosofia e Sociologia, com os conteúdos e atividades respeitando a Base Nacional Comum Curricular [1], mas direcionados aos exames de



seleção. Em 2023, dentro do Programa de Educação Tutorial – PET, iniciamos o Curso Tutoria Encceja (CTJA) também direcionado às pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que o Encceja é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. Suas atividades e estrutura são análogas às do CTEM, que a partir desse ano devido o seu caráter online, não fizemos mais a seleção dos estudantes atendidos, deixamos as atividades livres para quem quisesse participar. Buscamos nas atividades do PET atuar segundo Vygotsky (1977), em que a intermediação de um “professor” é fundamental para que o estudante atinja suas potencialidades e, também, segundo Csikszentmihalyi (2014), que argumenta que ao rever conteúdos de uma forma diferente, ocorre uma intensificação do interesse nos conteúdos favorecendo a sua escolha da área a ser seguida no ensino superior.

Além desse foco de oportunizar o acesso ao conhecimento aos atendidos, temos também por objetivo desenvolver nos tutores do PET a compreensão que o processo de ensino e aprendizagem não pode ser realizado de uma forma mecânica, buscando somente números. O PET também é uma oportunidade para que eles desenvolvam suas habilidades didáticas, que é uma ferramenta importante em qualquer ambiente de trabalho, o que pode ser desenvolvido por meio de um ensino fundamentado numa aprendizagem significativa. A partir do supracitado, torna-se possível promover a compreensão da cidadania como um bem precioso ao qual vale a pena dedicar.

[...] Se um professor não acredita em seu trabalho, se não gosta de aprender o que ele está tentando transmitir, o aluno perceberá isso e concluirá que esse assunto específico não vale a pena ser aprendido, pelo seu próprio bem (Csikszentmihalyi, 2014, p. 177).

## **2 DESENVOLVIMENTO**

As atividades do PET consistem em elaborar e revisar materiais a serem utilizados nas aulas síncronas e tutorias versando sobre os conteúdos das 12 disciplinas: Biologia, Espanhol, Filosofia, Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português, Química, Redação e Sociologia, nas quais se baseiam o ENEM e o Encceja, além de outros processos seletivos. Oferecemos aos participantes rodas de conversa para orientá-los sobre o Encceja, ENEM, SISU e outros sistemas de seleção. Além disso, buscamos por meio do Instagram (@tutoenem) e do WhatsApp divulgar aos participantes informações sobre os cursos de graduação e assistência estudantil oferecidos pela UFJF, assim lembrá-los das datas e prazos de cada exame.

As aulas síncronas, devido ao perfil do público alvo, na maior parte do tempo ultrapassam o caráter de revisão e passam ao de ensino, sempre visando a aprendizagem significativa, e com incentivos e auxílios aos atendidos ocorre o desenvolvimento de métodos próprios de estudo, buscando assim a autonomia nos estudos. Essas aulas ocorrem durante a semana no período noturno para os participantes do CTEM e aos sábados à tarde para os participantes do CTJA, totalizando 12h e 3h semanais, respectivamente, em atividades síncronas. Esses horários foram escolhidos para atender da melhor forma o perfil de cada público alvo de cada exame, pois alguns frequentam as aulas regulares no período diurno e outros trabalham durante a semana. E as tutorias são em horários dependendo da

disponibilidade dos participantes e dos voluntários do projeto. Este formato possui um custo baixo direcionado a manutenção das plataformas digitais.

As aulas, tutorias e dúvidas ocorrem virtualmente por meio de 4 principais plataformas: Streamyard/YouTube, Google Meet, WhatsApp e Google Classroom. O contato com os beneficiários é feito via WhatsApp e e-mail, onde são agendadas os horários de tutoria e acompanhamento. Pelo WhatsApp também ocorre a comunicação interna entre os tutores e a coordenadora do projeto. Já o Google Meet é onde ocorrem as reuniões, aulas e tutorias. Por fim, o Google Classroom e o seu Drive são utilizados para armazenar e disponibilizar aos atendidos, de forma organizada, todo o material do projeto como, por exemplo, aulas, resumos, exercícios resolvidos, entre outros. E todas as aulas síncronas são gravadas e estão disponíveis no YouTube (@TutoriaENEM) já os lembretes, calendário, horários das aulas, curiosidades, vídeos sobre as atividades etc. estão disponíveis no Instagram (@tutoenem).

O PET conta hoje com 26 tutores: Alexandre Altamir Moreira (Eng. Mecânica), Ana Júlia Fernandes Torres (Fisioterapia), Anne Caroline de Paula Fernandes (Doutoranda em Física), Beatriz do Carmo Souza (Ciências Sociais), Camilly Vitória de Assis Baptista (Fisioterapia), Eduarda Moura Moreira Pena (Enfermagem), Fernanda Byatris G. do Nascimento (Ciências Exatas), Geice Valeriana Felício (Eng. Mecânica), Isabela Gomes Nascimento (Eng. Mecânica), Isabella Correa de Paula (Odonto), Jackeline dos Santos Ferreira (História), Jhuan Lucas de Castro Olimpico (Eng. Civil), Joao Batista Milani Wertz (Ciências Sociais), Laíza Presto Marques (Nutrição), Leticia Castelli Costa Leonel (Ciências Sociais), Maria Alipio Costa (Ciências Humanas), Maria do Carmo Souza de Abreu Lima (Geografia), Mariah de Loreto Cury Ferreira (Eng. Elétrica), Paula Ap. Campos da Silva (Eng. Sanitária e Ambiental), Pedro Henrique Oliveira Carvalho (Eng. Civil), Otávio Matheus de Andrade (Psicólogo pela UFJF), Raquel Vaz Condé (Eng. Civil), Raysa Rodrigues Ferreira (História), Ramon Marciano de Moraes (Mestrando em Ciência da Religião), Renan César Gomes de Aguiar (Eng. Ambiental) e Thays da Silva Nogueira (Eng. Sanitária e Ambiental), orientados pela professora Lucy Tiemi Takahashi do Departamento de Matemática da UFJF.

A equipe é, portanto, formada por graduandos, pós-graduandos e profissionais, que se reúnem periodicamente para: socialização verbal e individual das ações desenvolvidas pelos colaboradores; discussão dessas ações; troca de experiências; avaliações e tomadas de decisões e orientações para balizar as ações futuras, a fim de corrigir as falhas, prever novas demandas e aperfeiçoar as atividades realizadas, no intuito de se alcançar os objetivos propostos; e, outros assuntos.

Todos os tutores, além das aulas e tutorias, acumulam, ainda, atividades de gestão do PET. Os tutores são distribuídos entre cinco comissões por meio das quais as atividades de cada ação, tanto do CTEM quanto do CTJA, são organizadas e implementadas. As comissões são responsáveis por: Alunos – acompanhar o desempenho dos estudantes e, ainda, os auxiliar em suas questões e dúvidas; Secretaria – recolher, organizar e arquivar todos os materiais didáticos desenvolvidos no Projeto, zelar pelo cumprimento do calendário e divulgação das atividades, editar vídeos extraídos das aulas síncronas para serem postados nas mídias e elaborar avaliações dos cursos; Diversidade – prestar apoio aos estudantes que precisam de acompanhamento especializado e orientar os tutores sobre essas necessidades, fazer legenda alternativa dos vídeos divulgados, zelar pela acessibilidade dos materiais do

Projeto e verificar a necessidade de cada disciplina ministrada, seja por parte dos tutores quanto dos estudantes; Divulgação – elaborar, organizar e divulgar o PET e suas atividades pelas redes sociais e nas mídias tradicionais; Tutores – elaborar materiais didáticos, posts e simulados, além de ser responsável pelo cumprimento dos horários das aulas.

### 3 RESULTADOS

No primeiro ano do CTEM, aprovamos, pelo menos, 7 estudantes em universidades como IFMG, UNIFAL, UNICAMP, UFSCar e UFJF, mas ainda nos restringimos nesse primeiro momento a atender alunos apenas de Juiz de Fora e região.

No segundo ano, visto os resultados e a proporção regional que o projeto tomou, decidimos ampliar o projeto de modo que estudantes de todo o país pudessem ser atendidos. Tivemos mais de 150 inscrições, vindas de todos os cantos, Teresina - PI, Guaçu - ES, Vitória - ES, Castanheira - MT, Juína - MT, Guaratinguetá - SP, Ananindeua - PA, Itaibana - SE, fora todas as cidades em torno de Juiz de fora (Matias Barbosa, Santos Dummont, Mar de Espanha, São João Del-Rei etc.), foram necessários 3 dias inteiros de análise de formulários por parte da gestão para traçarmos as prioridades dentre os inscritos.

A partir disso o curso fluiu, e mais aprovações vieram, incluindo na UFJF e UniRio. O reconhecimento PET pela PROEX/UFJF, a partir de 2022, como um projeto de extensão nos deu a confiança para estendermos as atividades visando também atender jovens e adultos em vulnerabilidade socioeconômica que por estarem em idade fora do regular para cursar o Ensino Médio, buscam no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) a oportunidade de o concluir. E, assim, em 2023 para a primeira turma do CTJA e para a quarta turma do CTEM, tivemos, respectivamente, 660 e 962 inscrições, vindas de 21 estados brasileiros e do Distrito Federal.

O alcance do PET está sendo um meio de divulgar a UFJF e seus cursos tanto de graduação quanto de pós-graduação e também dá visibilidade aos egressos uma vez que os nossos colaboradores externos são egressos da UFJF.

Tivemos muitos depoimentos sobre o aproveitamento dos cursos. No vídeo apresentado na Mostra de extensão de 2023 da Universidade Federal de Juiz de Fora é possível assistir a três estudantes que enfatizaram como o projeto foi importante para a aprendizagem delas. Dentre os vários aspectos levantados por elas destaca-se a questão do tempo que ficaram sem concluir o Ensino Médio, por exemplo, foram ditos períodos de 13 e 20 anos de afastamento do ensino regular. Ressaltamos que vale a pena assistir o vídeo na íntegra, pois nele é perceptível como o PET cumpriu um de seus objetivos: democratizar o ensino. Esse vídeo está disponível nos canais, Youtube e Instagram, do PET, com o título “UFJF/MOSTRA 2023 – TUTORIA ENEM”.

Além dessas falas presentes no vídeo, também tivemos comentários escritos de alguns participantes enviados no grupo de Whatsapp do projeto como, por exemplo, de uma estudante do CTJA, que segue abaixo:

“Olá Julia. Boa noite. Como o grupo do tutoria encceja está desabilitado para mandarmos mensagens, não podia deixar de passar aqui para agradecer a todos os professores da Tutoria Encceja, pela paciência em nos ensinar. Quero dizer que estou

muito feliz pois passei de primeira na prova do Encceja em todas as matérias. Obrigada pelo suporte! Muito me ajudou. Aprendi bastante coisa com vocês depois de 15 anos sem estudo.”

## 4 CONCLUSÕES

O PET vem atendendo a jovens e adultos, oriundos de todo o país, que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, que ainda não concluíram o Ensino Médio, ou já o concluíram, e que almejam um futuro melhor por meio da educação seja concluindo o Ensino Médio e, ou, sendo aprovado no Ensino Superior. A conclusão do Ensino Médio pode ter um impacto significativo na vida de cada indivíduo, abrindo portas para diversas oportunidades como, por exemplo, o acesso a processos seletivos para ingresso no ensino superior.

Nesse sentido, o PET desempenha um papel essencial ao proporcionar apoio aos estudos para pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, o que contribui para o aprimoramento do desempenho tanto no Encceja quanto no ENEM. E a chancela da Pró-reitora de Extensão da UFJF oficializando o PET como um projeto de extensão vinculado à UFJF nos dá maior confiabilidade junto aos estudantes e familiares, o que pode ser constatado nos números de inscritos em cada curso, assim como também sinaliza à equipe até aqui envolvida que estamos no rumo certo, mas conscientes de que correções e melhorias são e serão sempre necessários.

Além disso, o PET é claramente uma oportunidade para os membros de sua equipe desenvolverem suas habilidades de organização, elaboração, conhecimento específico e cidadania sem fins lucrativos, apenas visando o seu crescimento profissional e pessoal. Por fim, salientamos que o projeto vem se aprimorando conforme o tempo passa, e dessa maneira, mudanças técnicas, de organização e de planejamento sempre são desenvolvidas. A educação é um processo que envolve estudantes e tutores, o que transforma e alcança um grupo heterogêneo, diversificado e amplo. Iniciativas como essa geram um impacto importante, e promovem a educação e o ensino, e contribui para diminuir as desigualdades.

## 5 AGRADECIMENTOS

AJFT e RCGA agradecem à PROEX/UFJF pela bolsa de extensão e LTT agradece pelos apoios parciais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da FAPEMIG RED-00133-21.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre Lucas de Araujo; ANJOS, Ana Beatriz Leite dos; AZONI, Cíntia Alves Salgado. Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19. *CoDAS*, v. 34, p. e20200373, jun. 2022.

BRASIL. *ENEM*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 Linha de base*. Brasília, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 29 dez. 2023.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. *Applications of flow in human development and education: The Collected works of Mihaly Csikszentmihalyi*. 1 ed., Springer Dordrecht, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. S. The development of higher psychological functions. *Soviet Psychology*. Taylor & Francis, v. 15, n. 3, p. 60–73, 1977.

## Educação em saúde e formação docente: uma interface necessária

Sandrelena da Silva Monteiro<sup>1</sup>

Milena Medeiros de Resende<sup>2</sup>

Kássia Becker de Oliveira<sup>3</sup>

Leandro Damasceno Kreutzfeld<sup>4</sup>

Lúcia Miranda Gouvêa<sup>5</sup>

Ruthmary Fernanda de Souza Fernandes<sup>6</sup>

Raquel Rinco Dutra Pereira<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED/PPGE/UFJF). Professora Adjunta na Faculdade de Educação da UFJF. Coordenadora da ação. E-mail: sandrelena.monteiro@ufjf.br.

<sup>2</sup>Graduanda em Artes Visuais pela UFJF. Bolsista de Extensão. E-mail: milenaresendeart@gmail.com.

<sup>3</sup>Mestranda em Educação pelo PPGE/FACED/UFJF. Membro da equipe. E-mail: kassiabecker@hotmail.com.

<sup>4</sup>Mestre em Educação pelo PPGE/FACED/UFJF. Membro da equipe. E-mail: leandrodk@yahoo.com.br.

<sup>5</sup>Graduada em Pedagogia e em Língua Inglesa e respectivas literaturas pela UFJF, com especialização em Educação e Diversidade pela UFJF. Professora da rede Municipal de Juiz de Fora. Voluntária da ação. E-mail: luciagouve@hotmail.com.

<sup>6</sup>Mestranda em Educação pelo PPGE/FACED/UFJF. Membro da equipe. E-mail: ruthmaryjf@gmail.com.

<sup>7</sup>Doutoranda em Educação pelo PPGE/FACED/UFJF. Membro da equipe. E-mail: raquelrincodutra@gmail.com.

# Educação em saúde e formação docente: uma interface necessária

## 1 INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui um relato de experiência de ações extensionistas desenvolvidas no âmbito do Projeto “ACOLHE: construção de valores inclusivos e promoção de educação em saúde” (Ano IV) em sua quarta edição, realizadas no período de setembro de 2022 a agosto de 2023. Para essa VII Mostra de Ações de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), escolhemos contar um pouco sobre as ações desenvolvidas junto a profissionais de Escolas de Educação Básica, no município de Juiz de Fora (MG). Para o desenvolvimento da ação há um planejamento inicial, no entanto, em cada escola a ação se dá de forma um pouco diferenciada, isso porque as escolas têm especificidades próprias, demandas particulares e grupos de profissionais diversos.

O exercício de pensar o futuro da formação docente no Brasil nos obriga a olhar o momento presente. Se já podemos assinalar conquistas e avanços na educação, infelizmente, ainda há, em nossa listagem, desafios antigos não superados. Dentre esses desafios destacamos, para esse diálogo, as condições de vida dos profissionais nas escolas. Condições de vida afetadas não apenas pelo cotidiano pedagógico, mas por todas as demandas internas e externas à escola que acabam acarretando uma sobrecarga à prática docente. Essa sobrecarga tem se manifestado na forma de adoecimento de diversas ordens. Situação agravada de forma significativa devido às adversidades do contexto pandêmico vivido recentemente (Martins, 2019; Berwaldt e Severo, 2019; Martins *et al.*, 2023).

Não bastassem as demandas já inseridas dentro das escolas, nos últimos meses ganhou destaque nas mídias os ataques violentos contra as mesmas, em que profissionais e estudantes foram feridos, mortos, deixando um rastro de dor e sofrimento psíquico. Tal situação ganhou tamanha proporção que mobilizou as três esferas do Poder Público Brasileiro: federal, estadual e municipal. Mobilização que resultou na promulgação de documentos como a Portaria nº 351/2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que prevê medidas administrativas a serem adotadas para prevenção à disseminação de conteúdo flagrantemente ilícitos, prejudiciais e danosos por plataformas de redes sociais. Isto se deu após a constatação de que grande parte dos crimes contra as escolas foram influenciados e/ou planejados com a ajuda de plataformas de redes sociais. (Brasil, 2023).

Nos âmbitos estadual, em Minas Gerais e municipal, em Juiz de Fora, as ações ficaram mais no âmbito da ação da polícia militar e/ou guarda municipal no entorno das escolas.

Violências dentro da escola, violências contra as escolas, desvalorização financeira e social da educação, sobrecarga de trabalho, cobranças por produtividade de resultados, relações interpessoais desgastadas, condições materiais de trabalho precárias e uma série de outros fatores têm tido como resultados imediatos quadros de adoecimento afetando tanto a profissionais quanto a estudantes. Conforme



demonstrado por diversas pesquisas, os quadros de adoecimento, especialmente o adoecimento psíquico não se consolida de um momento para o outro, mas, se constitui no bojo das condições de vida nas quais se dão as relações humanas (Martins, 2019; Berwaldt e Severo, 2019; Beserra *et al.*, 2020; Santos e Silva, 2022; Martins *et al.*, 2023).

É nesse contexto desafiador e sensível que se insere as ações de educação em saúde promovidas pelo Grupo Acolhe: Estudos e Pesquisa em Educação, Desenvolvimento e Integralidade Humana da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, no âmbito de seus projetos de extensão. A narrativa aqui apresentada traz um relato sobre uma dessas ações.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O trabalho aqui apresentado configura um relato de experiência a partir de ações realizadas no âmbito de um projeto de extensão desenvolvido pelo Grupo Acolhe que tem dentre seus objetivos o de propor ações de educação em saúde que visem a tomada de consciência de estudantes e profissionais da educação em relação ao seu bem estar físico, emocional, social, espiritual e relacional e os impactos disso em sua vida acadêmica e profissional. Apresenta aqui um relato a partir de ações desenvolvidas no final do ano de 2022 e início de 2023, em escolas de Educação Básica.

As ações foram desenvolvidas a convite dos profissionais, uma assistente social e um psicólogo, que compunham o Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE) responsável pelas escolas nas quais estivemos. O NAE foi instituído a partir da Resolução SEE nº 4.701, de 14 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a atuação destes profissionais na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

O Grupo Acolhe foi convidado a realizar, em parceria com os profissionais do NAE, ações de educação em saúde tendo como foco uma formação voltada para o cuidado e autocuidado entre os profissionais docentes e não docentes das escolas. De forma que todos os profissionais da escola pudessem participar as ações aconteceram presencialmente em horários extra aulas, ao final do dia ou nos sábados pela manhã. Participaram três escolas públicas estaduais, localizadas em bairros periféricos da cidade, envolvendo aproximadamente 120 profissionais.

Tendo como principais aportes teóricos-metodológicos a teoria de Paulo Freire (1997, 2018) e de Viktor Frankl (2018, 2019) o planejamento e desenvolvimento das ações envolviam a discussão de conceitos teóricos como: saúde mental, educação em saúde, resiliência, pertencimento, autocuidado, vazio existencial e sentido de vida; a prática de exercícios de autoacolhimento e autocuidado inspirados na prática do Yoga, dando ênfase à respiração consciente e no autotoque; e, ainda, o diálogo colocando em pauta situações cotidianas que potencializam os fatores estressores e adoecedores no contexto escolar, bem como aqueles que constituem acolhimento e cuidado. Monteiro, Fernandes e Hamblin (2023) afirmam que é possível incentivar profissionais da educação a se abrirem a exercícios de autoacolhimento e autocuidado fazendo com que tais práticas passem a fazer parte de sua vida cotidiana e profissional.

Em cada uma das escolas o diálogo se iniciava com a apresentação de alguns conceitos teóricos, dentre eles, saúde mental, ações de educação em saúde, resiliência, pertencimento, autocuidado, autoconhecimento, vazio existencial e sentido

de vida buscando contextualizar a proposta apresentada. A partir destes há o desenrolar da dinâmica que era perpassada pela reflexão dos mesmos e de narrativas de experiências pessoais na escola.

Foi interessante notar o quanto aquelas ações e discussões eram fundamentais no dia a dia dos profissionais, mas, ao mesmo tempo, tão raras. Muitos relataram sobre seus adoecimentos, tanto físico quanto psíquico e como não eram compreendidos quando, por exemplo, “entravam com atestado médico”. Ou, ainda, a impossibilidade de parar alguns poucos minutos para “retirar a bota” (equipamento de segurança da pessoa que cuida da higienização da escola), como ali foi possível fazer. Ou, ainda, até mesmo tempo para respirar conscientemente, como o exercício ali oportunizou.

Foram registradas algumas falas que corroboram o que aqui expressamos:

É tão bom tirar essa bota apertada e senti o meu pé livre, mas isso é só agora, depois... (Funcionária dos serviços gerais)

Eu nunca havia feito carinho nas minhas pernas. (Professora)

É estranho ouvir a própria respiração, né? (Professor)

Meu corpo está todo duro. (Professora)

Eu nunca havia me abraçado... estou emocionada aqui. (Professora)

Vou fazer esse exercício em casa, é muito bom! (Professora)

Por fim, ficou evidente para a equipe que estava propondo aquele momento o quanto os corpos daqueles profissionais estavam anestesiados, tão poucas vezes cuidados com uma automassagem, uma respiração consciente, um olhar atento de contemplação de um cenário natural, ou sentir o aroma da manhã ou da noite que se aproximava. Corpos silenciados e impedidos de se expressarem, de serem sentidos e cuidados.

Ao avaliar o trabalho realizado, podemos afirmar que as ações desenvolvidas se inscrevem em uma perspectiva de educação em saúde, tal qual proposto por Candeias (1997) incentivando que cada escola, após essa primeira iniciativa, desenvolvesse outras ações que atendessem às suas especificidades. Aponta-se que essas ações são capazes de construir dentro da escola espaços-tempos de cuidado e autocuidado na relação entre os profissionais e desses com os estudantes, fazendo da escola um lugar melhor para se (com)viver. No entanto, para que tal se dê há que pensar na formação docente não apenas com foco em metodologias e conteúdos a serem ensinados em sala de aula, mas também em uma formação humana e humanizada potencializando a busca pelo sentido que há em estar sendo profissional da educação (Santos e Silva, 2022).

### **3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Ao propor ações de educação em saúde no contexto da Educação Básica faz-se fundamental que não sejam pacotes prontos a serem encaminhados para toda e qualquer escola, mas sim que cada escola, a partir de uma experiência inicial, possa, conhecendo e considerando suas especificidades, desenvolver as ações que melhor atendam a suas necessidades. Sem desconsiderar essas especificidades, é possível apontar que as ações de educação em saúde que visam o bem estar e qualidade de

vida no cotidiano escolar precisam contemplar que há tensões que fazem parte da rotina diária e da própria organização escolar.

Como ressalta Frankl (2018), o que o ser humano busca não é uma vida livre de tensões, mas a luta por um objetivo pelo qual valha a pena lutar. Em outras palavras, não é a ausência de desafios, mas desafios cheios de sentidos a serem descobertos e realizados. Nessa realização, há que se apostar na possibilidade do trabalho em equipe, das parcerias, das redes de colaboração, pois nenhuma pessoa será capaz de fazer educação sozinha.

E, aqui, uma discussão muito presente nos encontros, a relação de pertencimento ou não à escola na qual se encontra. Quem nos ajudou a entender essa relação foi Clarice Lispector (1999, n.p.), ao escrever que a necessidade do pertencimento não é manifestação de fraqueza, e então é preciso se unir a um outro mais forte. Mas, pertencer tem a ver com o fazer parte, integrar, viver com: “a vontade intensa de pertencer vem em mim de minha própria força - eu quero pertencer para que minha força não seja inútil e fortifique uma pessoa ou uma coisa. Então eu soube, pertencer é viver”. E, nesse pertencer, em grupo e com o grupo, a construção de estratégias de resiliência que então darão condições de enfrentamento e superação dos desafios e adversidades cotidianos, com menor impacto na saúde individual e do grupo.

É com essa compreensão que as ações de educação em saúde buscam ajudar a desenvolver estratégias de resiliência, as quais devem acontecer em um “processo interativo entre o sujeito e o meio, sobretudo ao ser vista como uma alteração individual em respostas aos mecanismos mediadores de risco” (Francisco e Coimbra, 2015, p. 68). Resiliência entendida aqui como sendo um processo dinâmico e flexível, que se modifica de acordo com as circunstâncias, uma construção que se dá nas relações interpessoais e que “transita do plano intersíquico para o intrapsíquico, ou seja, ao se dirigir para o interior. Potencializa tanto os recursos próprios do indivíduo, já consolidados, quanto sua atitude para recorrer àqueles de sua comunidade, os quais podem não estar sob seu alcance” (Francisco e Coimbra, 2015, p. 65).

Durante os encontros foi possível registrar, narrativas dos e das participantes que apontam para a necessidade urgente de que ações como essas se tornem uma constante, o que pode ser potencializado com os profissionais da equipe do NAE, no entanto, não pode e não deve ficar restrito às responsabilidades e ações por ela desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

BERWALDT, Myrna Gowert Madia, SEVERO, Ricardo. Mal-estar docente: o adoecimento e as condições de trabalho no exercício da docência. *Anais do Encontro Textos e Contextos da docência*. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 117-131, 2019. Disponível em: [https://textosecontextosdadocencia.furg.br/images/doc/ANAIS\\_TEXTOS\\_E\\_CONTEXTOS\\_2019.pdf#page=117](https://textosecontextosdadocencia.furg.br/images/doc/ANAIS_TEXTOS_E_CONTEXTOS_2019.pdf#page=117). Acesso em: 07 mai. 2023.

BESERRA, Maria Aparecida *et al.* Violência no contexto escolar e ideação suicida na adolescência. *Revista de Enfermagem da UFSM – REUFMSM*. Santa Maria, v. 10, e71, p.

1-18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/38005>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. *Portaria nº 351/2023*. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/portarias/portaria-do-ministro\\_plataformas.pdf/view](https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/portarias/portaria-do-ministro_plataformas.pdf/view) Acesso em: 19 jun. 2023.

CANDEIAS, Neli Martins Ferreira. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. *Revista Saúde Pública*, v. 31, n. 2, p. 209-213, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/P9zNFfcwyJM3rzs5DFcQwqv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2019.

COIMBRA, Renata Maria; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). *A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

FRANKL, Viktor. *Psicoterapia e sentido da vida: fundamentos da logoterapia e análise existencial*. São Paulo: Quadrante, 2019.

FRANKL, Viktor. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. 44 ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 20 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LISPECTOR, CLarice. Pertencer. In: *A descoberta do mundo*. Editora Rocco, 1999. Disponível em: <http://passoapensar.com.br/2020/06/27/o-sentimento-de-pertencia/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MARTINS, Ralf Felipe. *Análise das licenças médicas por motivo de saúde dos professores de educação básica de Minas Gerais com vínculo de designados e efetivos no triênio de 2016 a 2018*. Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2019.

MARTINS, Elita Betânea de Andrade *et al.* (Orgs.). *O exercício da docência no contexto de pandemia COVID-19: as vozes dos professores*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 4.701, de 14 de Janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4-701-de-14-de-janeiro-de-2022/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MONTEIRO, Sandrelena da Silva; FERNANDES, Ruthmary Fernanda de Souza; HAMBLIN, Patrícia Paula de Oliveira. Formação-acolhimento docente em tempos de pandemia. *Educação, [S. l.]*, v. 48, n. 1, p. e45/1–19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/68157>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SANTOS, Karine David Andrade; SILVA, Joilson Pereira da. Sentido de vida e saúde mental em professores: uma revisão integrativa. *Revista SPAGESP*, v. 23, n. 1, jan-jun, 2022. p. 131-145. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v23n1/v23n1a11.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

## Encontros de estudo sobre BNCC e Novo Ensino Médio no ofício docente

Cláudia Avellar Freitas<sup>1</sup>

Clarice Parreira Senra<sup>2</sup>

Lethycia Lopes<sup>3</sup>

Aguinaldo de Moura Vieira<sup>4</sup>

Wallace Victor Sales Tolentino<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Doutora em Educação e Inclusão Social pelo PPGE-UFMG. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: claudia.avellar@ufjf.br.

<sup>2</sup>Doutora em Ciência, Tecnologia e Educação pelo CEFET-RJ. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: clarice.senra@ufjf.br

<sup>3</sup>Doutoranda em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professora de Química da Rede Estadual de Minas Gerais. E-mail: lethycia.loopes@gmail.com.

<sup>4</sup>Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor da educação básica no estado de MG. E-mail: aguinaldo.vieira@educacao.mg.gov.br.

<sup>5</sup>Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: wallace.v.s.tolentino@gmail.com.

# Encontros de estudo sobre BNCC e Novo Ensino Médio no ofício docente

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão, “Encontros de estudo sobre BNCC e Novo Ensino Médio no ofício docente”, buscou compreender as mudanças que ocorreram na educação básica do Brasil e os impactos do Novo Ensino Médio (NEM), a partir de encontros com professores e licenciandos de Biologia, Física e Química.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) instituída para todas as etapas da educação básica é um documento normativo que estabelece um conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas com base em conhecimentos, competências e habilidades (Brasil, 2018). Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito.

O NEM foi implementado por meio de medida provisória em 2017. A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional (MEC, 2023).

Ficou definido que a oferta dos itinerários formativos deve seguir uma organização de acordo com as orientações das redes de ensino, conforme o Projeto Político e Pedagógico das escolas e os seus recursos disponíveis. Os alunos poderiam escolher entre os itinerários disponíveis no Município onde residem, podendo ainda percorrer mais de um. A Lei nº 13.415/2017 e a BNCC do Ensino Médio determinam cinco possibilidades de itinerários formativos: Linguagem e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias, sendo esses quatro relacionados às áreas do conhecimento; e um quinto itinerário atribuído pela Formação Técnica e Profissional.

Quanto a esses itinerários formativos determinados para o novo ensino médio, consideramos de extrema importância analisar como será sua constituição na prática, a partir de sua história de implementação. Além disso, temos que lembrar que com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, os investimentos das políticas públicas estão impedidos por um prazo de vinte anos. O que nos leva a refletir sobre como esse modelo de ensino será assegurado pelos Estados? A partir de quais condições materiais?

Segundo a Carta Aberta da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), a nova reestruturação curricular “\*...+ afronta o curso democrático das decisões educacionais, haja vista que expressa autoritarismo e desrespeito à população brasileira, silenciando a voz de toda a comunidade educacional deste país.” Além disso, os autores citados consideram que ela deixa de lado toda a luta pela profissionalização do professor, quando dá abertura para os profissionais que não cursaram licenciatura atuarem como docentes (ABRAPEC, 2016).



O objetivo principal do projeto é propor aos/às docentes de Biologia, Física e Química do Ensino Médio de Juiz de Fora e licenciandos de seus respectivos cursos, encontros formativos (EFor) nos quais sejam estabelecidos debates a respeito das políticas curriculares vigentes e acerca de sua implementação nos sistemas de ensino, entre licenciandos/as, pesquisadores/as e docentes.

Nos Encontros Formativos do projeto discutimos o processo de implementação do NEM, que tem acontecido nas escolas e valorizamos os relatos dos professores e professoras da educação básica que desempenham um papel ativo nas disciplinas oferecidas pelo NEM, enriquecendo nossa compreensão sobre a oferta dos itinerários formativos e suas implicações na educação.

Ao longo do projeto realizamos 8 encontros, entre os meses de novembro de 2022 e julho de 2023. Durante essas reuniões, entre os participantes da equipe do projeto de extensão e os professores da educação básica, debatemos vários temas sobre o NEM como: ampliação da carga horária, redução de aulas das disciplinas (Biologia, Física e Química), oferta de itinerários, materiais didáticos para o NEM, além de debates sobre a Portaria nº 399, de 08 de março de 2023 sobre a consulta pública (Brasil, 2023).

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O projeto de extensão foi divulgado nas redes sociais e foi pedido para alguns diretores de escolas compartilharem com seus professores. O objetivo era atrair professores da educação básica para a participação. Após essa divulgação, foram iniciados os encontros com os professores de forma remota por meio da plataforma Google Meet, que permite a realização de reuniões.

Para organização dos EFor, que ocorreram uma vez por mês, a equipe do projeto de extensão reunia, semanalmente, para discutir alguns artigos e elencar conceitos e questões para debater nos EFor .

O projeto foi divulgado pelas redes sociais e o formulário de inscrição foi enviado via whatsapp aos interessados em participar. Dezenove pessoas se inscreveram, entre professores já diplomados e licenciandos. O primeiro EFor ocorreu no mês de novembro de 2022, de modo virtual, quando o projeto e seus objetivos foram inicialmente apresentados aos professores. Docentes de diversas áreas do conhecimento se dispuseram a participar dos encontros formativos, o que se mostrou crucial para o projeto, uma vez que cada um dos participantes tinha opiniões divergentes sobre o NEM. Alguns eram favoráveis ao programa, outros eram contrários, e alguns estavam um pouco perdidos, sem entender completamente como ele funcionava.

No primeiro encontro todos tiveram um tempo para se apresentar falando nome, formação e o local onde trabalham. Após as apresentações foi realizada uma apresentação de slides com pontos sobre a BNCC e o NEM. Os professores participaram e deram suas opiniões, a partir de questões disparadoras de debates que nós apresentamos ao grupo, tais como: as mudanças dos livros didáticos, que passam a ser organizados pelas áreas do conhecimento, como ciências da natureza, linguagens e ciências humanas. Foi dito por uma professora participante que essa organização dificulta o planejamento das aulas e gera dificuldades em localizar o conteúdo em que se deseja trabalhar na disciplina.

A organização dos itinerários formativos se mostrou uma grande dificuldade para os professores, visto que as disciplinas foram distribuídas para eles, sem uma preparação inicial. Em uma narrativa muito interessante e detalhada, uma docente disse que o itinerário Tecnologia e Inovação ficou com ela por ela ser professora de física e ela teve que aprender o conteúdo durante o ano para poder ensinar para os alunos. Outro exemplo que nos interessou foi o de uma professora de artes que ficou designada para ensinar Práticas comunicativas e criativas, que é uma disciplina que se torna obrigatória com o NEM. Após essas discussões de distribuição das disciplinas entre os professores das escolas de ensino médio e os professores expressarem suas opiniões sobre o NEM e a primeira reunião da extensão foi encerrada com duração de aproximadamente uma hora e quarenta minutos.

O segundo EFor ocorreu em dezembro de 2022, foi híbrido (alguns participaram presencialmente e outros virtualmente) e contou com a participação de um professor convidado, formado em sociologia e letras, que atualmente leciona no Instituto de Educação e em cursinhos preparatórios em Juiz de Fora. Durante esse encontro, foram abordados alguns problemas relacionados ao NEM, incluindo a questão do número de diários eletrônicos. Isso se tornou um desafio, uma vez que disciplinas como sociologia e física passaram a ter apenas uma aula por semana nas turmas. Em Minas Gerais, um cargo completo de professor compreende 16 aulas, o que significa que um professor precisaria lidar com 16 diários eletrônicos. Além disso, como já mencionado no primeiro encontro, a distribuição de disciplinas para os professores continua a ser algo confuso, temos como exemplo o caso do professor de sociologia que leciona a disciplina "Mercado de trabalho".

Com o NEM, algumas disciplinas são escolhidas pelas escolas, enquanto outras são obrigatórias para todos, como a disciplina de "Projeto de Vida." As disciplinas escolhidas são determinadas com base na formação do corpo docente da escola, de modo que os professores tenham proximidade com seus temas e as lecionem. No entanto, muitas vezes, quando não há professores efetivos disponíveis na escola e essas disciplinas acabam sendo atribuídas aos professores em regime de designação. Porém, esses professores acabam, algumas vezes, ficando sem saber exatamente o que deve ser ensinado devido a falta de orientações e de ementas das disciplinas do NEM.

Um novo desafio enfrentado por esses docentes é a forma de avaliação dos alunos para estas disciplinas do NEM. A ideia original ao criá-las era proporcionar disciplinas mais leves para os alunos, nas quais não fosse necessária a realização de provas. No entanto, os professores relataram que, ao eliminar as avaliações por meio de provas, essas disciplinas têm enfrentado uma alta taxa de evasão escolar, com alunos abandonando-as, seja por falta de interesse, ou pela necessidade de trabalhar e não poderem passar a maior parte do dia na escola.

Algo que foi notado tanto no primeiro quanto no segundo encontro formativo foi a evidente falta de tempo e espaço para reuniões de trabalho nas escolas entre os professores. O ideal seria aproveitar as reuniões dos módulos para discutir questões pedagógicas, porém três professores que participaram afirmaram que o tempo para que os professores pudessem debater os projetos interdisciplinares é escasso ou inexistente. Como resultado, algumas disciplinas acabam sendo ministradas por um único professor, como é o caso do itinerário de Ciências da Natureza, onde por

exemplo um professor de Biologia assume a responsabilidade, sem manter um diálogo com os docentes de Física e Química.

Outro problema percebido nas disciplinas dos itinerários formativos foi a falta de recursos para deixar a aula mais interativa, recursos físicos e visuais para aumentar o engajamento dos alunos, um exemplo é o itinerário de robótica, onde poucas escolas chegaram a receber o material e muita das escolas que receberam os professores não estavam preparados para usá-los.

O terceiro encontro formativo realizado com os professores foi em fevereiro de 2023, sendo esse o segundo ano desde que o NEM foi implementado. Nesse encontro, que foi virtual, tivemos a participação de novos professores e também a participação de alguns licenciandos. Mesmo estando no começo do ano já percebemos algumas escolas com dificuldades em encontrar professores para os itinerários, os professores mencionaram que algumas disciplinas ainda estavam sem professores na escola em que eles trabalham.

Com este encontro, torna-se ainda mais evidente que a escassez de materiais é o fator que mais tem dificultado os itinerários formativos. Professores de diversas áreas do conhecimento expressam a mesma preocupação, relatando que, frequentemente, se sentem perdidos nas disciplinas, sem saber exatamente o que deve ser abordado e o que fazer para garantir o interesse dos alunos no conteúdo.

Ao realizar o quarto EFor, em abril de 2023, observamos que os professores persistiram em suas dúvidas acerca de dois temas centrais: as avaliações e os projetos interdisciplinares. Avaliar os alunos nos itinerários formativos tem se mostrado um desafio significativo, uma vez que a informação de que os itinerários não resultarão em reprovação já chegou aos alunos, levando a uma diminuição em seus esforços. Apesar das disciplinas dos itinerários não aplicarem provas e exames avaliativos diretamente, é necessário atribuir uma nota aos estudantes. Segundo os professores, isso requer uma consideração cuidadosa, uma vez que, por exemplo, se os alunos conseguirem notas muito altas nos dois primeiros bimestres, poderão diminuir seus esforços nos subsequentes, presumindo já terem sido aprovados.

Os projetos interdisciplinares são atividades colaborativas envolvendo professores de diversas áreas, e espera-se que resultem em algum produto, que pode ser físico ou eletrônico, como podcasts, vídeos e ebooks. O grande desafio é que os professores não estão mantendo diálogos sobre esses projetos, e frequentemente a escola não reserva tempo para que esses profissionais possam discutir e planejar essas atividades conjuntas. Essa falta de orientações faz com que muitas vezes os professores desistam de tentar realizar os projetos.

Durante os encontros foi percebido que muitos alunos do ensino médio são jovens aprendizes ou trabalham meio período, o que dificulta a participação nas aulas alocadas no sexto horário e, ainda mais, na escola integral. Essa situação tem representado um desafio significativo, já que alguns alunos são liberados e, quando a escola não permite, eles podem se sentir indignados, muitas vezes, entendendo que a instituição está impedindo-os de obter uma fonte importante de renda para contribuir com o sustento de suas famílias, especialmente em escolas públicas.

Nos encontros de maio e junho, discutimos a possibilidade de revogação do NEM, considerando a consulta pública aberta pelo MEC e as implicações que tal revogação poderia acarretar. Em meio a esse debate, surgiram inquietações sobre o

impacto potencial nas práticas pedagógicas, na estrutura curricular e no engajamento dos alunos, que ficariam ainda mais confusos.

Com a realização da consulta pública, disparada pelo governo do estado de Minas Gerais, via *Whatsapp*, ficou evidente que uma revogação total no NEM não vai acontecer, porém devem ocorrer mudanças a partir de 2025, como nos itinerários que antes eram quatro passarão a ser dois e vão ser chamados de aprofundamentos. Além disso, nos EFor discutimos que era necessária a ampliação da carga horária da formação geral básica, o que parece que será feito em 2024, de 18h para 00h, buscando assim garantir que as disciplinas básicas tenham pelo menos dois tempos de aulas semanais.

Durante os encontros do projeto de extensão, pudemos perceber mudanças nos pensamentos dos professores. No EFor de julho, quando do encerramento do projeto, os participantes manifestaram compreender melhor o funcionamento do NEM e expressaram críticas mais aprofundadas. Uma delas foi sobre o tempo limitado para as disciplinas de formação básica, para eles as disciplinas básicas da educação foram significativamente prejudicadas, com apenas um tempo de aula de 50 minutos, enquanto a BNCC continua a demandar a mesma quantidade de conteúdos.

### 3 CONCLUSÕES

Diante das informações apresentadas, torna-se claro que o NEM provocou uma série de desafios e reflexões entre os professores participantes dos EFor do projeto de extensão. Inicialmente, observamos um processo de adaptação, onde os educadores se esforçaram para compreender as mudanças propostas, participando ativamente dos encontros formativos. Ao longo do tempo, entretanto, essa compreensão evoluiu, dando lugar a críticas fundamentadas, especialmente em relação ao impacto nas disciplinas básicas da educação.

Outro fato que se alterou ao longo dos oito encontros foi a participação dos docentes. No início tínhamos 19 inscritos, mas ao final do projeto, apenas três professores eram assíduos, além de nós que somos professores proponentes do projeto e os bolsistas e voluntários.

A consulta pública conduzida pelo MEC evidenciou que uma revogação total do NEM não está nos planos, mas sim mudanças significativas a partir de 2025. A redução dos itinerários para dois, agora denominados aprofundamentos, é uma dessas mudanças, e é esperado que as disciplinas chamadas de básicas, como por exemplo, Biologia, Geografia e Química, se mantenham com, pelo menos, dois tempos de aula

À medida que o projeto de extensão se aproxima do seu encerramento, é perceptível o amadurecimento do diálogo entre os educadores, que passaram de uma fase inicial de adaptação para uma análise mais crítica e informada do NEM. A partir dos debates os participantes foram conhecendo mais sobre o NEM, refletindo sobre essas mudanças e realizando uma análise crítica do processo de implementação.

### REFERÊNCIAS

ABRAPEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS. *Carta aberta da ABRAPEC sobre a Medida Provisória nº 746/2016 que reforma o Ensino Médio no Brasil*. ABRAPEC, 29 set. 2016. Disponível em:

<http://abrapecnet.org.br/wordpress/pt/2016/09/29/carta-aberta-da-abrapecsobre-a-medida-provisoria-7462016-que-reforma-o-ensino-medio-no-brasil/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

BRASIL. *Portaria nº 399, de 8 de março de 2023*. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Novo Ensino Médio. [S. l.], 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. *BNCC*, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Reforma do Ensino Médio. Brasília. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 02 jul. 2023.

# Espanhol para todos: língua e cultura(s) em diálogo na escola pública

Lucila Carneiro Guadalupe<sup>1</sup>  
Clarisse de Paiva Garcia<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora de Língua Espanhola no Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF. Coordenadora do Projeto. E-mail: luguadalupe@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Graduada em Letras/Português/Espanhol pela UFJF. Bolsista do Projeto. E-mail: garciaclari92@gmail.com.

# **Espanhol para todos: língua e cultura(s) em diálogo na escola pública**

## **1 INTRODUÇÃO**

O ensino do espanhol é de grande importância em nosso país, considerando vários aspectos, tanto sociais e econômicos, quanto culturais e geográficos. No entanto, infelizmente são poucas as escolas que oferecem as oportunidades para o ensino e a aprendizagem da língua espanhola e, principalmente, quando pensamos nos alunos das comunidades mais carentes, estes não encontram muitas opções para aprender um outro idioma além de sua língua materna. Nesse sentido, este projeto buscou preencher essa lacuna, uma vez que consideramos o estudo de Língua Espanhola enriquecedor e de extrema relevância para estes estudantes, especialmente, por muitos destes pertencerem a famílias de baixa-renda e que, em sua grande maioria, não teriam condições de investir financeiramente em cursos particulares.

Por isso, o Projeto de Extensão “ESPANHOL PARA TODOS: Língua e Cultura(s) em diálogo na escola pública” teve como principal objetivo possibilitar aos alunos o estudo do espanhol e de toda a riqueza cultural que abarca o universo hispano-americano buscando possibilidades de enriquecimento sociocultural e visando o desenvolvimento de competências na língua estrangeira, e ainda, possibilitar ao aluno da graduação a experiência da construção do trabalho pedagógico e da prática em sala de aula.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O processo de ensino-aprendizagem das línguas estrangeiras, e neste momento tratamos mais especificamente do ensino da língua espanhola, apresenta uma grande importância na formação do aluno, sendo responsável por levá-lo a refletir e a compreender o seu lugar como cidadão, dessa forma, é necessário “entender-se a comunicação como ferramenta imprescindível, no mundo moderno, com vistas à formação pessoal, acadêmica e profissional” (Brasil, 1999, p. 11).

Partimos do princípio de que se ensina e aprende-se a língua como cultura e no diálogo com outras culturas, assumindo-se que língua e cultura estão intrinsecamente interligadas. Aprender um novo idioma possibilita ao aluno interagir com o outro na contemporaneidade, marcada por diversidades e infinitos diálogos com pessoas que falam outra(s) língua(s) e vivem em sociedades com comportamentos e particularidades diferentes da nossa. É fundamental destacar que “ensinar e aprender uma língua são processos muito mais amplos e complexos do que a simples transmissão e apreensão de estruturas formais e de regras de utilização dessas estruturas” (Mendes, 2012, p. 357).

Bakhtin (1979/2010), em seus estudos, evidencia a relação existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas. E, nessa perspectiva, os enunciados apresentam sua função dentro do processo de interação. Segundo o filósofo: “Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas de uso sejam tão



multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua” (Bakhtin, 1979/2010, p. 261). Assim, ao adotarmos uma concepção dialógica da linguagem, e considerando que a enunciação diz respeito à apropriação da língua pelo falante, dentro de um determinado contexto sócio-histórico, interessa-nos, particularmente, o “Bakhtin interacionista”.

Nos apoiamos em Lessa (2013), ao afirmar que as identidades culturais se constroem nas interações discursivas entre os atores sociais. Esse pensamento nos remete, novamente, ao alicerce de nosso projeto, os estudos bakhtinianos – a linguagem apresenta um caráter eminentemente interativo, e essa interação diz respeito a relações entre sujeitos histórica, social e ideologicamente constituídos. Portanto, “a língua é um lugar de experiências e práticas sociais que envolvem sujeitos atravessados por suas identidades sociais e relações de poder [...] suas identidades incidem na interação, em tensão com outras identidades” (Lessa, 2013, p. 18).

Prioriza-se, desse modo, a compreensão da(s) cultura(s) como prática social, tendo por eixo condutor uma perspectiva intercultural de ensino, que sob diferentes recortes temáticos, adota uma abordagem marcada pela valorização das múltiplas identidades, da aceitação do outro e do respeito às diferenças, e como afirma Lessa (2013), a língua é um lugar de exercício do poder, marcado por ideologias que se constitui no discurso assim como as práticas sociais.

Quando pensamos na questão que envolve a aprendizagem do espanhol no contexto brasileiro, concordamos com Lessa (2013) que “cabe ao professor problematizar questões sociais, históricas e políticas que envolvem a formação dos povos latino-americanos.” (Lessa, 2013, p. 25). Entendemos que o ensino de língua espanhola pode contribuir para a efetivação dessas trocas culturais: o nosso aluno, ao estudar as culturas hispânicas, poderá refletir sobre sua própria e, assim, seguindo a concepção de Paraquett (2007), irá “conhecer o *outro* para, a partir dele, conhecer-se melhor” (Paraquett, 2007, p. 55). No caso do espanhol, falado por milhões de pessoas, é fundamental destacar sua heterogeneidade linguística e cultural.

Por fim, concordamos com Paraquett (2007) no sentido de que é preciso “transformar o espaço da sala de aula em experiências reais que propiciem a comunicação não só entre aluno/professor e aluno/aluno, mas, principalmente, entre escola e sociedade ou entre território nacional e estrangeiro” (Paraquett, 2007, p. 55). Dessa forma, entendemos que, cabe a nós, professores, aproveitarmos essa variedade e explorarmos o conteúdo histórico-cultural que envolve a riqueza dessa língua e levá-la ao conhecimento de todos.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste projeto teve como base a importância do ensino de espanhol nas escolas públicas. Foram necessárias reuniões entre a coordenadora e a bolsista (aluna do Curso de Letras/Espanhol) para uma explanação e estruturação do que seria proposto no projeto. Buscou-se ensinar a língua espanhola e a sua diversidade cultural através de diferentes gêneros textuais, utilizando como metodologia e estratégias de ensino-aprendizagem oficinas criativas e dinâmicas, com brincadeiras, jogos, músicas, filmes, tendo como público-alvo os alunos do Ensino Fundamental II de uma escola municipal, bem como os adolescentes da comunidade do entorno escolar.

Os gêneros textuais utilizados nas atividades de leitura e interpretação propostas durante as aulas apresentaram conteúdos relacionados aos países hispano-americanos, considerando Latinoamérica e também Espanha, tanto nos seus aspectos culturais quanto sociais, e abarcando os acontecimentos mais marcantes e, também mais atuais, com vistas a proporcionar uma discussão sobre a imagem destes países sob um viés intercultural. Ainda dentro de uma perspectiva dialógica, foram trabalhados temas relativos à interculturalidade, importantes para atividades de reflexão e (re)conhecimento de si e do outro dentro de um contexto sociocultural.

#### **4 NOVOS SABERES COMPARTILHADOS: EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS**

Nosso projeto iniciou-se através de uma proposta de trabalho com viés intercultural. O processo de ensino-aprendizagem, dentro de uma perspectiva embasada na interculturalidade e nos processos interativos, pretendeu incentivar os alunos a conhecer os conceitos de identidade e pertença, cultura(s), pluralismo e diversidade cultural. Com as aulas de espanhol foi possível abordar a cultura de países que têm como língua materna o espanhol e as semelhanças/diferenças em seus hábitos e costumes.

É de grande importância o aprendizado da língua espanhola, principalmente porque os países vizinhos têm como língua materna o espanhol. Devemos salientar também que nos últimos anos temos recebido cada vez mais imigrantes e refugiados que têm como língua materna o espanhol, e buscam o Brasil como um lugar para novas oportunidades, melhores condições de vida e refúgio. Dessa forma, a presença dos filhos destes imigrantes nas escolas públicas tem aumentado frequentemente.

Infelizmente, o espanhol vem perdendo espaço nos últimos anos, visto que poucas escolas oferecem o ensino da língua como disciplina. Com o surgimento da proposta de lecionar aulas de língua espanhola, através deste projeto, foi possível oferecer aos alunos, inclusive os mais carentes, estudantes da rede pública de ensino, a oportunidade de conhecer a língua e a cultura hispano-americana. Apesar de desafiador, acreditávamos que seria uma fase de formação primordial para o futuro destes alunos.

Durante a realização desse projeto a bolsista de Letras/Espanhol teve a oportunidade de ministrar aulas de língua espanhola, sob orientação da coordenadora, que a auxilia na montagem das atividades a serem desenvolvidas durante as aulas. No entanto, vale destacar, que a orientanda teve muita liberdade para montar e elaborar as aulas com temas de interesse dos alunos. A orientação, por sua vez, sempre contribuiu com ideias e materiais para que as aulas fossem mais eficientes e produtivas.

Ensinar o espanhol em uma escola de comunidade carente se tornou uma oportunidade de levar um idioma em que a maioria ainda não havia tido a chance de estudar. Os alunos demonstraram interesse, e alguns relataram ter o sonho profissional de serem jogadores de futebol, como o Messi, e pretendiam, com as aulas, aumentar as oportunidades no mercado de trabalho.

As aulas foram abordadas de maneira lúdica, utilizando os diversos recursos oferecidos pela escola, como: televisão, acesso à internet, Youtube, TNT e impressão de materiais coloridos. Quando a aula trazia uma abordagem lúdica, a participação dos alunos era ainda mais eficaz e eles demonstravam maior interesse. Os estudantes se

interessavam por músicas e atividades de encenação, como o teatro. Foi uma excelente oportunidade para trabalhar diálogos, leitura, interpretação, utilizando a encenação em sala de aula. Os alunos apresentavam os diálogos para a turma, o que propiciou desenvolver a criatividade e as múltiplas habilidades na língua estrangeira.

Os alunos também se mostravam bem participativos com atividades que desafiassem a memória, o que possibilitou ampliar o vocabulário estudado. Nas aulas em que o tema trabalhado foi vocabulário, como: roupas, animais, alimentos, partes do corpo humano, características físicas, a proposta da aula contou com brincadeiras e músicas. Para trabalhar o vocabulário do corpo humano, por exemplo, cantamos a música *“Cabeza, hombros, rodillas y pies”*. Para o aprendizado do vocabulário, utilizamos recursos como jogos da memória. Também fizemos atividades como *“Forca”* e *“Cara a cara”*, entre outras, e os alunos sempre se divertiam aprendendo, demonstravam interesse em acertar a palavra e em ir ao quadro-negro apresentar uma nova palavra para desafiar os colegas da turma.

A gramática foi a parte mais desafiadora deste projeto. Dessa forma, em determinados momentos, o conteúdo foi dado através de jogos educativos e atividades que propiciassem um melhor aproveitamento no processo de ensino/aprendizagem. Como por exemplo, o uso de recursos de montagens com diversas fichas para elaboração de frases, o que permitia a aquisição de conhecimento sem perder o foco na interação e na participação de todos.

Em uma de nossas aulas apresentamos para os alunos o Guacamole, um prato típico do México. Compartilhamos a história do prato, os ingredientes utilizados, e juntos, preparamos e saboreamos a receita. Os alunos não conheciam esse prato, foi um momento de muita interação e aprendizado, sendo um incentivo também para estimular uma alimentação mais saudável e equilibrada. Nessa aula tivemos a participação da coordenadora do projeto, preparando a receita com os alunos, e do professor de História, com ricas contribuições sobre os povos mexicanos, suas origens, seus costumes. Foi uma grande troca de saberes proporcionada pelo trabalho interdisciplinar, culminando com a elaboração da receita de Guacamole com a participação ativa dos alunos, que também preparam o prato e levaram a receita para casa, com a intenção de ensiná-la aos pais.

**Figura 1** - compilado de fotos de momentos interdisciplinares Espanhol/História – Guacamole/México





Fonte: equipe do projeto

Reafirmamos, portanto, a relevância de um trabalho com aulas mais atrativas para os alunos, utilizando, em variados contextos, as aulas lúdicas e com viés interativo, sempre com foco na interculturalidade. O lúdico compreendeu os jogos, as brincadeiras e os próprios brinquedos, tanto as brincadeiras de antigamente, bem como as atuais, por serem de cunho educativo, nos auxiliaram na aprendizagem dos estudantes, assim como no convívio social. É com a interação que a criança/adolescente desenvolve sua criatividade, identidade e sua liberdade de expressão.

Seguimos acreditando que estamos proporcionando melhores oportunidades para estes alunos e que, através do aprendizado de uma Língua Estrangeira, eles podem alcançar os seus sonhos e buscar novos caminhos em sua jornada.

Este projeto de extensão se apresentou como uma ótima oportunidade para que o espaço de formação dos adolescentes envolvidos se tornasse mais efetivo, atrativo e dinâmico, dando a estes, de fato, condições de ensino/aprendizagem de um novo idioma, uma vez que não há ofertas de cursos de espanhol gratuitos para estas famílias com baixo poder aquisitivo em nossa cidade.

Considerando ainda a formação de professores, o projeto possibilitou que o discente (bolsista) pudesse ministrar essas aulas e interagir de forma mais próxima com as experiências e vivências em sala de aula, contribuindo sobremaneira para sua formação profissional, além de estreitar o vínculo com a escola pública da rede municipal de ensino, oportunizando uma maior abertura e integração entre universidade e sociedade.

O trabalho desenvolvido propiciou aos alunos o seu reconhecimento como cidadão



latino-americano, gerando uma (re)significação e visão integradora da organização do mundo e da própria identidade como pertencentes ao espaço que tem em suas cercanias nossos vizinhos hispano-americanos, e, ainda, através deste projeto, foi possível proporcionar um impacto relevante na formação profissional do graduando envolvido no ensino da língua espanhola.

## 5 CONCLUSÃO

A proposta aqui apresentada centrou-se na oportunidade de oferecer aos alunos da rede pública municipal, e da comunidade mais carente, o estudo da língua espanhola, visando a obtenção das mais variadas informações e o acesso ao conhecimento através do contato com este novo idioma, capaz de proporcionar-lhes um leque de saberes e competências enriquecedoras e transformadoras, cumprindo seu papel social numa perspectiva de inclusão participativa e capaz de promover o desenvolvimento social e cultural do público-alvo. Reafirmamos que, para além de propiciar aos estudantes o aprendizado de uma LE, este projeto permitiu ações que possibilitassem um efetivo intercâmbio de saberes entre a instituição e a comunidade, contribuindo sobremaneira para o aprimoramento na formação profissional do graduando em Letras/Espanhol.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: uma experiência de análise filosófica. *In: Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979/2010. p. 307-357.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In: Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979/2010. p. 261 – 306.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

LESSA, Giane da Silva Mariano. Memórias e identidades latino-americanas invisíveis e silenciadas no ensino-aprendizagem de espanhol e o papel do professor. *In: ZOLIN-VESZ, Fernando. (Org.). A (In)Visibilidade da América Latina no Ensino de Espanhol*. Campinas: Pontes Editores, 2013, p. 17 - 28.

MENDES, Edleise. Aprender a ser e a viver com o outro: materiais didáticos interculturais para o ensino de português LE/L2. *In: SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Savio. Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: Contestações e Proposições.* Salvador: EDUFBA, 2012, p. 355 – 378.

PARAQUETT, Marcia. A América Latina e materiais didáticos de espanhol como LE. *In: SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Savio. Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: Contestações e Proposições.* Salvador: EDUFBA, 2012, p. 379-304.

PARAQUETT, Marcia. El abordaje multicultural y la formación de lectores en el aprendizaje de español lengua extranjera. *In: ZIMMERMMAN, Rosane Innig; KELLER, Tania Mara Goellner. Cuestiones de literatura, cultura y lingüística aplicada: prácticas en lengua española.* Passo Fundo/RS, EDUPF, 2007, p.52-70.

SERRANI, Silvana. O professor de língua como mediador cultural. *In: SERRANI, S. Discurso e cultura na aula de língua: currículo - leitura - escrita.* Campinas: Pontes, 2005, p. 15 -27.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.* Petrópolis: Vozes, [2000] 2006, p. 73-102.

## Filmes de animação como instrumento para a compreensão de bioquímica e imunologia em escola pública de Governador Valadares – MG

Bárbara Pereira Fernandes de Oliveira<sup>1</sup>

Matheus Soprani Silva<sup>2</sup>

Juliana Marino Maia<sup>3</sup>

Miguel Elias Cobalchini Saliba<sup>4</sup>

Keila Gomes Maciel Lara<sup>5</sup>

Fernanda Souza de Oliveira Assis<sup>6</sup>

Maísa Silva<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares (UFJF-GV). Bolsista de extensão do projeto. E-mail: barbara.oliveira@estudante.ufjf.br.

<sup>2</sup>Discente do curso de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares (UFJF-GV). Bolsista de extensão do projeto. E-mail: matheus.soprani@medicina.ufjf.br.

<sup>3</sup>Discente do curso de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares (UFJF-GV). Bolsista de extensão do projeto. E-mail: julianamarino13@gmail.com.

<sup>4</sup>Discente do curso de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares (UFJF-GV). Bolsista de extensão do projeto. E-mail: miguelosaliba2409@gmail.com.

<sup>5</sup>Discente do Mestrado Profissional em Ensino de Biologia (ProfBio) da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares (UFJF-GV). Professora do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Governador Valadares. Bolsista de pós-graduação do projeto. E-mail: keila.lara@estudante.ufjf.br.

<sup>6</sup>Professora Associada I de Bioquímica da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares (UFJF-GV). Coordenadora do projeto. E-mail: fernanda.oliveira@ufjf.br.

<sup>7</sup>Professora Adjunta de Bioquímica na Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares (UFJF-GV). Coordenadora do projeto. E-mail: maisa.silva@ufjf.br.



# Filmes de animação como instrumento para a compreensão de bioquímica e imunologia em escola pública de Governador Valadares – MG

## 1 INTRODUÇÃO

De modo geral, o ensino de biologia tem se baseado na apresentação de definições científicas, leis e princípios vistos como verdades, sem que haja uma problematização que estimule o pensamento crítico e reflexivo sobre a ciência, o que não é diferente no conteúdo de bioquímica e imunologia. Nessa concepção, o aluno é um receptor passivo de informações e o professor, transmissor (Sá, 2007). Nesse sentido, um dos desafios do ensino da Biologia é fazer com que o aluno entenda aquilo que não se consegue ver, como o interior do corpo humano, a biologia celular, os processos bioquímicos e os mecanismos de defesa do organismo. Além disso, estes conteúdos, muitas vezes, são apresentados de forma fragmentada, o que desmotiva muitos alunos (APEC, 2004).

As propostas de ensino atuais envolvem estratégias de ensino que auxiliam e incentivam a construção do conhecimento, fazendo com que o aluno seja um participante ativo do processo de aprendizagem (Munford e Lima, 2007). Nessa perspectiva, o estudante é sujeito ativo na construção do seu conhecimento e isso torna a aprendizagem mais efetiva, significativa e duradoura contemplando diversos cenários de ensino-aprendizagem com avanços e retornos necessários para a compreensão e fixação dos conceitos. O uso de recursos multimídias, como texto, gráfico, imagem, áudio, animação e vídeo, no âmbito educacional vêm aumentando nos últimos anos e, com o avanço da informática, tem se mostrado um aliado no preparo de conteúdos para o ensino de Ciências e Biologia (Klein *et al.*, 2013). Estes recursos, no meio educacional, têm sido usados, como forma complementar ao ensino de conteúdos abstratos que precisam ser mais bem explorados, além da forma expositiva de ensino.

A apresentação de filmes foi um dos primeiros recursos multimídias a entrar no âmbito educacional (King, 1999). Os filmes são muito importantes para o processo de aprendizagem de conteúdos de Ciências e Biologia, visto que podem ilustrar realidades distantes, como épocas passadas ou lugares longínquos, e adaptar ou simular experiências que precisariam ser desenvolvidas em locais apropriados, como laboratórios de pesquisa, facilitando sua visualização (Morán, 1995). Entretanto, estudos mostram que os docentes ainda têm dificuldades para inseri-la como recurso pedagógico devido a falta de tempo para selecionar vídeos ou pela falta de infraestrutura da escola que permita uma utilização abrangente do recurso audiovisual (Machado e Meirelles, 2018).

Filmes podem ser recursos riquíssimos para desenvolver o conhecimento e habilidades (Grübel e Bez, 2006) e, normalmente, são utilizados com o intuito de tornar a aprendizagem mais fascinante. Porém, a apropriação dos conceitos científicos explorados nos filmes ocorrerá de forma mais eficiente quando houver condições motivadoras e respaldo a esse acontecimento (Rosa, 2000). O sucesso na utilização se deve ao planejamento do docente, e na execução de atividades pós-exibição das cenas (Silva e Oliveira, 2019). Um estudante, ao ter contato com algo novo do mundo

científico, muitas vezes formula diversas perguntas que, ao serem sanadas, estimulam a vontade de explorar o assunto em questão. Os filmes de animação podem ser utilizados para problematizar e fazer com que os alunos discutam partes da animação relacionadas aos processos bioquímicos e imunológicos.

O presente trabalho teve como objetivo utilizar filmes de animação, como *Cells at work*, como ferramenta motivadora e ou potencializadora da aprendizagem. Também avaliar se estes recursos podem auxiliar na compreensão de conceitos e aproximar os alunos dos conteúdos complexos das disciplinas de bioquímica e imunologia vistas no ensino médio. Objetivou-se também instigar os estudantes a se envolverem no universo acadêmico-científico motivando-os a desenvolverem o livre pensar e o senso crítico associados ao estudo destas disciplinas.

## **2 METODOLOGIA**

Este trabalho foi desenvolvido na escola pública Colégio Tiradentes da Polícia Militar, localizada em Governador Valadares. A instituição possui 990 alunos, distribuídos entre o Ensino Fundamental I (1º ao 5º) e II (6º ao 9º) e o Ensino Médio. Os alunos do terceiro ano do ensino médio dessa escola foram os sujeitos da pesquisa. O projeto foi submetido à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP) da UFJF e foi aprovado com o parecer de nº 4.743.371. Os estudantes destas turmas foram convidados a participar da pesquisa e receberam seguintes documentos: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)/ Responsáveis que foi assinado pelos responsáveis dos alunos menores de idade, Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE)/Alunos Menores de Idade que foi assinado pelos alunos menores de idade e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)/Alunos Maiores de Idade que foi assinado pelos alunos maiores de idade. O projeto foi realizado em 6 etapas descritas a seguir:

Etapa 1: A direção e a professora de Biologia da escola selecionada foram convidadas para uma reunião, com os bolsistas e coordenadores do projeto, cuja pauta foi a informação sobre os filmes a serem exibidos e esclarecimento de dúvidas sobre o tema; Etapa 2: Aplicação pelos bolsistas de um questionário preliminar de sondagem aos alunos do ensino médio, a fim de identificar os conhecimentos prévios destes em relação ao conteúdo abordado nos filmes; Etapa 3: Pesquisa e análise de filmes, como *Cells at Work*, pelos bolsistas do projeto, com explicações e analogias ao ensino de bioquímica e imunologia, considerando as dúvidas e sugestões apontadas pelos professores da escola; Etapa 4: Exibição de partes dos filmes pelos bolsistas, estimulando a discussão e levantamento de hipóteses, visando à construção de conceitos pelos próprios alunos do ensino médio; Etapa 5: Aplicação pelos bolsistas de um questionário final aos alunos do ensino médio, a fim de verificar a eficiência da metodologia usada na construção dos conceitos abordados nos vídeos; Etapa 6: Análise dos dados obtidos para acompanhamento da metodologia aplicada.

## **3 RESULTADOS**

O trabalho teve início com uma reunião com a direção do Colégio Tiradentes, no intuito de explicar o trabalho e sanar possíveis dúvidas. Assim, após o consentimento da direção, o projeto foi desenvolvido com os alunos das duas turmas do terceiro ano do ensino médio. As duas turmas, A e B, possuíam 23 e 30 alunos

matriculados respectivamente, totalizando 53 estudantes. Destes, 49 aceitaram participar da pesquisa.

Após o esclarecimento do projeto e o devido consentimento dos alunos por meio dos TCLE e TALE, os participantes foram submetidos a um questionário inicial. Os questionários foram compostos por nove questões de múltipla escolha contendo 3 alternativas cada, sendo elas: "Sim", "Não", "Parcialmente/Um pouco", além de uma questão discursiva. O questionário foi respondido pelos 49 alunos que aceitaram fazer parte do projeto. Esta etapa buscou avaliar os conhecimentos e o nível de aprofundamento dos participantes acerca de tópicos gerais em bioquímica e imunologia segundo as diretrizes nacionais do ensino médio. Os resultados obtidos nas questões de múltipla escolha foram representados pela Tabela 1.

**Tabela 1** - Composição das respostas do questionário inicial em número e percentual

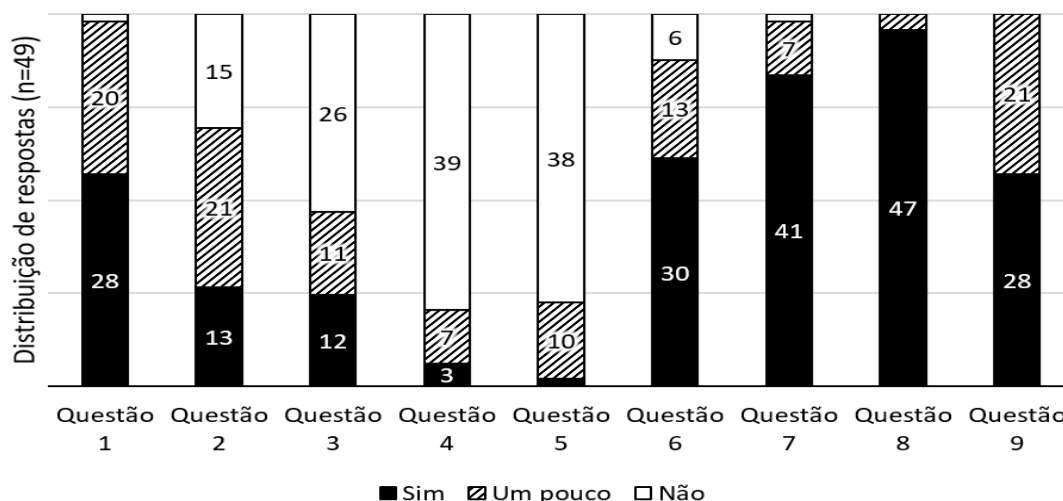
Questões	Sim (%)	Não (%)	Um pouco (%)
1. Você sabe o que é o sistema imune e sua principal função?	28 (57,2)	1 (2)	20 (40,8)
2. Você sabe o que é um patógeno e o que ele causa no corpo?	13 (26,5)	15 (30,6)	21 (42,9)
3. Você já ouviu falar em linfócitos e sua principal função?	12 (24,5)	26 (53,1)	11 (22,4)
4. Você já ouviu falar em macrófagos e na sua principal função?	3 (6,1)	39 (79,6)	7 (14,3)
5. Você já ouviu falar em neutrófilos e na sua principal função?	1 (2)	38 (77,6)	10 (20,4)
6. Você já ouviu falar em hemácias e na sua principal função?	30 (61,2)	6 (12,2)	13 (26,6)
7. Você já ouviu falar em plaquetas e na sua principal função?	41 (83,7)	1 (2)	7 (14,3)
8. Você já ouviu falar em anticorpos e na sua principal função?	47 (95,9)	0	2 (4,1)
9. Você saberia explicar como funciona a circulação sanguínea?	28 (57,1)	0	21 (42,9)

**Fonte:** equipe do projeto

Menos da metade dos alunos respondeu "Sim" às questões 2, 3, 4 e 5 no questionário inicial (Figura 1). Esses resultados sugerem menor compreensão dos alunos entrevistados sobre patógenos, linfócitos, macrófagos, neutrófilos e suas funções quando comparados aos demais assuntos questionados. As questões 7 e 8 foram as únicas com percentual de respostas "Sim" acima de 75%, tendo apresentado, respectivamente: 83,7% e 95,9%. Ambas as questões abordaram a percepção própria da compreensão dos entrevistados acerca das plaquetas, anticorpos e suas principais funções.

Nesse sentido, evidencia-se maior percepção de compreensão acerca dos temas “plaquetas” e “anticorpos” ao passo que os temas relacionados aos glóbulos brancos e patógenos aparentam menor compreensão dentre os entrevistados. Isto pode ser devido ao fato dos termos “plaquetas” e “anticorpos” serem termos mais usados no cotidiano, como no contexto da vacinação, exames de sangue e frequentemente aparecem em explicações nos jornais e revistas. As questões que questionaram diretamente se os participantes “sabem o que é” ou “saberiam explicar” apresentaram maior número de respostas parciais “Um pouco”, isto é, as questões 1, 2 e 9. Tais resultados sugerem maior incerteza com relação à percepção subjetiva de entendimento acerca de “o que é o sistema imune e sua principal função”, “o que é um patógeno e o que ele causa no corpo” e da capacidade de “explicar como funciona a circulação sanguínea”.

**Figura 1** - Distribuição das respostas no questionário inicial para questões de 1 a 9



**Fonte:** equipe do projeto

Além das 9 questões objetivas, o questionário contou com uma décima questão, por sua vez discursiva. A questão 10 indagou: “Você saberia descrever em poucas palavras a importância do sistema imune para o organismo?”. Sete alunos não responderam. Dentre as 42 respostas obtidas, a maioria inclui frases como: “células ou tecidos de defesa”; “proteção do organismo”; “combate a invasores”. Além disso, um aluno afirmou que não sabia responder.

Os bolsistas do projeto, supervisionados pelas orientadoras, analisaram os episódios da série *Cells at Work!*, a qual consiste em uma animação japonesa que tem como protagonistas dois personagens: um representando o glóbulo vermelho e outro o glóbulo branco. Ao longo dos episódios, estes personagens passam por diferentes órgãos do corpo, enfrentam microrganismos diversos e interagem com outras representações de células importantes para o funcionamento do organismo. A animação possui duas temporadas.

Foram preparadas apresentações com explicações e analogias ao ensino de bioquímica e imunologia, considerando as dúvidas e sugestões apontadas pelos professores da escola, sobre episódios da primeira temporada desta série. As

apresentações foram exibidas para os alunos após a aplicação do questionário inicial por meio do recurso *slideshow*. Os *slides* incluíram elucidação da trama de cada episódio e explicação de conceitos da bioquímica e imunologia necessários para a compreensão do mesmo. Os episódios apresentados possuíam os seguintes títulos: Pneumococo, Arranhão, Influenza, Intoxicação Alimentar, Alergia a pólen de cedro, Eritroblastos e mielócitos, e Célula cancerígena.

Os conceitos abordados nas apresentações foram: sistema imune e suas células, tais como linfócitos, neutrófilos, macrófagos e anticorpos, hemácias, plaquetas, maturação celular e circulação sanguínea. Já em relação aos processos envolvidos na trama de cada episódio, incluíram-se: elucidação de infecção por patógenos, como o pneumococo, o vírus da influenza e patógenos causadores de intoxicação alimentar, reação alérgica a pólen, maturação dos glóbulos brancos e vermelhos, célula cancerígena e reconhecimento da mesma pelo sistema imune, e possíveis consequências de um arranhão, assim como o processo de coagulação sanguínea.

Após a apresentação dos episódios, foi aplicado um questionário final aos alunos, com as mesmas questões de múltipla escolha e última questão discursiva do questionário inicial, a fim de avaliar como a metodologia utilizada impactou na construção e aprendizagem dos conceitos abordados. Ademais, foram adicionadas três perguntas a fim de ressaltar o impacto, os pontos positivos e negativos das dinâmicas, sob a perspectiva dos alunos, sendo uma de múltipla escolha e duas discursivas. Tal questionário final foi respondido por 34 alunos. Os resultados obtidos nas 9 primeiras questões de múltipla escolha estão representados na tabela 2.

**Tabela 2** - Composição das respostas do questionário final em número e percentual

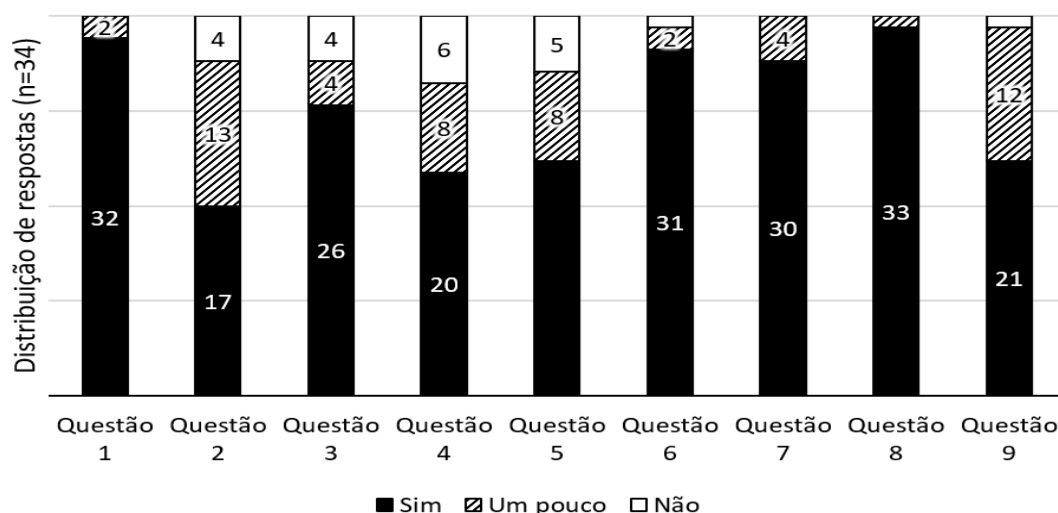
Questões	Sim (%)	Não (%)	Um pouco (%)
1. Você sabe o que é o sistema imune e sua principal função?	32 (94,1)	0	2 (5,9)
2. Você sabe o que é um patógeno e o que ele causa no corpo?	17 (50)	4 (11,8)	13 (38,2)
3. Você já ouviu falar em linfócitos e sua principal função?	26 (76,4)	4 (11,8)	4 (11,8)
4. Você já ouviu falar em macrófagos e na sua principal função?	20 (58,8)	6 (17,6)	8 (23,6)
5. Você já ouviu falar em neutrófilos e na sua principal função?	21 (61,8)	5 (14,7)	8 (23,5)
6. Você já ouviu falar em hemácias e na sua principal função?	31 (91)	1 (3)	2 (6)
7. Você já ouviu falar em plaquetas e na sua principal função?	30 (88,2)	0	4 (11,8)

8. Você já ouviu falar em anticorpos e na sua principal função?	33 (97)	0	1 (3)
9. Você saberia explicar como funciona a circulação sanguínea?	21 (61,8)	1 (3)	12 (35,2)

Fonte: equipe do projeto

Ao menos metade dos alunos respondeu “Sim” para todas as questões. Tais resultados sugerem boa percepção de compreensão dos alunos após o término das apresentações. 9 questões apresentaram mais de 50% das respostas “Sim”, e dentre elas, 5 apresentaram mais de 75%. Tais questões, ordenadas de forma decrescente quanto ao maior número de respostas “Sim” foram: Questão 8 (n=33), Questão 1 (n=32), Questão 6 (n=31), Questão 7 (n=30) e Questão 3 (n=23). Com base nesses resultados, os questionários finais evidenciaram maior percepção de compreensão dos entrevistados para os temas: “anticorpos”, “sistema imune”, “hemácias”, “plaquetas”, “linfócitos” e suas principais funções. As questões com menor quantidade de respostas “Sim” foram: Questão 2 (n=17), Questão 4 (n=20), Questão 5 (n=21) e Questão 9 (n=21), que apresentaram também maior quantidade de respostas “Não” quando comparadas às demais questões. Tais resultados sugerem menor compreensão dos entrevistados acerca dos temas: “patógenos”, “macrófagos”, “neutrófilos” e suas funções, e “circulação sanguínea”.

Figura 2 - Distribuição das respostas no questionário final para questões de 1 a 9



Fonte: equipe do projeto

O questionário final possuiu uma décima questão, discursiva e idêntica à Questão 10 questionário inicial: “Você saberia descrever em poucas palavras a importância do sistema imune para o organismo?”. Desta vez, observou-se que todos os alunos incluíram em suas respostas termos como: proteção ou defesa do

organismo; combate de doenças e patógenos invasores. Tais respostas alinham-se ao conteúdo apresentado em sala de aula.

O questionário final acrescentou ainda questões 11, 12 e 13, que abordaram a experiência dos participantes no projeto. Na questão 11, que indagou “Na sua opinião, a forma como o conteúdo foi abordado em sala de aula facilitou seu aprendizado?”, 82,4% dos alunos responderam que a metodologia foi muito proveitosa para sua aprendizagem, enquanto 17,6% afirmaram ter sido pouco proveitosa. Ademais, nenhum respondeu que não foi proveitosa. Evidencia-se, portanto, que a grande maioria foi beneficiada pelo projeto.

As questões 12 e 13 do questionário final abordaram os pontos positivos e negativos do projeto, respectivamente. Todos os 34 participantes do estudo responderam à questão 12, e citaram como pontos positivos: interatividade, didática dos apresentadores, possibilidade de tirar dúvidas, dinamicidade da apresentação e uso de imagens ilustrativas. Segue algumas respostas para ilustrar as diferentes perspectivas relatadas:

A: “As aulas são bem dinâmicas, pois envolvem participação dos alunos. Possuem uma grande capacidade de retenção do conteúdo, uma vez que possuem uma didática simples e interativa.” B: “Por também serem alunos, os estudantes da UFJF que vieram dar aula sabiam como prender nossa atenção e interagir conosco.” C: “Facilidade para entender, faz o conteúdo ser mais atrativo e possibilidade de tirar dúvidas.”

Quando questionados acerca dos pontos negativos, 2 alunos não responderam e 15 afirmaram não haver pontos negativos. Dezessete participantes responderam com pontos de vista heterogêneos, que abordaram principalmente: repetitividade do tema, impossibilidade de assistir aos episódios integralmente, baixo número de encontros, pouco aprofundamento e dificuldade das disciplinas abordadas. Algumas respostas dos estudantes foram relatadas abaixo: D: “Não funciona para todas as pessoas, porque não é possível aprofundar na matéria só com slide. O aluno deve estudar em casa também para o aprendizado.” E: “Um conteúdo avançado para quem não sabe o básico.” F: “Muito repetitivo, o que gera falta de interesse por causa da idade e pouco aprofundado e muito lúdico”.

Diante disso, reforça-se a importância da realização de um teste inicial para nivelamento da amostra. A partir dos resultados obtidos, podemos perceber que as apresentações conseguiram melhorar o entendimento da maioria dos participantes em relação aos temas abordados. O trabalho apresentou como limitações a sobreposição temporal das apresentações ministradas pelo projeto com as aulas ministradas pelos professores da escola. Nesse sentido, tornam-se necessários estudos complementares para avaliar a influência isolada do uso dos filmes de animação para a compreensão de bioquímica e imunologia. Outra limitação do trabalho foi a impossibilidade de comparar os questionários iniciais e finais de cada aluno individualmente, já que estes questionários foram aplicados de forma anônima.

## 4 CONCLUSÕES

Filmes de animação são usados como estratégias para favorecer o processo de ensino e aprendizagem. As explicações de partes de episódios da série *Cells at Work*, com analogias ao ensino de bioquímica e imunologia, auxiliaram a compreensão sobre



temas considerados complexos e de difícil entendimento. Podemos perceber também, que a metodologia usada gerou muito interesse dos estudantes e favoreceu a aquisição de conhecimento, comunicação e participação mais ativa em sala de aula.

A estratégia metodológica usada apresentou resultados satisfatórios, avaliada a partir dos questionários aplicados e observação dos bolsistas e coordenadores. Estes verificaram grande participação dos discentes, com alto nível de interesse e compreensão. Porém alguns temas abordados ainda foram considerados difíceis por alguns alunos devido a complexidade elevada a nível de ensino médio.

## REFERÊNCIAS

APEC – Ação e pesquisa em ensino de ciências. *Construindo Consciências* – Assessoria Pedagógica. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2004.

GRÜBEL, J. M.; BEZ, M. R. Jogos Educativos. Novas Tecnologias na Educação. *CINTED-UFRGS*, v. 4, n. 2, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>. Acesso em: 04 mar. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2018*. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 04 mar. 2021.

KLEIN, L.; OLIVEIRA, A.J.; ALMEIDA, L. B.; SCHERER, L. M. – Recursos Multimídia no Processo de Ensino-Aprendizagem: Mocinho ou Vilão?. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Brasília, 2013. *Anais do Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*, 2013.

KING, T. W. *Assistive technology: essential human factors*. Allyn and Bacon, 1999.

MACHADO, M. H.; MEIRELLES, R. Uso do vídeo no ensino de biologia como estratégia para discussão e abordagens de temas tecnológicos. *Cadernos UniFOA*, v. 4, n. 1 Esp., p. 79, 2018.

MORÁN, J. M. O vídeo na sala de aula. *Comunicação & Educação*, n. 2, p. 27-35, 1995.

MUNFORD, D.; LIMA, M. E. C. C. Ensinar ciências por investigação: em que estamos de acordo? *Revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 9, n. 1, 2007.

ROSA, P. R. S. O uso dos recursos audiovisuais e o ensino de ciências, *Cad. Cat. Ens. Fís.*, v. 17, n. 1, p. 33-49, 2000.

SÁ, E. F.; PAULA, H. F.; LIMA, M. E. C. C.; AGUIAR, O. G. As características das atividades investigativas segundo tutores e coordenadores de um curso de especialização em ensino de ciências. *Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. Florianópolis. Santa Catarina, 2007.

SILVA, L. D. M.; OLIVEIRA, C. S. A. O uso de filmes como ferramenta pedagógica no ensinode biologia e ciências. *Revista Aproximação*, v. 1, n. 1, 2019.

# **GARRA (Cursinho Popular) – educação, transformação e sustentabilidade na comunidade: um relato de experiência**

Israel Bem-Hur Netto Cardoso<sup>1</sup>  
Ivana Lúcia Damásio Moutinho<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Farmácia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do projeto GARRA. E-mail: israelbh77@gmail.com.

<sup>2</sup>Doutora em Saúde pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da UFJF. Coordenadora da ação. E-mail: ivana.moutinho@gmail.com.

# **GARRA (Cursinho Popular) – educação, transformação e sustentabilidade na comunidade: um relato de experiência**

## **1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

O GARRA - Cursinho Popular, um projeto de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), foi concebido com o propósito claro de lutar pela democratização da educação e do acesso ao Ensino Superior. O cerne da missão do cursinho é auxiliar os alunos na preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), simultaneamente mobilizando os membros em prol da defesa de uma educação pública, gratuita, inclusiva e popular.

Conforme Gadotti (2012), os cursinhos populares, assim como a educação comunitária e social, têm como objetivo construir uma educação politizada, que olha para as desigualdades e compromete-se com a construção de um mundo mais justo e igualitário a partir da educação participativa e dialógica proposta por Paulo Freire.

O projeto teve origem em uma iniciativa estudantil, com o intuito de oferecer aulas de pré-vestibular para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desde sua criação, em 2017, o GARRA - Cursinho Popular foi oficialmente registrado na Pró-Reitoria de Extensão da UFJF, consolidando-se como uma iniciativa comprometida com a transformação social por meio da educação. A primeira turma, composta por 60 estudantes, reuniu os primeiros "Garrinhas", e essa média se mantém constante até os dias atuais.

Aberto à participação de estudantes de todos os cursos de graduação e pós-graduação da UFJF, o projeto promove uma abordagem interdisciplinar e enriquecedora para todos os envolvidos. A gestão do Garra é pautada pela democracia, com mandatos de um ano e divisão interna em diferentes departamentos. A coordenação geral é responsabilidade da Professora Ivana Lúcia Damásio Moutinho, da Faculdade de Medicina da UFJF, onde nasceu o Garra, com o estudante Caíque Neves.

Além das aulas ministradas no noturno, das 18h30 às 22h30, o GARRA promove diversas atividades extras, estimulando a interação entre os membros, Garras, e os alunos, Garrinhas, fortalecendo os laços comunitários. E, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, o GARRA adaptou-se para a modalidade remota, garantindo a continuidade das aulas, monitorias, grupos de estudos e rodas de conversa por meio de plataformas online.

A relevância da educação popular é inegável. O GARRA - Cursinho Popular não apenas busca preparar seus alunos para o ingresso no ensino superior, mas também reconhece a importância de disseminar conhecimentos sobre educação, saúde e bem-estar na comunidade. O projeto defende que uma população bem informada contribui para a construção de uma sociedade mais saudável e consciente, alinhando-se, assim, não apenas a objetivos educacionais, mas também a princípios fundamentais para o progresso coletivo. Nesse sentido, conforme Freire (2018), é imprescindível que os cursinhos populares construam uma educação emancipadora para a população oprimida de modo a formar cidadãos conscientes do seu lugar no mundo, que deixem

de ser apenas receptores para tornarem-se pessoas ativas na produção de conhecimento.

## **2 OBJETIVOS DO PROJETO**

### **2.1 Objetivos gerais**

O principal escopo do GARRA é lutar pela democratização do conhecimento, visando proporcionar oportunidades iguais de acesso ao Ensino Superior. Através do oferecimento de aulas de pré-vestibular, busca-se reduzir as desigualdades educacionais, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

### **2.2 Objetivos específicos**

1. Preparação para o Enem: fornecer suporte acadêmico eficiente para os estudantes, capacitando-os a enfrentar o Enem com confiança e competência.
2. Mobilização pela Educação Pública: engajar ativamente os membros do GARRA na defesa de uma educação pública, gratuita, inclusiva e popular. Isso inclui a participação em eventos, discussões e ações que promovam a conscientização sobre a importância do investimento na educação para o desenvolvimento social.
3. Contribuição para a Formação Pessoal e Profissional: reconhecer que as experiências vivenciadas por alunos e membros do GARRA vão além do preparo acadêmico. Busca-se enriquecer suas formações pessoais e profissionais, promovendo habilidades como liderança, trabalho em equipe e empatia.

A dualidade dos objetivos reflete a abordagem holística adotada pelo Garra, em que a educação não é apenas vista como um meio para alcançar o Ensino Superior, mas como uma ferramenta transformadora para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Acredita-se que, ao combinar a preparação acadêmica com o engajamento social, contribui-se efetivamente para a construção de um futuro mais promissor e inclusivo para todos.

## **3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

O GARRA - Cursinho Popular, em sua abordagem abrangente, desenvolve uma série de atividades práticas que transcendem a sala de aula, buscando enriquecer a experiência educacional dos participantes, sejam eles membros ou alunos. Estas atividades são cuidadosamente planejadas para oferecer não apenas suporte acadêmico, mas também para promover o pensamento crítico, a integração social e a ampliação do conhecimento cultural.

A seguir, detalhamos algumas das atividades realizadas durante o projeto:

### **3.1 Monitorias centralizadas**

- Fornecimento de monitorias com foco centralizado nas necessidades dos alunos.
- Acompanhamento individualizado, adaptando-se a cada requisito específico apresentado pelos estudantes.
- A abordagem visa garantir que cada aluno receba suporte personalizado para otimizar seu desempenho acadêmico.

### **3.2 Cinegarra**

- Apresentação regular de filmes e documentários relevantes.
- Discussões pós-exibição visando estimular o pensamento crítico e promover a construção de repertório cultural.
- O Cinegarra representa uma ferramenta educativa alternativa, promovendo a reflexão e a análise crítica de temas relevantes à sociedade.

### **3.3 Dinâmicas em grupo**

- Implementação de dinâmicas em grupo para fortalecer o senso de pertencimento e união entre os participantes do projeto.
- Estas atividades visam criar um ambiente inclusivo e colaborativo, onde os alunos se sintam parte de uma comunidade engajada na busca pelo conhecimento.

### **3.4 Visitas culturais e científicas**

- Realização de visitas a museus, cidades e centros de ciência.
- O objetivo é ampliar o conhecimento dos participantes, proporcionando uma integração direta com a cultura nacional.
- Essas experiências práticas complementam o aprendizado em sala de aula, enriquecendo a formação dos alunos de maneira abrangente.

Essas atividades não apenas fortalecem o aprendizado acadêmico, mas também contribuem para o desenvolvimento integral dos participantes, cultivando habilidades interpessoais, pensamento crítico e uma compreensão mais profunda da sociedade e da cultura. O Garra, assim, vai além do ensino tradicional, promovendo uma abordagem educacional dinâmica e holística.

## **4 ABORDAGEM METODOLÓGICA**

A abordagem metodológica adotada pelo GARRA reflete uma divisão interna em três esferas fundamentais, cada uma desempenhando uma função específica para

atingir os objetivos do projeto. Essas esferas são: a direção, responsável por uma gestão abrangente e pela conectividade das diferentes áreas do projeto; a coordenação, segmentada em sete departamentos específicos que lidam com distintas demandas (Acompanhamento Estudantil, Administrativo, Comunicação e Imagem, Dados e Desempenho, Ensino, Gestão de Pessoas e Institucional); e o corpo docente, composto por professores e monitores.

No contexto da docência, tanto os professores quanto os monitores gozam de autonomia plena para planejar anualmente as disciplinas. Isso engloba a decisão sobre tópicos relevantes a serem abordados, a escolha de materiais didáticos e a determinação da abordagem em sala de aula. O Departamento de Ensino oferece suporte organizacional e auxilia na superação de desafios que possam surgir ao longo do ano, baseando-se nos feedbacks do Departamento de Dados e Desempenho ou do Departamento de Acompanhamento Estudantil. Essa abordagem permite uma liberdade notável para os docentes, embora muitos deles não tenham formação específica em educação ou experiência em valores da educação popular.

Desde a fundação, o GARRA passou por reestruturações internas substanciais, sendo a mais recente a substituição da presidência por uma direção mais horizontal, alinhada aos princípios da educação popular. A escolha dos diretores ocorre através de eleições internas entre os membros do projeto, seguida por um processo seletivo externo, caso não sejam preenchidos todos os cargos. Coordenadores são escolhidos externamente, com dinâmicas de grupo e entrevistas. Em relação aos docentes, ingressam por meio de processos seletivos internos, para membros que já estavam na respectiva gestão, ou externos, para toda a comunidade acadêmica da UFJF, sem restrição de curso, contribuindo para um coletivo diverso e majoritariamente voluntário.

No que se refere aos alunos, a diversidade é um elemento marcante, abrangendo desde jovens no terceiro ano do Ensino Médio até adultos afastados do ambiente educacional institucionalizado. As únicas condições para a seleção de alunos são: serem provenientes de escolas públicas e não estarem cursando (ou terem cursado) ensino superior. Existem cotas para diversos grupos, mas, de maneira geral, o público é composto principalmente por pessoas pretas ou pardas, trabalhadoras noturnas de condição financeira modesta. A evasão de alunos é uma ocorrência comum, resultando em um número reduzido de participantes ao longo do curso, apesar das 70 vagas inicialmente oferecidas.

## **5 EXEMPLO DE APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DE UM DOS MEMBROS DA AÇÃO - AUTOR DESTE TEXTO**

Minha trajetória acadêmica começou nas salas de aula das escolas públicas, e foi somente no ensino médio, por meio de uma bolsa integral, que pude adentrar o universo de uma instituição privada. Essa mudança reveladora despertou em mim uma nova perspectiva, abrindo os olhos para as discrepâncias existentes no sistema educacional.

Atualmente, sou um estudante de Farmácia na Universidade Federal de Juiz de Fora que, ao longo do curso, não teve contato direto com a licenciatura ou com a



dinâmica das salas de aula como docente. No entanto, minha participação no projeto GARRA - Cursinho Popular foi marcada por uma transformação profunda.

No meu primeiro ano no projeto, assumi a posição de monitor de química. No ano seguinte, dei um passo além, atuando como Diretor de Dados e Desempenho, além de mergulhar na docência de Química Orgânica. Essa jornada na docência foi verdadeiramente única e impactante.

Discutir a inserção na educação popular, explorar o impacto visível nos alunos e compreender como o projeto poderia mudar vidas e perspectivas de mundo - tudo isso trouxe uma riqueza de experiências. Trabalhar lado a lado com pessoas de diferentes cursos e realidades trouxe uma diversidade de aprendizados que transcendem as barreiras acadêmicas.

Assumir o papel de diretor do projeto destacou a diferença fundamental entre ser um educador e um gestor. A gestão de um projeto desse porte exigiu uma atenção meticulosa e um planejamento estratégico, proporcionando um aprendizado valioso sobre liderança e organização.

Ao refletir sobre essa jornada, vejo uma evolução profunda: cresci não apenas como um estudante universitário, mas também como ser humano; adquiri habilidades cruciais, desde aprimoramentos na comunicação até o fortalecimento no trabalho em equipe e desenvolvimento das habilidades de liderança.

Entre as habilidades adquiridas, destaco a capacidade de transmitir conhecimento de forma acessível a todos, independentemente de idade ou histórico educacional. Liderar uma equipe tão comprometida e unida não apenas enriqueceu minha experiência, mas também impulsionou o projeto para frente.

Essa jornada não apenas contribuiu para meu crescimento acadêmico, expandindo minha visão na área educacional, mas também moldou significativamente meu desenvolvimento pessoal. O GARRA - Cursinho Popular não é apenas um local para compartilhar conhecimento; é uma plataforma para aprender, evoluir e impactar positivamente a vida dos alunos e da comunidade em geral.

## **6 RESULTADOS ALCANÇADOS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS E GRATIDÃO**

O curso GARRA tem sido um ambiente fundamental para o crescimento acadêmico e pessoal de muitos estudantes, como evidenciado pelos relatos de experiência compartilhados pelos participantes. Ao longo do contato com o curso, foram vivenciadas experiências satisfatórias que transcendem o aspecto meramente acadêmico. O GARRA se revelou um espaço propício para a criação de vínculos, oferecendo oportunidades únicas de conhecer de perto a realidade da "faculdade dos sonhos" e refletir sobre aspirações acadêmicas.

Os depoimentos ressaltam a importância dos professores e monitores, apontando para a diversidade de abordagens e o comprometimento em ajudar os alunos a superar os desafios do vestibular, especialmente o Enem. A experiência no GARRA vai além da transmissão de conteúdo, sendo descrita como um período de crescimento social e espiritual. O contato com diferentes ideias, crenças e valores, aliado ao apoio constante da equipe, torna o GARRA mais do que um curso preparatório, e sim uma comunidade que valoriza não apenas o conhecimento, mas também as relações interpessoais.

Os relatos expressam gratidão pela oportunidade proporcionada, destacando a preocupação genuína com o bem-estar dos alunos. A aprovação em universidades renomadas, como a UFJF, é apontada como uma conquista que transformou a perspectiva de vida dos participantes. Uma aluna do curso em 2022, compartilha, por exemplo, sua gratidão ao GARRA por ter sido aprovada em cursos de Ciências Humanas na UFJF e Psicologia em uma instituição privada com bolsa integral “Quero deixar minha total gratidão a todos os professores do Garra... Todo esforço valeu muito a pena. Estou extremamente feliz, não tenho como mensurar. Obrigada aos idealizadores por esse projeto gigante chamado Garra, pois ele mudou a minha vida”, ressaltando o impacto transformador do projeto em sua trajetória acadêmica e profissional.

## 7 DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Ao longo da execução do projeto GARRA - Cursinho Popular, nos deparamos com desafios significativos que testaram a resiliência e a determinação de toda a equipe. Um dos principais obstáculos foi a dificuldade de apoio financeiro direto da universidade. A falta de recursos financeiros adicionais impactou diretamente a amplitude e o alcance das atividades planejadas.

Outro desafio notável foi a carência de orientadores da licenciatura, uma lacuna que se mostrou crucial no contexto educacional do projeto. A ausência desses orientadores afetou a conexão mais profunda com as práticas pedagógicas e as nuances específicas do campo da educação, um elemento vital em um projeto voltado para a promoção da educação popular.

Esses desafios nos proporcionaram lições valiosas e *insights* que moldarão nosso caminho no futuro. A principal lição aprendida é a importância crucial do planejamento. Um ano meticulosamente planejado, com datas e eventos claramente definidos, revelou-se fundamental para o funcionamento eficaz do projeto. A antecipação de desafios potenciais e a preparação adequada permitiram que enfrentássemos obstáculos com maior eficiência.

Além disso, ficou evidente que a coesão entre a gestão e o corpo docente é essencial. A união de esforços e a comunicação constante garantiram que todos estivessem alinhados com os objetivos do projeto, promovendo uma execução mais eficiente e eficaz das atividades planejadas.

Outra lição crucial foi a necessidade de uma forte união entre os departamentos internos. A colaboração entre os diferentes setores do projeto é vital para evitar a fragmentação e garantir uma abordagem holística. Departamentos isolados ou desgarrados podem comprometer o fluxo harmonioso do projeto, portanto, a interação constante entre eles se revelou de suma importância.

Essas experiências e lições aprendidas durante a jornada do GARRA não apenas fortaleceram nosso entendimento sobre a gestão de projetos educacionais, mas também forneceram um conjunto valioso de princípios que serão aplicados no futuro. Estamos comprometidos em superar desafios, aprimorar nosso planejamento e fortalecer ainda mais as relações internas, garantindo que o GARRA continue a ser uma fonte inspiradora de educação popular e inclusiva.

## **8 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA: ENRIQUECENDO A VIVÊNCIA NA ÁREA DA SAÚDE**

O GARRA não apenas se destaca como um agente de transformação social, mas também desempenha um papel crucial no enriquecimento e complementação da vivência acadêmica de estudantes da área da saúde, como é o meu caso, sendo um aluno do curso de Farmácia.

A participação ativa no GARRA oferece uma perspectiva única que transcende as salas de aula tradicionais. Ao lidar com alunos de diversos perfis socioeconômicos, idades e experiências educacionais, somos expostos a uma diversidade de desafios e contextos. Essa interação direta contribui para o desenvolvimento de habilidades interpessoais, empatia e compreensão, aspectos fundamentais na formação de profissionais, sejam eles da educação ou, como no meu caso, da saúde.

O projeto não apenas proporciona uma oportunidade de compartilhar conhecimentos, mas também oferece um espaço de aprendizado contínuo. O processo de ensino e aprendizado não é unilateral; é uma troca constante de experiências, perspectivas e vivências. Isso amplia nossa visão sobre a realidade educacional, reforçando a importância da adaptabilidade e flexibilidade, habilidades cruciais em qualquer profissão na área da saúde.

No contexto específico do curso de Farmácia, a relação entre o GARRA e as disciplinas é evidente. A docência na área de Química Orgânica, por exemplo, não apenas aprimora meus conhecimentos técnicos, mas também me desafia a comunicar conceitos complexos de forma acessível. Essa habilidade de comunicação é transferível para a prática farmacêutica, em que a explicação clara de informações complexas aos pacientes é essencial.

Além disso, o entendimento das barreiras educacionais enfrentadas por muitos alunos do GARRA alimenta uma abordagem mais inclusiva na futura prática profissional. A consciência das diferentes realidades educacionais permite que reflitamos sobre estratégias adaptativas no campo da saúde, garantindo que as informações sobre medicamentos e tratamentos sejam acessíveis a todos, independentemente de seu histórico educacional.

Em suma, a participação ativa no GARRA não apenas amplia meus horizontes como estudante de Farmácia, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades interpessoais e a compreensão das complexidades sociais, enriquecendo, assim, minha formação acadêmica na área da saúde. A integração entre o projeto de extensão e as disciplinas do curso não só complementa o currículo acadêmico, mas também prepara de maneira mais abrangente para os desafios e responsabilidades futuras como profissional.

## **9 SUSTENTABILIDADE E CONTINUIDADE: CONSTRUINDO UM FUTURO DURADOURO PARA O GARRA - CURSINHO POPULAR**

Garantir a sustentabilidade do GARRA - Cursinho Popular a longo prazo é uma meta crucial para assegurar que seu impacto positivo na comunidade perdure. Algumas sugestões e planos estratégicos foram delineados para fortalecer a base do projeto e proporcionar continuidade efetiva.

Uma proposta fundamental para a sustentabilidade do projeto é a criação de uma cultura interna que favoreça a permanência dos membros. Estabelecer um ambiente em que os participantes que ingressam em determinado ano possam se envolver ativamente no ano seguinte, ocupando posições na diretoria ou em cargos de gestão, não apenas promove a continuidade, mas também enriquece o projeto com a diversidade de perspectivas e experiências acumuladas ao longo do tempo.

Além disso, a implementação de mecanismos formais que incentivem a participação contínua e o desenvolvimento de lideranças internas pode contribuir significativamente para a sustentabilidade. Isso inclui programas de mentoria, treinamentos específicos para funções de liderança e a criação de um ambiente que valorize e promova o crescimento pessoal e profissional dos membros.

No que diz respeito a melhorias e ajustes para futuras edições do projeto, é vital manter uma mentalidade de constante aperfeiçoamento. Analisar o que funcionou bem em edições anteriores, identificar áreas que precisam de ajustes e antecipar desafios potenciais são práticas essenciais para garantir a evolução contínua do GARRA - Cursinho Popular.

A revisão anual do desempenho do projeto, realizada por meio de feedbacks dos participantes e avaliações internas, pode fornecer *insights* valiosos. A análise crítica do que não deu certo em edições anteriores, acompanhada de um plano proativo para evitar recorrências, fortalecerá a eficácia do projeto a cada ano.

Ademais, a adaptação às mudanças nas necessidades educacionais da comunidade é crucial. Manter o GARRA sintonizado com as demandas atuais dos estudantes, tanto em relação ao conteúdo pedagógico quanto à modalidade de ensino, é fundamental para assegurar a relevância contínua do projeto.

Em resumo, a sustentabilidade e continuidade do GARRA - Cursinho Popular são alcançáveis através do fortalecimento da cultura interna, da promoção de lideranças internas e do compromisso constante com melhorias e ajustes contínuos. Ao implementar essas sugestões, o GARRA está posicionado para não apenas perdurar, mas também crescer em seu impacto positivo na comunidade ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 65 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda, 2018.

GADOTTI, Moacir. *Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum*. *Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 2012.

## **Habilidades metacognitivas e orientação de estudos na Educação de Jovens e Adultos**

João Victor Ribeiro Toledo<sup>1</sup>  
Késia Mayra Rodrigues Ignácio<sup>2</sup>  
Marisa Cosenza Rodrigues<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Psicólogo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: ribeirotoledoju@gmail.com.

<sup>2</sup>Graduanda em Psicologia pela UFJF. E-mail: kesiaarodrigues@gmail.com.

<sup>3</sup>Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS). Professora Titular da UFJF. Coordenadora da ação. E-mail: rodriguesma@terra.com.br.

# Habilidades metacognitivas e orientação de estudos na Educação de Jovens e Adultos

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho constituiu um desdobramento do projeto de extensão da UFJF, intitulado: Projeto SEAPE (Serviço de Atendimento em Psicologia Escolar/Educacional). Teve como objetivo promover estratégias metacognitivas de aprendizagem, orientação de estudos e discussão sobre as relações entre adolescência, contexto social e escolarização na EJA (Educação de Jovens e Adultos), sendo realizado inicialmente no ano de 2018.

Sabe-se que a maioria dos alunos que ingressam na EJA apresentam no seu repertório escolar a ocorrência de repetências, questões indisciplinadas, baixo desempenho e evasão escolar. Além disso, a EJA atende, principalmente, a população mais carente da sociedade, que se viu alijada do processo formal de educação por múltiplas causas, sendo a maioria explicável por meio do contexto histórico, como salienta Oliveira (2019). Outro fator que direcionou a escolha dessa modalidade é que o fenômeno da juvenilização vem sendo um desafio enfrentado pela EJA na atualidade. Teixeira (2018) destaca o crescente perfil juvenil dos alunos, e grande parte adolescentes, excluídos da escola regular. Os índices da juvenilização da EJA tem preocupado o cenário brasileiro, visto que além de refletirem o fracasso da escola regular trazem para o interior da EJA alunos que possuem uma demanda particular e por vezes distinta das experiências dos adultos.

Nessa direção, o projeto envolveu participantes que passavam pela adolescência, sendo uma fase complexa e dinâmica na vida dos sujeitos, envolvendo mudanças nos aspectos físico, psíquico, social e comportamental. Sabe-se que tais mudanças repercutem diretamente na evolução da personalidade e atuação pessoal na sociedade, que podem estar influenciadas pelo fator sociocultural. Este momento de grandes mudanças e incertezas em relação ao futuro necessita ser alvo de ações que busquem proporcionar um espaço de fala e orientação (Valle e Mattos, 2011).

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) caracteriza-se como uma modalidade de ensino que objetiva garantir a oportunidade de estudos a pessoas jovens e adultas que não conseguiram frequentar a escola na idade convencional. Busca, nesse sentido, oferecer igualdade de oportunidades de educação, permitindo ainda a permanência desses estudantes no mercado de trabalho. A proposta de escolarização envolve tanto o ensino formal de conteúdos acadêmicos quanto a educação voltada para os valores sociais, culturais e políticos, abarcando diversos desafios em sua práxis (Di Pierro e Haddad, 2015). Dentre esses desafios, destaca-se, por exemplo, a necessidade da promoção de habilidades metacognitivas de estudo e discussões acerca do processo de ensino-aprendizagem e convivência social na escola.

Por outro lado, no âmbito da aprendizagem acadêmica, a Orientação de Estudos destaca-se como um recurso de expressiva eficácia na medida em que envolve o manejo de técnicas e métodos de ensino que favorecem uma melhor apropriação dos conhecimentos lecionados nas aulas. Ao lançar mão de estratégias de organização e hábitos de estudo, os adolescentes conseguem estabelecer horários fixos de estudos extraclasse e atitudes mais proativas frente às aulas. Dentre os aspectos abordados

nessa perspectiva, tem-se a ampla influência da memória, atenção e motivação, bem como técnicas mais apropriadas de leitura (Carvalho, 2012; Silva e Rodrigues, 2014).

De maneira integrada à Orientação de Estudos, as estratégias de leitura metacognitivas, compostas pelos comportamentos e pensamentos que influenciam a aquisição de informações lidas, também promovem habilidades de consciência sobre o nível de compreensão e relação de conteúdos. Como salientam Cantalice e Oliveira (2009) e Andrade *et al.* (2020), abarca esforços intencionais e conscientes para aprendizado e utilização de conhecimentos, podendo promover o planejamento, monitoramento e regulação do pensamento e produção conceitual envolvidos na cena educacional. Nessa direção, Rodrigues, Alves, Almeida e Silva (2014) identificaram efeitos positivos de um programa interventivo para promoção de habilidades metacognitivas em universitários, o que pode reforçar também a eficácia dessa proposta no cenário da educação de jovens e adultos.

Pensar a educação como um direito, e seu potencial de transformação sócio-política, implica em considerar que a EJA também é campo estratégico para estimular debates e atitudes em torno do aprendizado e seus impasses e possibilidades (Freire e Carneiro, 2016). Dessa forma, como já evidenciado por Oliveira (2019), a EJA atende as maiores vítimas de vulnerabilidades sociais, sendo os seus alunos atravessados por violações que podem influenciar na história de permanência e pertencimento escolar. Faz-se necessário sinalizar outro aspecto importante: a grande prevalência de negros inseridos nesse espaço. Dados nacionais do INEP (2019) mostram que pretos e pardos predominam nos dois níveis de ensino na EJA. No fundamental, o grupo representa 75,8% dos estudantes, enquanto, no nível médio, 67,8%, o que indica uma atenção quanto às fronteiras raciais que circulam neste cenário

O presente relato de experiência refletiu uma proposta para o espaço juvenil da EJA enquanto lugar de um trabalho possível para o desenvolvimento de habilidades metacognitivas e endereçamentos sobre a localização desses sujeitos entre os âmbitos acadêmico, comunitário e profissional. Sendo o objetivo da intervenção a sensibilização de alunos da EJA quanto à necessidade de ter uma melhor orientação quanto aos estudos com estratégias mais eficazes, bem como quanto à habilidade de leitura que pode ser beneficiada mediante recursos cognitivos e metacognitivos.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Metodologia**

O projeto contou com a participação de 18 adolescentes, com média de 16 anos de idade, matriculados nas turmas de primeiro e segundo ano da EJA de uma escola pública municipal de Juiz de Fora. Destes, 11 alunos se identificaram com o gênero masculino e 7 com o gênero feminino. Foram realizados 8 encontros semanais, com média de 1 hora de duração na própria escola em horários variados para não concentrar todas as reuniões em um turno só. Dentre os materiais utilizados, optou-se pela escolha de dinâmicas interativas, jogos, vídeos e recursos gráficos que propiciaram a participação ativa dos jovens e a circulação da palavra. Estas técnicas foram aplicadas pelos dois bolsistas de extensão do projeto e sempre acordadas anteriormente com os membros do grupo, na busca por uma linearidade comunicativa que pudesse dar abertura para trocas e apontamentos dentro da proposta de cada



encontro. Ademais, aplicou-se um questionário inicial para sondar os hábitos de estudos e um questionário final para avaliação do possível impacto da intervenção, além da elaboração de um diário de campo com registros do que foi observado ao longo do desenvolvimento do projeto.

Além das intervenções com os alunos, foram estabelecidos diálogos e orientações com a diretora e coordenadora da escola. Estes encontros aconteceram ao longo do projeto e partiram tanto de uma necessidade identificada nos encontros, quanto pela demanda das gestoras que puderam se apropriar da proposta e voltar seu olhar para o potencial socioeducativo dos adolescentes inseridos na EJA. Após a escola aprovar a realização da proposta com este público, o trabalho focalizou a promoção das habilidades metacognitivas e orientação de estudos/adolescência, contando com a seguinte estrutura:

1° Encontro - Apresentação, elaboração do contrato com acordos grupais, dinâmica de interação e questionário inicial.

2° Encontro - Debate sobre processo de escolarização, o EJA, a adolescência e motivação.

3° Encontro - Informações e sensibilização sobre motivação, memória e atenção, bem como mudanças em torno da adolescência.

4° Encontro - Implementação de recursos visando os hábitos de estudos em sala e em casa e construção da rotina diária.

5° Encontro - Construção do horário de estudos, promoção de estratégias de aprendizagem e apresentação de vídeo das mudanças físicas, psíquicas e sociais da adolescência.

6° Encontro - Trabalho com foco nas estratégias metacognitivas de leitura e reflexão dos impactos das mudanças na adolescência.

7° Encontro - Trabalho com foco nas estratégias metacognitivas de aprendizagem, produção de resumos e reflexões sobre desafios da adolescência na fase adulta.

8° Encontro - Fechamento do projeto, retomada dos temas, discussão de perspectivas positivas de futuro e questionário final, elaborado pela própria equipe do projeto.

## **2.2 Resultados e discussão**

O questionário inicial, realizado no primeiro encontro do projeto, indicou que a maioria dos adolescentes não possuía hábitos de estudos eficazes, tendo em vista suas práticas de estudar com o celular ao lado, não revisar os conteúdos em casa, não elaborar resumos ou grifar os textos durante a leitura. A maioria não estudava em um lugar silencioso e muitos revelaram a ausência desse ambiente, quando discutido esses resultados no grupo. Os indicadores obtidos convergem com aqueles de outros projetos em que se observa uma grande desmotivação em ir para a escola, bem como pouca consciência do processo educativo como mecanismo promotor de cidadania e civilidade (Bzuneck, Megliato e Rufini, 2013; Carvalho e Joly, 2008).

Transcorrida intervenção, o questionário final, aplicado no último encontro com o grupo, sugere uma maior sensibilização por parte da maioria dos alunos sobre a importância de estudos extraclasse, elaboração de resumos e relação entre a memória, atenção e motivação para o processo de aprendizagem. Todos os participantes afirmaram a necessidade de estudar em um lugar silencioso, 58% dos

participantes se sentiram mais atentos e motivados com os estudos após a intervenção e, 83% dos participantes afirmaram que a EJA é uma alternativa viável para a promoção de um futuro mais positivo. Esses indicadores favoráveis quanto à melhoria das estratégias cognitivas e metacognitivas de aprendizagem focalizadas no projeto convergem com resultados de pesquisa com intervenção realizados no contexto nacional (Andrade *et al.*, 2020; Rodrigues *et al.*, 2014) bem como quanto ao manejo da orientação e hábitos de estudo abordados com os alunos participantes (Silva e Rodrigues, 2014). Os estudos aqui referidos também reforçam a relevância do psicólogo escolar e educacional no sentido de empreender esforços extensionistas para minimizar o risco de evasão escolar e maximizar a motivação dos alunos quanto ao processo de aprendizagem e escolarização.

De maneira complementar, observou-se pelas falas de vários adolescentes que houve uma conscientização quanto ao papel social da escola e sua relação com a comunidade, ponto importante pois a grande maioria era pertencente ao bairro e trazia um histórico de violações durante os encontros. Foram registradas no diário de campo relatos, como “Eu quero terminar os estudos, trabalhar como enfermeira, casar e ter uma família...” ... O EJA pode dar uma boa oportunidade de trabalho”. Tais depoimentos revelam que para além da parte educacional, os alunos conseguiram vislumbrar uma perspectiva de futuro para outros âmbitos da vida, como os emocionais e familiares, além de demarcar a EJA como uma possibilidade para uma inserção econômica. Além disso, salienta-se a participação ativa, comprometimento e fala dos adolescentes, registrados no diário de campo, os quais demonstram uma apropriação dos conteúdos, bem como sensibilização e conscientização sobre a importância da escola e da EJA para o mundo do trabalho e da inserção social.

O *feedback* tanto da diretora quanto da coordenadora da escola também indicaram, uma clara responsabilização da escola quanto ao processo de aprendizagem e sociabilidade desses alunos. Pode-se considerar a partir dos relatos das gestoras e dos indicadores positivos do projeto que a intervenção viabilizou uma maior sensibilização discente quanto às estratégias de aprendizagem focalizadas e a possibilidade de repensar o perfil dos estudantes da EJA e suas direções no rumo da trajetória escolar, pessoal e coletiva. Destaca-se que a EJA abrange principalmente os jovens com faixa etária teoricamente superior à considerada adequada ao Ensino Fundamental, isto é, dos 6 aos 14 anos. A maioria dos participantes do projeto, foram considerados “inadequados” à realidade do ensino regular, muitas vezes devido à idade ou problemas de comportamento, foram retirados do turno diurno ou desejavam migrar para a EJA na esperança de acelerar os estudos.

Os dados nacionais do INEP (2019), apontam que os estudantes com menos de 30 anos representam 62,2% das matrículas da educação de jovens e adultos. Nesta faixa etária, 57,1% dos estudantes é do sexo masculino. Em consonância com a discussão de Teixeira (2018), a EJA, por sua vez, aceita essa demanda, mas vive o desafio da juvenilização e da luta contra a ideia de ser caracterizada como correção de fluxo. Torna-se necessário romper com questionamentos sobre o fracasso escolar que estigmatizam os sujeitos e proliferam significantes de individualização e marginalização, responsabilizando cada elemento composto nesta equação escolar e política. Através dos encontros, muitos alunos relataram experiências de violência, assassinatos, mortes, encarceramento de seus familiares, gravidez indesejada e na

adolescência. Tais relatos foram também, na medida do possível, alvo de reflexão, reconhecimento e reposicionamento quanto ao lugar da escola para os sujeitos.

### 3 CONCLUSÕES

O relato de experiência ressalta a importância de programas de intervenção para potencializar a apreensão de conhecimentos e estratégias de estudos dos alunos por meio do ensino de estratégias cognitivas e metacognitivas de aprendizagem e de hábitos de estudos mais eficazes. O projeto, por um lado, atende a uma demanda apontada em vários estudos que é a necessidade de repensar sobre o alunado jovem da EJA, as possibilidades e limites de trabalho do psicólogo escolar/educacional, por outro, converge com as diretrizes do Programa de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora que visa beneficiar a sociedade por meio da realização de projetos que almejam, dentre outros objetivos, garantir direitos e maximizar a qualificação de ensino e aprendizado desse público.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alana Augusta Concesso *et al.* Promoção de estratégias de aprendizagem em estudantes de psicologia. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2020.

BZUNECK, José Aloyseo; MEGLIATO, Jucyla Guimarães Peres; RUFINI, Sueli Édi. Envolvimento de adolescentes em tarefas escolares de casa: un abordaje centrado en la persona. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 17, n. 1, 2013, p. 151-161.

CANTALICE, Lucicleide Maria; OLIVEIRA, Katya Luciane. Estratégias de leitura e compreensão textual em universitários. *Psicologia escolar e Educacional*, v. 13, 2009, p. 227-234.

CARVALHO, Patrícia da Silva. *Hábitos de estudo e sua influência no rendimento escolar*. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) - Coleções Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Departamento de Ciência Política e do Comportamento FCHS (DCPC), Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012.

CARVALHO, M.R.; JOLY, M.C. *Avaliando as estratégias metacognitivas de leitura no ensino fundamental. Actas da XII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, 2008, p. 1-11.

DI PIERRO, Maria Clara, HADDAD, Sérgio. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago., 2015.

FREIRE, Poliana Cristina Mendonça; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. Reflexões sobre a educação de jovens e adultos: contradições e possibilidades. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 10, 2016, p. 34-43.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse estatística da educação básica 2019*. Brasília, 2019. Disponível em [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206). Acesso em: 04 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ricardo Silva. *Relações étnico-raciais na perspectiva à educação de jovens e adultos: um estudo do ciclo 05" c" da Eja na UFPB*. 2019.

RODRIGUES, Marisa Cosenza *et al.* Intervenção em habilidades cognitivas e metacognitivas de leitura em alunos do Programa de Educação Tutorial–PET. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 16, n. 1, 2014, p. 181-190.

SILVA, Renata de Lourdes Miguel; RODRIGUES, Marisa Cosenza. Atendimento à queixa escolar: experiência do projeto Seape no Centro de Psicologia Aplicada da UFJF. *Psicologia em Revista*, v. 20, n. 3, 2014, p. 479-493.

TEIXEIRA, Eliana de Oliveira. A fabricação do jovem da EJA: reflexões sobre juvenilização e diversidade étnico-racial. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, ano 40, n. 75, 2018.

VALLE, Luiza Elena L.; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. *Adolescência: as contradições da idade*. 2011.

## Popularização científica por mídias para o controle das arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti*

Ariane Mota de Souza<sup>1</sup>

Renata Alves Nunes<sup>2</sup>

Renan Ferreira Fietto<sup>3</sup>

Antônio Frederico de Freitas Gomides<sup>4</sup>

Cibele Velloso Rodrigues<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus de Governador Valadares (UFJF/GV). Bolsista do projeto. E-mail: ariane.souza@estudante.ufjf.br.

<sup>2</sup>Bióloga pela UFJF/GV. Professora de Escola do Estado no Município de Governador Valadares. Estudante do Mestrado Profissional em Biologia (PROFBIO/GV). Voluntária de Pós-graduação do projeto. E-mail: renata.nunes@estudante.ufjf.br.

<sup>3</sup>Discente do curso de Farmácia da UFJF. Voluntário no projeto. E-mail: renan.fietto@estudante.ufjf.br.

<sup>4</sup>Doutor em Biologia Celular e Estrutural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente do departamento de Ciências Básicas da UFJF/GV. Vice-coordenador do projeto de extensão. E-mail: fredrico.gomides@ufjf.br.

<sup>5</sup>Doutora em Ciência Animal com ênfase em Genética pela Escola Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (EV-UFMG). Docente do departamento de Ciências Básicas da Vida da UFJF/GV. Coordenadora do projeto de extensão. E-mail: cibelevelloso@ufjf.br.

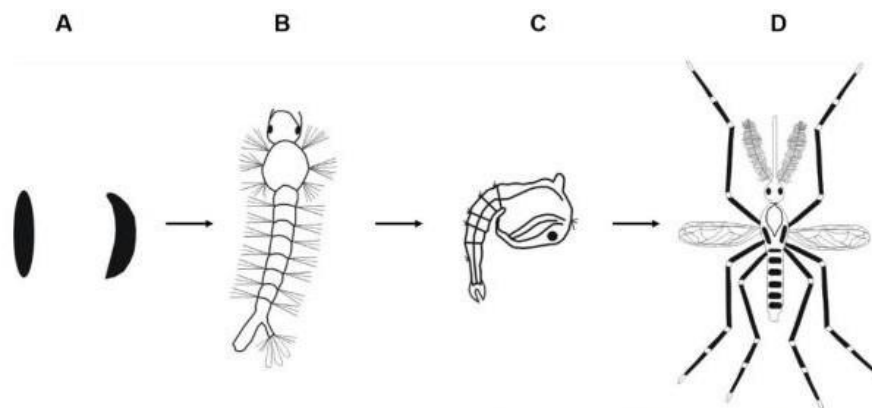
# Popularização científica por mídias para o controle das arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti*

## 1 INTRODUÇÃO

Arboviroses, que significa viroses de veiculação por artrópodes, tem trazido graves problemas de saúde pública no Brasil (Lopes, Nozawa, Linhares, 2014). Historicamente, a busca por soluções contra arboviroses causadas pelo mosquito *Aedes aegypti* vem sendo focada principalmente no combate ao mosquito, com destaque para as tentativas de interromper o ciclo de vida através da eliminação de criadouros e o uso de inseticidas que visam eliminar os insetos adultos (Braga, Martin, 2015). Segundo Lourenço-de-Oliveira (2013), a espécie é urbana sendo a fase adulta encontrada em ambientes domiciliares ou peridomiciliares, e em parte de seu ciclo biológico (fases de larvas e pupas) se desenvolve em água limpa e parada.

O *Aedes aegypti* possui desenvolvimento pós-embrionário holometábolo, ou seja, se desenvolve com metamorfose completa passando pelos estágios de ovo, larva, pupa e adulto, conforme a Figura 1:

**Figura 1** - Ciclo de vida do *Aedes aegypti*, passando pelos estágios de (A) Ovo, (B) Larva, (C) Pupa, (D) Mosquito adulto



Fonte: UNESP, 2016. Adaptado por Alessandra Lemos

Figura 02 – Ciclo de vida do *Aedes aegypti*, passando pelos estágios de (A) ovo, (B) larva, (C) pupa e (D) adulto.

Fonte: UNESP, 2016. Adaptado por Alessandra Lemos

Machos e fêmeas adultos realizam a cópula durante o voo, no período do amanhecer ao anoitecer e este ato dura apenas poucos segundos. Para que ocorra o desenvolvimento dos ovos é necessário que a fêmea faça um repasto sanguíneo, pois os nutrientes provenientes do sangue serão convertidos em substâncias proteicas que nutrirão o embrião. Assim, o ciclo de vida do *Aedes aegypti* começa quando a fêmea do mosquito deposita seus ovos em qualquer recipiente que contenha água parada. A

postura dos ovos é realizada em período diurno, com um pico matutino e outro vespertino, diretamente nas paredes úmidas dos criadouros, próximo à superfície da água.

Em condições ambientais favoráveis os ovos se desenvolvem e entram em período de incubação, que dura de quatro a sete dias. Após este período eclode uma larva aquática, sendo a submersão dos ovos um fator determinante para este processo. O estágio larvário compreende quatro estádios aquáticos, também chamados ínstars, que são livres natantes. As larvas possuem aspecto vermiforme e seu corpo é dividido em cabeça, tórax e abdômen. As pupas correspondem ao estágio de transição entre as larvas e os adultos. Nesta fase, o inseto sofre as adaptações necessárias para a sobrevivência no ambiente terrestre. Após cerca de dois dias de estágio pupal, emerge um mosquito adulto (Lemos, 2016).

Segundo dados publicados e atualizados pelo Ministério da saúde (2021) o *Aedes aegypti* é um mosquito nativo da África e no Brasil já foi eliminado em 1955, retornando 22 anos após por falhas nas ações de controle. Uma provável hipótese de sua reintrodução foi por meio de fronteiras e portos e hoje alcança altas infestações em domicílios localizados em regiões com altas temperaturas e umidades, principalmente na época chuvosa e quente.

A Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) (BRASIL, 2019) aponta como um dos principais elementos nas etapas do Manejo Integrado de Vetores (MIV) a importância do conhecimento sobre a ecologia dos vetores (criadouros, ciclo de vida, comportamentos de alimentação e repouso), conhecimento necessário dos padrões de transmissão da doença, além de recursos e condições socioeconômicas prevalentes para direcionar as estratégias e intervenções no território. Também é apontado como elementos importantes para a etapa do MIV o fortalecimento e envolvimento de comunidades e organizações não governamentais para assegurar a participação e comprometimento para o planejamento e implementação de intervenções de controle vetorial.

Segundo o boletim epidemiológico volume 54, de número 1 do Ministério da Saúde divulgado em janeiro do ano de 2023 até a semana 1, até a semana epidemiológica (SE) 52 de 2022, ocorreram 1.450.270 casos prováveis de dengue (taxa de incidência de 679,9 casos por 100 mil hab.) no Brasil. Quando comparado com o ano de 2021, ocorreu um aumento de 162,5% de casos até a respectiva semana. Nesse sentido, até a divulgação do boletim, foram confirmados 1.016 óbitos por dengue, sendo 872 por critério laboratorial e 144 por critério clínico epidemiológico.

Já em relação à Chikungunya, até a SE 52 de 2022 ocorreram 174.517 casos prováveis dessa arbovirose (taxa de incidência de 81,8 casos por 100 mil hab.) no Brasil. Quando comparado com o ano de 2021, ocorreu um aumento de 78,9% de casos até a respectiva semana. Ademais, foram confirmados 94 óbitos para chikungunya no Brasil, sendo que o Ceará concentra 41,5% (39) dos óbitos.

Com relação aos dados de Zika, ocorreram 9.204 casos prováveis até a SE 48 de 2022, correspondendo a uma taxa de incidência de 4,3 casos por 100 mil habitantes no país. Quando comparado com o ano de 2021, observa-se um aumento de 42,0% no número de casos. Até a SE 48, foi confirmado um óbito por Zika no País, ocorrido no estado de Goiás.

Além disso, durante o período de monitoramento 2022/2023 (julho a junho) até a SE 50 foram notificados 686 eventos envolvendo primatas não-humanos



(macacos) mortos e/ou doentes suspeitos de Febre Amarela (FA). Desse total, apenas dois (0,3%) foram confirmados por critério laboratorial. No mesmo período, foram notificados 158 casos humanos suspeitos e nenhum foi confirmado. As transmissões do vírus foram registradas nos estados de Minas Gerais e no Paraná, cujas detecções foram restritas aos primatas, sinalizando a circulação ativa do vírus da FA nas regiões Sudeste e Sul com risco de transmissão às populações humanas, o que destaca a importância da vigilância reforçada durante o período sazonal (dezembro a maio).

Nesse sentido, vale ressaltar que o Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAA/LIA) consiste em um método simplificado para obtenção rápida de indicadores entomológicos e permite conhecer a distribuição do vetor *Aedes aegypti*.

De acordo com o boletim Epidemiológico das Arboviroses SRS/GV 12/2022 (atualizado 11/04/2022) a Superintendência Regional de Governador Valadares registrou os números totais de casos prováveis em 2022, que correspondiam a 1.177 casos de dengue, 689 casos de chikungunya e 04 casos de Zika. Assim, entre as arboviroses dengue, chikungunya e zika, a cidade de Governador Valadares está com a maior incidência do estado de Minas Gerais.

Associado a isso, o índice de infestação larvária considerado de baixo risco para a ocorrência de epidemia, é de até 1%. Em Governador Valadares, segundo dados do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ). o LIRAA de janeiro/2023 apontou que 7,5% dos imóveis pesquisados contavam com a presença do mosquito transmissor dos vírus (Dengue, Zika e Chikungunya), ou seja, no universo de 100 imóveis, mais de sete apresentaram focos do *Aedes aegypti*. Já entre os dias 6 e 10 de novembro de 2023 dados do CCZ apresentaram o índice de infestação na cidade de 4,9%, dos 5.867 imóveis vistoriados em 93 bairros da cidade. Esse Índice apesar de ligeiramente menor, continua demonstrando um cenário muito preocupante para a incidência de casos de Dengue ou Febre Chikungunya na cidade.

Diante do atual cenário, observa-se que o momento é oportuno para a elaboração de produtos e ações educativas para popularização, por meio de diversas mídias sociais, para divulgar os conhecimentos à comunidade.

Assim, o projeto extensionista teve como objetivo promover a disseminação e a popularização do conhecimento científico para sociedade a respeito das principais arboviroses presentes no Brasil, com ênfase no estudo do vetor *Aedes aegypti*, bem como a transmissão, manifestação clínica, prevenção e combate dessas doenças.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Os produtos e ações extensionistas foram desenvolvidos com a participação de estudantes dos cursos de graduação, Medicina e Farmácia, e de discente de mestrado junto ao programa de Mestrado profissional de Ensino de Biologia em Rede - PROFBIO. As ações extensionistas foram desenvolvidas a partir dos conhecimentos e achados da pesquisa intitulada “O uso da metodologia investigativa para produção de uma sequência didática sobre o *Aedes aegypti*” junto a uma escola pública do município de Governador Valadares. O contato dos acadêmicos com os conteúdos do projeto e suas relações com o cotidiano da comunidade não acadêmica é uma forma de aproximação com a realidade e formação mais humanitária.

O projeto de extensão integrado à pesquisa foi vinculado ao Núcleo de Pesquisa e extensão da UFJF: NaoriGen (Núcleo de apoio e orientação em genética e nutrição)

e ao programa de extensão GENEMOLPOP que promovem a articulação entre a extensão e a pesquisa ao aumentar o contato da comunidade não acadêmica com os conhecimentos das arboviroses e seu vetor, e conseqüentemente, estimulando a troca científica e empírica entre os acadêmicos participantes, a comunidade em geral e acadêmica. O público-alvo e beneficiários da proposta foram: estudantes de escola pública e a Sociedade civil com acesso às redes sociais.

As seguintes metas foram alcançadas:

1. Desenvolvimento de produtos para promover a divulgação e a democratização do conhecimento científico acerca das arboviroses, facilitando o acesso a informações importantes no combate ao vetor;
2. Disseminação de informações sobre o mosquito *Aedes aegypti*, conscientizando a sociedade sobre a importância do combate a esse vetor para mitigar o ciclo de transmissão das arboviroses;
3. Promoção de processos de construção do conhecimento, fomentando a formação profissional na assistência em saúde;
4. Promoção de educação em saúde voltada para questões relacionadas à transmissão, manifestações clínicas, diagnóstico, tratamento e prevenção das arboviroses.

As atividades extensionistas em interface com a pesquisa foram desenvolvidas em duas etapas descritas a seguir.

### **I. Construção da mosquitérica**

Para construção da mosquitérica os professores e bolsistas participantes do projeto promoveram junto aos alunos de uma escola pública, o conhecimento sobre a ecologia do vetor *Aedes aegypti* com problematização do tema, utilizando vídeos e apresentação de dados referente às arboviroses transmitidas pelo mosquito. As mosquitéricas foram construídas pelos alunos sob a supervisão da professora de Biologia a partir de materiais simples e de fácil acesso em sua construção (Figura 2)<sup>1</sup>. As mosquitéricas foram expostas no ambiente escolar, em local de baixa luminosidade, uma vez que o mosquito apresenta características fotofóbicas.

### **II. Produção de materiais para popularização da pesquisa**

A partir das mosquitéricas, foi possível visualizar as diferentes fases do desenvolvimento do ciclo de vida do *Aedes aegypti* (figuras 1 e 3) e essas foram registradas para produção de vídeos educativos. Os experimentos realizados no projeto de pesquisa com uso de larvicidas (tabela 1) e análise histológica das larvas (Figura 4) foram registrados para produção de aulas práticas e vídeos educativos. Foram elaborados vídeos e postagens com divulgação e popularização científica em linguagem de fácil entendimento em mídias sociais (Instagram: @genemolpop, Facebook: genemolpop) (Figura 5).

---

<sup>1</sup>Vídeo com o passo a passo para construção da mosquitérica. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vqtws6DOcak>. Acesso em: 31 mai. 2022.

**Figura 2 -** Mosquitérica construída para captura do *Aedes aegypti* e desenvolvimento das propostas do programa de extensão



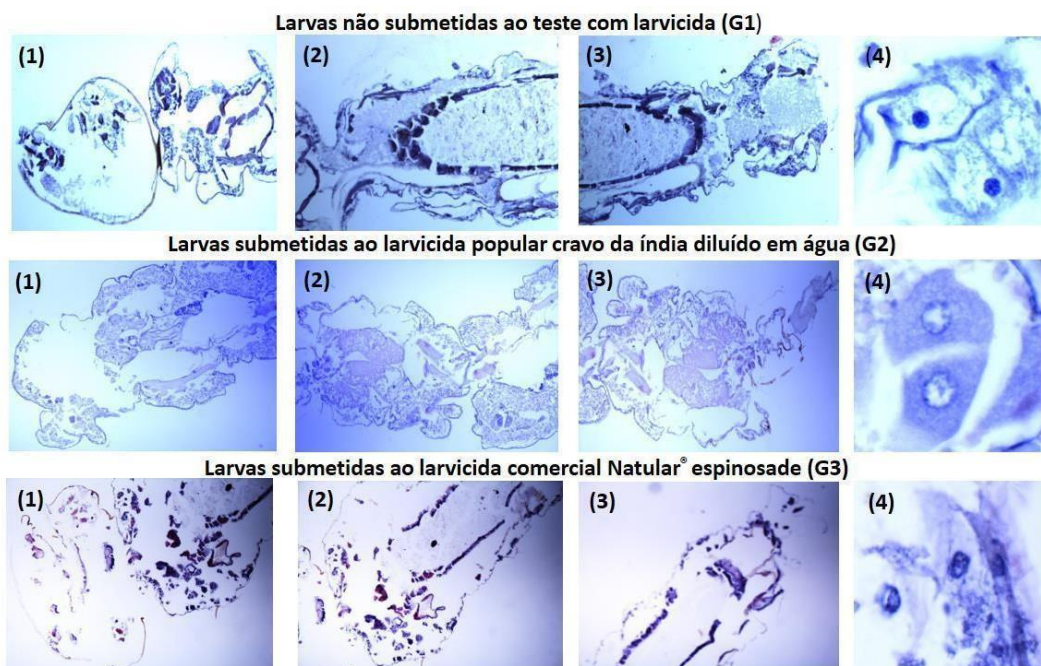
**Fonte:** Próprios autores

**Figura 3 -** Mosquitéricas e as diferentes fases do *Aedes aegypti*



**Fonte:** Próprios autores

**Figura 4** - Painel com as fotomicrografias de cortes histológicos das larvas



Fotomicrografias das regiões proximal (1), medial (2) e distal (3), aumento 40X. Células epiteliais (4), aumento 400X

**Fonte:** Próprios autores

**Tabela 1** - Eficácia dos larvicidas avaliados no estudo

Grupos	nº	Larvas vivas	Larvas mortas
G1	30	30 (100%)	0 (0%)
G2	30	0,7 (30%)	21 (70%)
G3	30	0 (0%)	30 (100%)

Grupo G1: Controle – larvas não submetidas ao teste com larvicida; Grupo G2: Larvas submetidas ao larvicida popular preparado com cravo da Índia diluído em água e G3: Larvas submetidas ao larvicida comercial Natular DT® espinosade.  
**Fonte:** Próprios autores.

**Fonte:** Próprios autores

**Figura 5** - Produtos e ações extensionistas sobre as arboviroses divulgados em redes sociais



Fonte: Próprios autores

Finalmente, foi proferida a palestra intitulada “Organismos Geneticamente Modificados: o *Aedes aegypti* como modelo de organismo transgênico” junto aos alunos da escola pública. A palestra além de focar no ciclo de vida e comportamento do mosquito, mostrou as formas de controle convencionais e por biotecnologia de organismos transgênicos do mosquito.

### 3 CONCLUSÕES

O projeto de extensão integrou o ensino e a comunidade, por meio de ações interdisciplinares que abordam a saúde pública dentro de diferentes eixos, com ênfase na biologia do vetor e das arboviroses. Dessa forma, a proposta popularizou e disseminou os conhecimentos para alcançar o maior número de pessoas da comunidade visando a conscientização, a sensibilização e a multiplicação social de ações no combate ao vetor.

Essa disseminação de conhecimento em saúde enfatiza o objetivo dos cursos da área da saúde em fornecer uma formação com enfoque na promoção da saúde e na prevenção de doenças e agravos, visto que objetiva, acima de tudo, fomentar o conhecimento necessário à população para que essa possa obter conhecimento e certa autonomia.

Nesse sentido, o programa de extensão contribuiu com os princípios de empoderamento e participação social da promoção da saúde, que visam o envolvimento direto de membros da comunidade na busca da melhoria da qualidade de vida da população, o que só é possível fornecendo informação de qualidade.



## REFERÊNCIAS

BRAGA, Ima Aparecida; MARTIN, José Luis San. Histórico do controle do *Aedes aegypti*. In: VALLE, Denise; pimenta, Denise Nacif; CUNHA, Rivaldo Venâncio. *Dengue: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 61-73.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Assuntos Saúde de A a Z Aedes aegypti*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti>. Acesso em: 01 mai. 2022.

BRASIL. *Ministério da Saúde - Organização Pan-americana da Saúde (OPAS)*, 2019. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51762>. Acesso em: 01 mai. 2022.

LEMOS, Alessandra Bittencourt. *Caracterização morfo-histoquímica dos tecidos do sistema digestório de larvas de Aedes aegypti*. Dissertação (Mestrado em Microbiologia Agrícola e do Ambiente) - Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-graduação em Microbiologia Agrícola e do Ambiente. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2016.

LOPES, Nayara; NOZAWA, Carlos; LINHARES, Rosa Elisa Carvalho. Característica gerais e epidemiologia dos arbovírus emergentes no Brasil. *Rev Pan-Amaz Saude*. 2014, v. 5, n. 3, 2014, p. 55-64. ISSN 2176-6215.

LOURENÇO-DE-OLIVEIRA, R.. Principais insetos vetores e mecanismos de transmissão das doenças infecciosas e parasitárias. In: COURA, J.R.. *Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias*. 2 ed.. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p.108-130.

PASSO A PASSO ARMADILHA CASEIRA CONTRA MOSQUITO AEDES. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=passa+a+passo+armadilha+caseira+contra+mosquito+aedes&rlz=1C1FCXM\\_ptPTBR999BR999&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKewiAh5-Y8Yj4AhUam5UCHWKBWAQ\\_AUoAnoECAEQBA&biw=1440&bih=799&dpr=1#imgsrc=AaciWoBT6q9IAM](https://www.google.com/search?q=passa+a+passo+armadilha+caseira+contra+mosquito+aedes&rlz=1C1FCXM_ptPTBR999BR999&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKewiAh5-Y8Yj4AhUam5UCHWKBWAQ_AUoAnoECAEQBA&biw=1440&bih=799&dpr=1#imgsrc=AaciWoBT6q9IAM). Acesso em: 31 mai. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES. *Arboviroses - 4º LIRA do ano: dados apontam que é hora de dobrar a atenção para combatermos o Aedes*. Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/4o-liraa-do-ano-dados-apontam-que-e-hora-de-dobrar-a-atencao-para-combatermos-o-aedes/172043>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES. *Boletim Epidemiológico – Arboviroses*. Disponível em: [https://www.valadares.mg.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Boletim\\_Epidemiologico\\_Arboviroses\\_08\\_03\\_2023?cdLocal=2&arquivo=%7B1C816DEB-ACD8-0DC5-7768-DCE43DCBA5BC%7D.pdf](https://www.valadares.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Boletim_Epidemiologico_Arboviroses_08_03_2023?cdLocal=2&arquivo=%7B1C816DEB-ACD8-0DC5-7768-DCE43DCBA5BC%7D.pdf). Acesso em: 20 mai. 2023.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. *Boletim epidemiológico*, v. 54, n. 1, jan. 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Boletim\\_epidemiologico\\_SVS\\_1\\_v2.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Boletim_epidemiologico_SVS_1_v2.pdf). Acesso em: 02 jan. 2024.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. *Boletim Epidemiológico*, v. 53, abr.2022. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Boletim%20Epidemiol%C3%B3gico%20Vol.53%20N%C2%BA15.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR VALADARES. *Boletim epidemiológico: Arboviroses*, v. 3, abr. 2022. Disponível em: [https://www.valadares.mg.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Boletim\\_Epidemiologico\\_Arboviroses\\_27\\_04\\_2022?cdLocal=2&arquivo=%7BDA5D7A4C-A3EA-A4CC-CDE5-ED101AD5C47C%7D.pdf](https://www.valadares.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Boletim_Epidemiologico_Arboviroses_27_04_2022?cdLocal=2&arquivo=%7BDA5D7A4C-A3EA-A4CC-CDE5-ED101AD5C47C%7D.pdf). Acesso em: 02 jan. 2024.



A extensão que fizemos, a extensão que faremos - v. 8